

Prefeitura Municipal de Bandeirantes
Secretaria Municipal de Educação e Cultura



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

BANDEIRANTES - PR

2015 - 2024



Se a educação sozinha não pode transformar a
sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.

(Paulo Freire)

PODER EXECUTIVO

Celso Benedito da Silva

Prefeito Municipal

Romeu Furlan

Vice-Prefeito

Márcia Lucila Sauer Augusto

Secretária da Educação

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora

Presidente: Vereadora **Sonia Regina Zambone**

Vice-Presidente: **Claudemir Pedro**

1º Secretário: Vereador **Vanderlei Ferreira da Cunha**

2º Secretário: Vereador **Raphael Cyríaco Gomes Chaves**

Parlamentares

Vereador **Eduardo José Serra do Espirito Santos**

Vereador **Francisco de Assis Goulart Barbosa**

Vereador **Jailton de Jesus Rocha**

Vereador **José Fernandes da Silva**

Vereador **José Roque de Moraes**

Vereador **Luiz Carmelo Comegno**

Vereador **Marcos Antonio da Silva**

Vereador **Paulo Aparecido Ferreira Barbosa**

Vereador **Valbeti Aparecido Palugan**

GRUPOS DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BANDEIRANTES

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA

Secretária Municipal de Educação – Márcia Lucila Sauer Augusto

Inspetora de Ensino – Laura Regina Teodoro da Silva Souza

Coordenação Geral

Lucinéia da Silva Oliveira

Dayane de Fátima Gonçalves Campanha

Regina de Fátima Santiago Rocha

Caracterização Geral do Município

Cláudia Socorro Gomes Nogueira

Joice Aparecida de Souza Silva

Elaine Regina Strada de Barros

Representantes da Educação Infantil

Marcia Aparecida de Moraes Oliveira

Ronise Patricia Alves

Representantes do Ensino Fundamental;

Rosália Aparecida dos Santos

Rosiane C. Vieira Neia Storti

Marcia Mara Sartóri Decarli

Representante do Ensino Médio;

Lenice Teles Schimidt

Camila Lemes

Roseli Bueno da Silva

Representantes da Educação Superior;

Priscila Carozza Frasson Costa

Gilmara Cristina Neri

Renan Leandro Costa de Oliveira

Representante(s) da Educação de Jovens e Adultos;

Rozeli Ermelinda de Carvalho Mania

Maria Aparecida da Silva Moreira

Representante(s) da Educação Tecnológica e Formação Profissional;

Sueli Mônica Sertório

Andreia Regina dos Santos Silva

Maria da Conceição da Silva Alves Cesco

Representantes da Educação Especial;

Ana Lucia de Oliveira Borges

Maria Aparecida Moreira da Silva

Margareth Garcia Algozo

Representante da Formação dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino e Valorização do Magistério;

Leize Cristina Tavares

Monica Cristina Nascimento Nóbrega

Arlete Aparecida de Oliveira Gonçalves

Representante do Financiamento da Educação da Rede Municipal de Ensino;

Valdir Pires

Representante da Gestão da Rede Municipal de Ensino;

Marcia Lucila Sauer Augusto

Laura Regina Teodoro da Silva Souza

**Representante do Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná-
Cornélio Porcópio PR-**

Carmem Rodrigues Froes Pedrão

SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Márcia Lucila Sauer Augusto

Laura Regina Teodoro da Silva Souza

Cláudia Socorro Gomes Nogueira

Dayane Fatima Gonçalves

Elaine Regina Strada de Barros

Joice Aparecida de Souza Silva

Lucinéia da Silva Oliveira

Lucília Alzira Trindade Decarli

Marcia Capi Bento

Ronise Patricia Alves

Rosália Aparecida dos Santos

Sueli Monica Sertório

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

EDUCAÇÃO INFANTIL

ENSINO FUNDAMENTAL

ENSINO MÉDIO

EDUCAÇÃO SUPERIOR

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

EDUCAÇÃO ESPECIAL

FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE

MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
1.1. Mensagem da Secretária de Educação	02
1.2. Plano Municipal de Educação – Exigência Legal	04
1.3. O Plano Municipal de Educação e a Participação Popular	05
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	07
2.1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS	07
2.1.1. Localização	07
2.1.2. Divisão Administrativa	08
2.1.3. Clima	08
2.1.4. Relevo.....	08
2.1.5. Hidrografia.....	09
3. ASPECTOS HISTÓRICOS	10
3.1. Marcos Históricos.....	10
3.2. Símbolos Municipais.....	11
3.2.1. Brasão Municipal	12
3.2.2. Bandeira Municipal	13
3.2.3. Hino Municipal.....	16
4. ASPECTOS POPULACIONAIS	18
5. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	24
5.1. Agropecuária	26
5.2. Indústria	29
5.3. Serviços	31
6. ASPECTOS CULTURAIS	35
6.1. Diagnóstico.....	35
6.2. Principais Eventos	36
6.3. Eventos Religiosos.....	36
6.4. Eventos Culturais.....	37
6.5. Eventos Esportivos	44
7. ASPECTOS EDUCACIONAIS	48
7.1. Resgate Histórico.....	48
7.2. Instituições de Ensino.....	48
III – NÍVEIS DE ENSINO	62
A. EDUCAÇÃO BÁSICA	62

1. EDUCAÇÃO INFANTIL	62
1.2. Diagnóstico.....	62
1.3.... Considerações Finais.....	73
1.4. Metas e Estratégias.....	73
2. ENSINO FUNDAMENTAL.....	77
2.1. Diagnóstico.....	77
2.2.... Considerações Finais.....	73
2.3. Metas e Estratégias.....	104
3. ENSINO MÉDIO	114
3.1. Diagnóstico.....	114
3.2.... Considerações Finais.....	73
3.3. Metas e Estratégias.....	123
B. EDUCAÇÃO SUPERIOR	127
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	127
4.1. Diagnóstico.....	127
4.2.... Considerações Finais.....	73
4.3. Metas e Estratégias.....	134
IV – MODALIDADES DE ENSINO	138
5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	138
5.1. Diagnóstico.....	138
5.2.... Considerações Finais.....	141
5.3. Metas e Estratégias.....	142
6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E PROFISSIONAL	148
6.1. Diagnóstico.....	148
6.2.... Considerações Finais.....	152
7. EDUCAÇÃO ESPECIAL	153
7.1. Diagnóstico.....	153
7.2. Atendimento da Educação Especial em Instituição Especializada.....	154
7.3. Atendimento da Educação Especial na rede regular de ensino.....	162
7.4. Considerações Finais.....	
7.3. Metas e Estratégias.....	168

V – MAGISTERIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	171
8. FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	171
8.1. Diagnóstico.....	171
8.1.1.Plano de Cargos e Salários.....	171
8.1.2 Considerações Finais.....	180
8.1.3.Metas e Estratégias.....	180
8.1.2 Considerações Finais.....	141
5.3. Metas e Estratégias.....	142
VI – FINANCIAMENTO E GESTÃO	186
9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	186
9.1. Diagnóstico.....	186
9.1.1. Considerações Finais.....	200
8.1.2.Metas e Estratégias.....	203
VII – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	208
VIII – DOCUMENTOS CONSULTADOS	210
XI – DOCUMENTOS CONSULTADOS	211

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

DNT – Departamento Nacional de Trânsito

PAR – Plano de Ações Articulada

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

MEC – Ministério da Educação

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SESI – Sistema Social da Indústria

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

AEE – Atendimento Educacional Especializado

SEED – PR – Secretaria Estadual de Educação do Paraná

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa

PPA - Plano Plurianual

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EJA – Educação de Jovens e Adultos

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

NRE – Núcleo Regional de Educação

UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná

UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

UAB – Universidade Aberta do Brasil

IES – Instituto de Ensino Superior

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização *na Idade Certa*

1. INTRODUÇÃO

A lei n 13.005 de 25/06/2014, em seu Art. 1º, aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, com vigência por 10 (dez) anos, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Alguns dos pontos principais considerados pelo PNE são: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País, estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos profissionais da educação e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. A partir da promulgação do PNE, todos os estados e municípios teriam que elaborar os seus planos em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas pelo PNE.

O Plano Municipal de Educação de Bandeirantes elaborado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, é apresentado como proposta de ação da Educação no Município para a próxima década (2015 – 2024). E constitui-se numa construção coletiva, envolvendo os segmentos educacionais do Município, que participaram e propuseram novas formas de pensar a educação a partir do contexto nacional, da legislação educacional e das inúmeras necessidades e desafios que constantemente são apresentados pela sociedade contemporânea.

Assim sendo, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas neste documento, concretizará a garantia dos seguintes princípios: o direito à educação, a inclusão e a qualidade social e a gestão democrática, conferindo desta forma a todos os cidadãos do Município, a convivência numa sociedade melhor, mais justa e igualitária.

1.1. Mensagem da Secretaria Municipal de Educação

A educação é um dos principais instrumentos de transformação da sociedade, mas para isso precisa ser verdadeiramente universal e formativa, desenvolvendo uma proposta básica que marque sua caminhada rumo à mudança e à melhoria de sua qualidade. Precisa oportunizar ao aluno a formação de suas próprias idéias, o desenvolvimento da capacidade de discernir valores autênticos de falsas concepções e o desejo pela melhoria constante de toda a sociedade na qual está inserido, nunca deixando de lado o respeito à individualidade de cada um.

Ao possibilitar tal desenvolvimento, a instituição escolar será uma agente de transformação social, fazendo com que o educando seja mais participativo e crítico e, ao formar pessoas participativas e críticas, ficará mais fácil alcançar a sociedade que tanto é almejada por todos, onde, ao menos, as necessidades básicas do ser humano sejam atendidas de forma digna e plena.

Neste contexto, o papel do educador é o de construir pedagogicamente uma nova concepção de trabalho, que tenha por objetivo o combate à evasão escolar, a qualificação da escola pública e a sua inserção na realidade sociocultural da comunidade. Os educadores precisam repensar sua prática pedagógica para que esta contribua efetivamente na construção e consolidação de uma sociedade democrática, justa e solidária, vendo as pessoas como realmente são e não pelo que possuem.

Desta forma, pode - se dizer que toda a comunidade escolar: gestores, pais, alunos, docentes e funcionários; sociedade civil organizada, legislativo, executivo, judiciário precisam estar envolvidos e preocupados com a educação no município, conhecendo as necessidades concretas, vislumbrando e organizando ações para melhoria da mesma.

Tendo isto em mente, o grande desafio é elaborar um Plano Municipal de Educação flexível e aberto às inovações, que possibilite a unidade na diversidade das concepções e práticas educacionais, pois a escola que se deseja é uma escola universal, gratuita e acolhedora, que receba a todos e assegure a cada um o desenvolvimento de suas capacidades.

Esta proposta deve orientar – se não só na direção de uma democratização das oportunidades de ensino, mas também pressupõe que o

principal trabalho exercido na escola não deverá e nem poderá ser autoritário. O modelo ideal de escola é aquela que prepara o aluno para a vida proporcionando – lhe uma formação moral e intelectual, capacitando – o a transpor os obstáculos que ele irá enfrentar e buscando nesse espaço um local de experimentação do pensamento, onde o conhecimento seja produzido e não somente transmitido.

Assim, a prática pedagógica que deve nortear o cotidiano das escolas públicas municipais, em Bandeirantes, é democrática em relação, à participação, à construção conjunta do conhecimento, sendo educadores e educandos sujeitos de si próprios, desenvolvendo – se para assegurar a continuidade e a implantação dos objetivos, metas e ações do Plano Municipal de Educação, entendendo a escola como primeiro lugar de atuação pública da criança e vislumbrando a educação como ato contínuo de aprendizagem que evolui mediante o ensino de qualidade.

1.2. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Exigência legal

Aos 25 dias do mês de junho do ano de 2014, foi sancionada a Lei nº 13.005, aprovando o novo Plano Nacional de Educação, com vigência prevista para 2015 à 2024.

Com a sanção desta Lei, não apenas a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas também o novo PME, estipularam que as metas nacionais, especialmente aquelas que dizem respeito às etapas obrigatórias da educação nacional, são responsabilidades conjuntas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Esta necessidade fica bem clara em seu artigo sétimo, onde se pode ter:

***Art. 7º** - A União os Estados, o distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.*

***§ 1º** Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE.*

***§ 2º** As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.*

***§ 3º** Os sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios criarão mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PNE e dos planos previstos no art. 8º.*

Logo na sequência, a lei do PNE, explicita que para os Estados, Distrito Federal e Municípios atuarem de forma conjunta à União, não basta seguir as metas estabelecidas no PNE, mas faz-se necessário criarem ou adequarem seus planos para que estes fiquem em consonância com o Plano Nacional de Educação, e para tal, estipulou um prazo máximo de até um ano depois da publicação do PNE, ou seja, junho/2015. Tal determinação pode ser facilmente confirmada através da leitura do trecho da Lei 13.005 que segue logo abaixo:

Art. 8º Os estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

Desta forma, a Lei 13.005, deixa bastante claro que a elaboração do Plano Municipal de Educação não é uma decisão de Prefeitos ou de Secretários de Educação, mas sim uma necessidade legalmente determinada e que, para tornar-se realidade, deve ser discutida e construída com participação de representantes de toda sociedade. Após as discussões e elaboração do PME, este deve ser encaminhado para a Câmara Municipal para aprovação e, só então passa a vigorar.

1.3. O Plano Municipal de Educação e a Participação Popular

Os Planos de Educação são documentos, com força de lei, que estabelecem metas para que a garantia do direito à educação de qualidade avance em um município, estado ou país, no período de dez anos. Abordam o conjunto do atendimento educacional existente em um território, envolvendo redes municipais, estaduais, federais e as instituições privadas que atuam em diferentes níveis e modalidades da educação – dos C.M.E.I.s às Universidades. Trata-se, pois, do principal instrumento da política educacional.

Os planos são, também, um importante instrumento de médio e longo prazo contra a descontinuidade das políticas, pois possibilita que os planos estejam de fato em sintonia com a realidade local, atendendo as necessidades da comunidade.

No município de Bandeirantes, foi criada uma comissão organizadora, composta por membros da SME, que elaborou uma apresentação esclarecendo a importância da elaboração do PME e seus objetivos. Participaram desta reunião todas as instituições de ensino, em todos os seus níveis: público e privado e algumas pessoas da comunidade.

De forma democrática foi criado uma comissão de elaboração que seria responsável em coletar os dados para o PME, e uma equipe de sistematização do mesmo.

Após a sistematização aconteceu a conferência municipal, onde todos os participantes puderam opinar sobre estratégias apresentadas.

Após a complementação e aprovação do PME, o mesmo será disponibilizado no site do município.

Datas	Cronograma das Atividades
30/09/2015	Seminário Regional sobre o PNE em Santo Antonio da Platina
04/03/2015	Reunião Interna com a Secretária de Educação, alguns membros do CME e a Coordenadora geral do PME na Secretaria de Educação.
20/03/2015	Reunião com para a composição da Equipe Organizadora e entrega dos formulários.
30/03/2015	Reunião para o recebimento dos formulários e definição da equipe de sistematização do PME.
14/05/2015	Reunião para a apresentação do PME a Comissão do PME.
19/05/2015	Conferência Municipal para a apresentação do PME
01/06/2015	Entrega do PME na Câmara dos Vereadores para a aprovação.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

2.1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

2.1.1. Localização

O município de Bandeirantes localiza-se na região Norte Pioneiro do Paraná, mais precisamente na Microrregião do Norte Velho de Jacarezinho, tendo uma área total de 467.534 km²

As Coordenadas Geográficas são: latitude 23°06'35" Sul e longitude 50°22'04" W – GR, estando a aproximadamente 419 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Figura 1. Localização do Município no Estado do Paraná



Fonte: (Consulta no site <http://mapas.guiamais.com.br/guia/bandeirantes-pr> em abril de 2015).

Os municípios limítrofes de Bandeirantes são: ao Norte: Itambaracá a 10 Km e Andirá a 20 Km ao Sul, Santa Amélia a 24 Km e Abatia a 35 Km, a Leste, Barra do Jacaré a 32 Km e Santo Antonio da Platina a 55 Km e a Oeste, Santa Mariana a 16 Km e Cornélio Procópio a 32 Km.

Figura 2. Municípios limítrofes de Bandeirantes



Fonte: IPARDES

Distâncias

As principais distâncias são:

- da Capital: **450** km;
- do Porto de Paranaguá: **541** km;
- do Aeroporto mais próximo: **100 km (Londrina)**.

2.1.2. Divisão Administrativa

Em 1938 até 1970 a população municipal crescia com a maioria da população vivendo na zona rural. Surgiu o distrito Nossa Senhora da Candelária.

2.1.3. Clima

O clima, Subtropical Úmido, Mesotérmico com verões quentes com tendência de concentração das chuvas (temperatura média superior a 22° C), invernos com geadas pouco frequentes (temperatura média inferior a 18° C), sem estação seca definida.

2.1.4. Relevo

Superfície: 42.400 há

Altitude: 492 metros

Ponto culminante do município: Pedreira, onde são realizadas missa e procissões; morro da Ventania para observação das cidades vizinhas.

2.1.5. Hidrografia

O município de Bandeirantes pertencem a bacia do rio Paranapanema, encontra – se banhados pelo sistema hidrográfico do rio Laranjinha e rio das Cinzas.

Por apresentarem grandes desníveis nesta região apresentam quedas ou cachoeiras. A navegabilidade é restrita a barcos pequenos movidos por motor ou remos. Em alguns pontos há determinados balneários, como na corredeira vermelha, reserva do pontal divisa de Bandeirantes e Itambaracá. A região está apresenta lagos e açudes. Tendo um lago artificial das Termas Yara com uma área de 02 hectares.

Fontes minerais e termais-propriedades terapêuticas: a Termas Yara.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS

3.1. Marcos Históricos

Até o ano de 1920, a região de Bandeirantes era habitada apenas pelos índios Caingangues. O primeiro explorador do território de Bandeirantes foi o engenheiro Carlos Burromei, a quem se deve a divisão das terras que formam os municípios de Bandeirantes e Cornélio Procópio.

Em 24 de dezembro de 1926, Dona Josefina Alves de Lima, proprietária de grande gleba de terras na Fazenda Laranjinha, vendeu a João Manoel dos Santos dez alqueires de terra, destinados à fundação de um povoado, que deveria ser denominado de Invernada. João Cravo, que era agregado de Dona Josefina, também recebeu, independentemente de qualquer pagamento, um lote de terras no mesmo local.

Em 12 de abril de 1929, foi criado o Distrito de Invernada, como parte integrante do município de Jacarezinho, sendo instalado no dia 8 de dezembro do mesmo ano.

Em julho de 1930, a Empresa Ferroviária São Paulo - Paraná, inaugurou uma estação ferroviária, a 3 quilômetros do Distrito de Invernada, que passou a denominar-se Bandeirantes, surgindo, desta forma, um povoado nas proximidades da estação, em terreno de propriedade de Juvenal Mesquita.

Em 27 de setembro de 1931, começou um trabalho de coligação em favor do progresso da estação e, conseqüentemente, sobreveio a queda de Invernada, onde se achavam instalados a Coletoria Estadual, um cartório, hotéis, casas de comércio, farmácias, correios, entre outros.

Em 1932, o Interventor Federal no Paraná, visitou Bandeirantes e notou que o povo desejava a criação do município.

Em 1934, pelo Decreto Estadual nº 2.396, de 14 de novembro, foi criado o município de Bandeirantes, com território desmembrado do município de Jacarezinho.

Em 5 de janeiro de 1935, o Município foi instalado oficialmente. No entanto, em janeiro de 1938, o município de Bandeirantes foi extinto, tendo sido restabelecido dias depois, em virtude do Decreto-Lei nº 6.282, de 24 de janeiro do mesmo ano.

Em 1938, ocorreu um desmembramento do território municipal para a criação do município de Cornélio Procópio.

Em outubro de 1947, um novo desmembramento ocorreu para a criação do município de Santa Mariana; e em 14 de novembro de 1951, foi criado o município de Santa Amélia.

3.2. Símbolos Municipais

3.2.1. Brasão de Armas do Município de Bandeirantes (LEI Nº 546/65, DE 12/02/65)

Art. 1º - Fica adotada a revisão heráldica processada no Brasão de Armas do Município de Bandeirantes, criada pela lei nº 409, de 23 de maio de 1961, revisão essa de autoria do heraldista Arcinoé Antonio Peixoto de Faria, cuja descrição heráldica e simbologia é a seguinte:

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

“Escudo clássico flamengo-ibérico, encimado pela coroa mural de oito torres, de prata. Em campo de sinopla, cortado por duas faixas ondados de prata, a efígie de um bandeirante de carnação, empunhando um arcabuz. Em chefe de goles, uma enxada e um machado entrecruzados, tudo de prata. Como suportes, à destra, um ramo de café frutificado em sua cor e à sinistra uma haste de cana ao natural entrecruzados em ponta, sobre os quais se sobrepõe um listel de goles, contendo em letras de prata a divisa: AUDÁCIA E TRABALHO, ladeada pelos milésimos, 1926 – 1934.”

SIMBOLOGIA

O Escudo clássico flamengo-ibérico, também chamado “escudo português”, foi preferido para representar o Brasão de Bandeirantes, como evocativo da raça colonizadora e principal formadora da nossa nacionalidade.

A coroa mural que o sobrepõe é o símbolo que identifica os brasões de domínio e, sendo de oito torres, das quais apenas cinco são visíveis no

desenho, e de prata, classifica a cidade que representa na Segunda Grandeza, ou seja, Sede de Comarca.

A cor sinopla (denominação, heráldica do verde), lembra no Brasão a exuberância do solo, onde o amanho da terra é a principal fonte de riquezas do município.

As duas faixas onçadas de prata representam os rios Cinza e Laranjinha que cortam suas terras.

A efígie do bandeirante é a peça parlante do escudo, evocando o nome que a cidade ostenta em homenagem aos intrépidos pioneiros desbravadores, bandeirantes do século XX e fundadores do arraial que se converteu em cidade.

Em chefe, parte superior do escudo, de goles (denominativo heráldico do vermelho) que significa intrepidez, coragem, Valentina, representação iconográfica de que se serviram os desbravadores como armas o machado e a enxada – ambos de prata, o segundo metal nobre em heráldica.

Os ornamentos exteriores simbolizam os principais produtos oriundos da terra dadivosa e fértil.

No listel, a frase – AUDÁCIA, predicados dos pioneiros desbravadores, e TRABALHO, propósito de um povo que constrói a grandeza de sua cidade.

Art. 2º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 12 de fevereiro de 1965

Figura 3. Brasão Municipal



Fonte:

3.2.2. Bandeira Municipal

Bandeira do município de Bandeirantes

(DA LEI Nº 653/67, de 20/10/67)

Art.1º. – Fica instituída a Bandeira Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, de conformidade com o disposto no artigo 195, parágrafo único da Constituição Federal, conforme descritivo, justificativa, simbolismo e regulamentação constantes dos artigos seguintes:

Art. 2º. – **DESCRITIVO** – Oitavada de verde, formando as oitavadas figuras geométricas trapezoidais, constituídas por oito faixas brancas carregadas de sobrefaixas vermelhas com um filete preto central, dispostas duas a duas no sentido horizontal, vertical, em banda e em barra, que partem de um retângulo branco central, onde é aplicado o brasão.

Art. 3º. – **JUSTIFICATIVA E SIMBOLISMO** - De conformidade com a tradição da heráldica portuguesa, da qual herdamos os cânones e regras, as bandeiras municipais são oitavadas, ostentando ao centro o brasão da cidade em suas cores heráldicas, tendo por cores as mesmas constantes do campo do escudo.

O brasão ao centro da bandeira simboliza o Governo municipal e o retângulo onde é aplicado representa a própria cidade sede do Município. As faixas simbolizam o Poder Municipal (Governo do Município) que se expande a todos os quadrantes do território e as oitavas (figuras geométricas trapezoidais) assim constituídas, representam as propriedades rurais existentes no território Municipal.

Art. 4º. – **REGULAMENTAÇÃO DE USO DA BANDEIRA** – O uso da Bandeira Municipal é regulamentado da seguinte forma:

- 1) A confecção de Bandeiras Municipais só poderá ser feita com ordem expressa pelo Executivo ou Legislativo Municipal ou com autorização especial, por escrito, quando a confecção for feita por conta de terceiros.
- 2) A Bandeira Municipal poderá ser produzida em bandeirolas de papel, nas comemorações de efemérides, também obedecendo aos módulos e cores oficiais.

- 3) Na Secretaria da Prefeitura será mantido um livro de atas, onde serão registradas as Bandeiras mandadas confeccionar, quer sejam por conta da Municipalidade, quer sejam por conta de terceiros com autorização especial, determinando-se as datas de inauguração e incineração, como todo e qualquer ato relacionado à mesma.
- 4) A inauguração de uma Bandeira será feita em solenidade cívica, com a nomeação de um padrinho e madrinha, bênção especial, seguindo-se o hasteamento com a execução da marcha-batida em continência à Bandeira, ou Hino Nacional, ou Hino Municipal, sendo o acontecimento registrado em ata.
- 5) Não será incinerado, mas recolhido ao Museu Histórico Municipal, o exemplar da Bandeira Municipal ao qual esteja ligado fato de relevante significativo histórico do Município, como no caso da primeira Bandeira Municipal inaugurada após a sua instituição.
- 6) É proibida a reprodução, tanto do Brasão como da Bandeira do Município, para servir de propaganda política ou comercial.
- 7) A Bandeira Municipal deve ser hasteada de sol a sol, sendo permitido o seu uso à noite, uma vez que se ache convenientemente iluminada; normalmente, far-se-à o hasteamento às 8 horas e o arriamento às 18 horas, podendo o hasteamento ser antecipado de 2 horas em ocasiões especiais.
- 8) Será a Bandeira Municipal obrigatoriamente hasteada, nos dias de festa ou luto Municipal, Estadual ou Nacional, e em todas as repartições públicas Federais, Estaduais ou Municipais, nos estabelecimentos particulares colocados sob a fiscalização oficial, e bem assim em quaisquer outras instituições particulares de assistência, letras, artes ciências e desportos, em todos os estabelecimentos de qualquer ramo ou grau de ensino público e particular.
- 9) Serão os estabelecimento de ensino obrigados a manter a Bandeira Municipal em lugar de honra, quando não esteja hasteada, do mesmo modo que a Bandeira Nacional.
- 10) Será a Bandeira Municipal diariamente hasteada:

- a) Na fachada do edifício onde funciona o Poder Executivo, isoladamente, em dias de expediente comum e em conjunto com as Bandeiras Estadual e Nacional, em datas festivas;
 - b) Na fachada do edifício onde funciona o Poder Legislativo, isoladamente, em dias de sessão, ou em conjunto com as Bandeiras Estadual e Nacional, em datas festivas;
 - c) Na fachada do edifício onde funciona o Poder Judiciário, isoladamente, em dias de expediente comum ou em datas festivas em conjunto com as Bandeiras Estadual e Nacional.
- 11) Quando a Bandeira Municipal é hasteada em conjunto com a Bandeira Nacional, estará disposta à esquerda desta: quando também a Estadual for hasteada, estará a Nacional ao centro, ladeada pela Municipal à esquerda e a Estadual à direita, colocando-se a Nacional em plano superior às demais.
 - 12) Nos desfiles, contará a Bandeira Municipal com a Guarda de Honra, composta de seis pessoas, sendo um porta-bandeira, dois tenentes e três guardas, seguindo à testa da coluna quando isolada ou precedida pelas Bandeiras Nacional e Estadual, quando também estas concorrem ao desfile.
 - 13) Quando a Bandeira Municipal é distendida e sem mastro, em rua ou praça, entre edifícios ou em portas, será colocada ao comprido, isto é, de modo que o lado maior do retângulo esteja em sentido horizontal e a coroa mural do Brandão voltada para cima.
 - 14) Quando em funeral: para hasteamento, será levada ao topo do mastro, antes de ser baixado a meia adriça ou meio mastro, e subirá novamente ao topo, antes do arreamento; sempre que a Bandeira Municipal for conduzida em marcha, será o luto indicado por um laço de crepe, atado à lança.
 - 15) É proibido o uso da Bandeira Municipal para servir de pano de mesa em solenidades.
 - 16) É proibido o hasteamento da Bandeira Municipal em locais considerados inconvenientes.

Art. 5º. – Revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor esta lei na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 20 de outubro de 1967.

Figura 4. Bandeira Municipal



3.2.3. Hino Municipal

(LEI Nº1589/88, DE 24 DE MARÇO D 1988)

Letra: Wanda Rossi de Carvalho

Música: Diogo Agostinho Pinto e José Leonildo Garcia

Salve, Salve, Bandeirantes
com sua pujança viril
Terra roxa da esperança
enriquecendo o Brasil

Com suas vestes verdejantes
e um traçado tão gentil
de antepassados brilhantes
e o mais belo céu de anil

Salve, Salve, Bandeirantes
com sua pujança viril
Terra roxa da esperança
enriquecendo o Brasil

Bandeirantes é a herança

de um povo trabalhador
que conquistou a bonança
com sacrifício e amor

Salve, Salve, Bandeirantes
com sua pujança viril
Terra roxa da esperança
enriquecendo o Brasil

No horizonte os canaviais
num bailado de harmonia
como se fossem mil pais
dando o pão de cada dia

Salve, Salve, Bandeirantes
com sua pujança viril
Terra roxa da esperança
enriquecendo o Brasil

Bandeirantes pequenina
que possui encantos mil
nas dobras de cada esquina
um pedaço do Brasil

Salve, Salve, Bandeirantes
com sua pujança viril
Terra roxa da esperança
enriquecendo o Brasil.

4. ASPECTOS POPULACIONAIS

Bandeirantes, surgiu emancipou e cresceu de acordo com as tendências sócioespaciais e econômicas vigentes na região Norte do Paraná. Da transformação da Invernada para Bandeirantes, se observa o crescimento e a consolidação do Município através do bom desempenho da cultura do café.

Contextualizando o processo de ocupação de Bandeirantes inserida na mesorregião Norte Pioneiro, o IPARDES cita os fatores que intensificaram a ocupação deste território.

Verificado os dois fatores que otimizaram a evolução da ocupação, reforçaremos o segundo fator, relacionado às terras férteis, conhecidas mundialmente como terra roxa. IPARDES (2004) ressalta que “a frente pioneira, iniciada no século XIX, foi tomada por grandes propriedades dedicadas ao plantio do café, introduziu na região um escasso povoamento, interligada como São Paulo.”

A fertilidade da terra descoberta no século XIX, condicionada à sua abundância ocasionou no início do século XX um adensamento populacional mais expressivo na região. Foi nesta fase que surgiu a cidade de Bandeirantes, dentro de um movimento precursor da grande expansão fronteiriça que iria se alastrar por toda região norte do Paraná. Conclui-se que aliado à abundância de terras, a municipalidade teve seu desenvolvimento rápido graças a imigração mineira e paulista no norte do Paraná e a passagem dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Paraná dentro do território municipal.

Bandeirantes, se emancipou de Jacarezinho em 14 de novembro de 1934 pelo Decreto Estadual n.2396, assinado pelo Interventor Federal Manoel Ribas e com instalação ocorrendo em 05 de janeiro de 1935. Durante o mês de janeiro de 1938, fatores externos fizeram com que o Município fosse extinto e restabelecido. Cornélio Procópio, Santa Amélia e Santa Mariana se tornaram distritos administrativos de Bandeirantes e emanciparam ainda na década de 1940.

O objetivo dos colonizadores era um só: ocupar a terra e plantar café. Bandeirantes, cresceu e se consolidou através dos rendimentos gerados pela cultura cafeeira. Entre 1938 até 1970 a população municipal crescia, com a maioria da população vivendo na zona rural. Segundo o recenseamento de

1940, o município de Bandeirantes tinha 18.637 habitantes. Surgiram várias comunidades rurais, sendo transformadas em distrito administrativo a comunidade de Nossa Senhora da Candelária e inúmeros povoados, retendo a população economicamente ativa no campo.

Conclui-se que a cafeicultura se consolidou e dinamizou a economia da região, pois a população foi crescendo extraordinariamente, provocando o surgimento de vários municípios no Norte do Paraná.

Atualmente a região sente o fenômeno de forte esvaziamento populacional que tem caracterizado a dinâmica de grande parte dos municípios. A estrutura fundiária regional, herdada da cafeicultura, era composta de pequenas propriedades rurais e com necessidade de bastante mão de obra. Constata-se desde a colonização de Bandeirantes a predominância das pequenas propriedades perante as médias e grandes em termo de quantidade de proprietários.

Entre a emancipação municipal em 1938 e o Censo Demográfico do IBGE de 1970, Bandeirantes tinha a maioria população habitando na zona rural. Para demonstrar essa afirmação, em 1970 residiam no município 39.173 habitantes, sendo 24.182 habitantes domiciliados na zona rural e 14.991 habitantes domiciliados na zona urbana. Para demonstrar o oposto e situar o Município no contexto regional e nacional quando à urbanização, em 1990, residiam na municipalidade 34.310 habitantes, sendo 9.888 habitantes domiciliados na zona rural e 24.422 habitantes domiciliados na zona urbana.

A formação da população bandeirantense é variada, do ponto de vista das nacionalidades, os grupos predominantes são os italianos, japoneses, portugueses, espanhóis e árabes. Do mesmo modo existem pessoas de todas as partes do Brasil, com destaque para os paulistas, mineiros, nordestinos e catarinenses.

Com a modernização da agricultura, as propriedades tornaram-se mais concentradas, evidenciando – se o declínio das propriedades até 10 hectares. MORO & ENDLICH (2004) relatam que no período cafeeiro, a população rural era numerosa e superava a urbana e os estabelecimentos agropecuários eram quase autossuficientes, já que grande parte das necessidades de consumo era suprida nas mesmas.

Em 1970 ocorreu no Paraná político oficial de racionalização da cafeicultura, que consistia na erradicação dos cafeeiros antieconômicos e diversificação das culturas na região norte do Paraná. O reflexo desta política mais a geada de 1975 fizeram com que toda a região Norte do Paraná passasse por uma revolução agrícola denominada pela ciência geográfica e econômica como Complexo Agroindustrial. Este processo de modernização agrícola gerou aprofundamento das relações capitalistas no campo, promovendo uma transformação na distribuição espacial da população. O Brasil, o Paraná e Bandeirantes se urbanizaram.

As próximas tabelas elucidarão informações referentes aos componentes demográficos. IPARDES (2004) exalta a importância desses indicadores na análise municipal e regional, sendo as disparidades nas estruturas etárias e de sexo observadas entre as distintas populações dos municípios, ou de grupos de municípios, além de construírem o resultado dos efeitos combinados das respectivas histórias pregressas com a evolução dos componentes demográficos – fecundidade, mortalidade e migração.

Esses componentes demográficos geram pressão de demanda diferenciadas sobre os serviços públicos de atendimento às necessidades básicas da população, especialmente no que se refere aos setores da educação e da saúde. Classificá-las constitui, portanto, elemento relevante para a tarefa de planejamento.

Em conformidade com as transformações ocorridas no espaço regional, o êxodo da década 1980 não foi somente uma transferência dos habitantes da zona rural para a urbana como o ocorrido anteriormente; foi a saída de famílias do Município em busca de melhores condições de vida e trabalho em centros urbanos de médio porte como Londrina e capitais como Curitiba e São Paulo. Em menor proporção, verifica-se uma migração em direção às novas fronteiras agrícolas do país.

A distribuição da população no território na década de 1990 sofreu a influência da nova redivisão do trabalho e dos aspectos da globalização. Verificou-se a continuação do processo de êxodo rural e municipal iniciado nas décadas anteriores, mas com uma diferença significativa: havia mais cidadãos bandeirantenses habitando na zona urbana do que na zona rural.

A tabela abaixo explica a distribuição da população no território municipal da década de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Verifica-se que comparando os indicadores entre 1970 a 2010, houve diminuição da população total, mas um crescimento da população urbana. Entre 1980 a 2010, ocorreu a estabilização da população dentro da dinâmica territorial.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL NAS DÉCADAS DE 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010

INDICADOR	1970	1980	1990	2000	2010
População Total	38.773	33.726	34.310	33.792	32.178
População Urbana	14.591	18.974	24.422	27.720	28.378
População Rural	24.182	14.752	9.888	6.072	3.800

No que tange à composição por sexo da população dos distintos grupos etários, a Mesorregião Norte Pioneiro, a exemplo de outras mesorregiões paranaenses, evidencia a predominância masculina no segmento das crianças e jovens abaixo de 15 anos, residentes na área.

Toda identificação da tendência sócioespacial de Bandeirantes, como a distribuição da população no território no período 1991 a 2010 serão considerados os quesitos:

- a) Evolução da zona urbana e rural do Censo Demográfico do IBGE de 1991 e 2010;
- b) A contagem populacional do IBGE realizada em 2007;
- c) Informações anteriores a 1991.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o Município de Bandeirantes apresenta em seu território 02 distritos administrativos, denominados Bandeirantes e Nossa Senhora da Candelária, constando uma população urbana de 28.378 bandeirantenses (88,2% urbano)

A zona rural é representada pelas comunidades e propriedades rurais e consta com uma população de 3.800 bandeirantenses, totalizando de acordo com a contagem populacional pelo IBGE, a população de Bandeirantes é composta por 32.184 habitantes (11,8% rural).

O Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD entre 2000 e 2010, a população de Bandeirantes cresceu a uma taxa média anual de -0,47%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 82,18% para 88,19%. Em 2010 viviam, no município, 32.184 pessoas.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de -0,19%. Na UF, esta taxa foi de 1,39%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 71,18% para 82,18%.

Confrontando os dados do PNUD e do IPARDES, em Bandeirantes existe uma perspectiva que seu residente tinha taxa expectativa de vida com 74 anos, menor que a expectativa de vida do Estado do Paraná (74,1 anos).

Verificando a taxa geométrica de crescimento anual do município, na evolução da taxa de crescimento total, urbano e rural. Correlacionando com os dados demográficos do IBGE já citados acima, Bandeirantes perdeu entre 2000 a 2010, um total de 1.548 habitantes em 09 anos.

Observa-se também que as taxas geométricas de crescimento anual urbano e rural do município são diferenciadas. Quando se analisa este dado em separado, constata-se que a área urbana teve desde 2010 taxa positiva (de 27.720 para 28.378 habitantes), supondo a necessidade de investimentos nos serviços públicos urbanos.

Mesmo com a diminuição da população total registrada na contagem Populacional de 2010, deve - se reforçar a tese do aumento de recursos investidos na zona urbana.

Na área rural, verifica-se a taxa de crescimento negativo acentuada, acompanhando o movimento de transformação regional, que revê, como uma das características principais, o êxodo rural. Conforme informações do Poder Público Municipal e da EMATER, o Distrito de Nossa Senhora da Candelária e os povoados de Yara, Limeira, Ibiúna, Água Seca, Bairro Ormenezze, Serrinha, Picadão, Ipiranga, água da Onça, Pinto Lima, Porto São José, Yamaguiche, Tabuleta, Jacutinga, Cabiúna e Laranja Azeda são comunidades tradicionais, com população assentada há várias gerações. Verifica-se que desde 1970 estas comunidades perdem população, ocorrendo migração intra-municipal e inter-municipal.

O atual território municipal foi delimitado em 1949. Após essa data o município nunca sofreu qualquer processo de fusão, incorporação, desmembramento ou anexação. Em 1991, a área total municipal possuía 44.761,7 hectares e 34.310 habitantes, constando uma densidade demográfica de 1,29 hab/há ou 77,10 hab/km². Transportando os números para as áreas urbanas, tem-se área de 730 há para o perímetro urbano e 27, 720 habitantes, revelando uma densidade demográfica de 37,96 hb/há.

Para o ano 2005 foi projetada uma área total do município continua de 44.761,7 hectares, como a população total recenseada em 32.290 habitantes. Revela-se assim uma densidade demográfica de 0,700 hab/há.

Tabela 2.9- População residente em 2000 e população residente em 2010, por situação do domicílio, com indicação da população urbana residente na sede municipal, área total e densidade demográfica, segundo as mesorregiões, as microrregiões e os municípios

Município	População residente 2000	População residente 2010	Urbana	Urbana na sede municipal	Rural	Área total Km ²	Densidade demográfica Hab./Km ²
Bandeirantes	33.732	32.184	28.3824	28.121	3.800	445,2	72,29

5. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Os Índices de Desenvolvimento Humano – IDHM é um mecanismo criado pela Organização das Nações Unidas – ONU com o objetivo de medir a qualidade de vida da população. O IDHM considera 03 dimensões: saúde, educação e renda. Para estimar o aspecto saúde é utilizado o índice esperança de vida ao nascer. Para o aspecto educação, são utilizados os índices taxa alfabetização de adultos, assim como a taxa de matrícula combinada nos 03 níveis de ensino. Por fim, busca-se estimar a renda das pessoas pelo PIB per capita, ajustados para diferenças no custo de vida de cada nação.

Conforme os dados do Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, BANDEIRANTES apresenta os seguintes no índice de desenvolvimento humano, demonstrado na Tabela:

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E SEUS COMPONENTES – BANDEIRANTES

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,288	0,560	0,658
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	25,50	39,49	51,43
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	42,69	73,73	92,20
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	47,83	81,42	90,39
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	21,38	69,48	62,38
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	10,65	42,05	52,71
IDHM Longevidade	0,661	0,726	0,819
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,63	68,56	74,16
IDHM Renda	0,597	0,649	0,714
Renda per capita (em R\$)	329,08	454,61	679,72

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD 2010

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Bandeirantes é, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,370), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

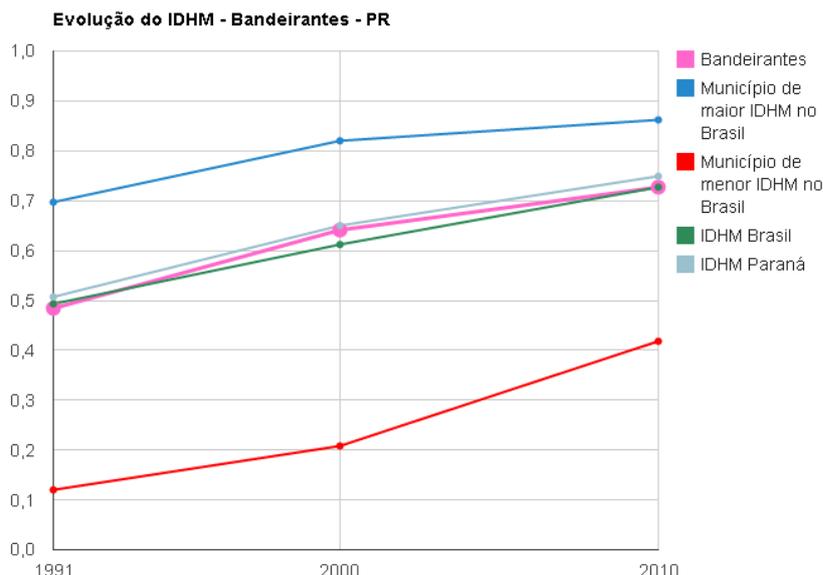
Em relação aos 5.565 municípios do Brasil, BANDEIRANTES apresentou uma situação boa: ocupa a 1.107ª posição, sendo que 1.106

municípios (19,87%) estão em situação melhor e 4.300 municípios (80,13%) estão em situação pior ou igual (PNUD 2010). Em relação aos 399 municípios do Estado, BANDEIRANTES apresenta uma situação boa: ocupa a 92ª posição, sendo que 91 municípios (22,81%) estão em situação melhor e 308 municípios (77,19%) estão em situação pior ou igual (PNUD 2010).

Já as cidades da região; Abatiá obtinha o 306º em 2000 está no 277º lugar. Andirá em 2000 aparecia no ranking em 195º, em 2010 chegou a 98º posição. Cornélio Procópio que em 2000 estava em 38º, aparece na 20º lugar no ranking. Cambará em 2000 era 102º caiu para 123º. Barra do Jacaré em 2000, ocupava a 40º, aparece na 45º posição. Itambaracá em 2000 era de 285º, em 2010 aparece no 261º posição. As cidade que mais amargam os piores índices, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, organizado pelo Programa nas Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) e o resultado de 2010, em nossa região foram Santa Amélia que saiu da 296º em 2000 para 355º posição em 2010, já Santa Mariana foi a que mais caiu na região, saído de 156º em 2000 para 238º.

As dez melhores cidades do Paraná mudaram pouco em uma década: apenas três trocaram de posição. A maior ascensão foi de Cascavel, no Oeste. O município apresentou um aumento de 13% no IDH-M, passando de 0,692, o 12º lugar do ranking em 2000, para 0,782, o quarto melhor resultado da lista de 2010. As outras cidades que entraram no topo do ranking foram Francisco Beltrão, no Sudoeste, que passou de 0,683 na 16ª posição para 0,774 o 8º melhor resultado, e Toledo, que ganhou o décimo lugar do ranking ao evoluir de 0,694 para 0,768 na década. Uma das formas de evidenciar de moda mais direta ou grau de desigualdade social dos municípios da mesorregião Norte Pioneiro está na obtenção dos indicadores de pobreza. Em Bandeirantes percebe-se melhora da qualidade de vida da população local, mas a desigualdade social é considerada alta. Ocorreram à diminuição na porcentagem de pobres, porcentagem de crianças indigentes e a porcentagem de crianças pobres.

Gráfico com e Evolução do IDHM



Fonte: PNUD. Ipea e FJP

5.1. Agropecuária

O contexto do processo de desenvolvimento regional no Estado do Paraná delineou-se em dois momentos geoeconômicos. O **Complexo Rural**, que estendeu - se desde o início da ocupação da Mesorregião Norte Pioneiro até 1970, e o **Complexo Agroindustrial**, articulando ao mercado externo como interno redefinido na década de 1990 na base analítica da divisão social/territorial do trabalho.

No Complexo Rural, período compreendido entre as décadas de 1870 e 1960, o café foi o principal gerador de riquezas para o Estado do Paraná e contribuiu decisivamente para tornar possível a colonização da parte setentrional do seu território, tornando viáveis as pequenas e médias propriedades agrícolas e o seguimento de cidades, numa época de poucas alternativas econômicas. A cafeicultura se consolidou e dinamizou a economia da região.

Diferentemente da Ocupação Planejada de cidades da mesorregião norte central, o processo ocupacional da Mesorregião Norte Pioneiro acontecia

de forma desordenada. Conclui-se que o sistema produtivo da Mesorregião Norte Pioneiro estava vinculado à estrutura do Complexo Rural, com a cafeicultura se consolidando e dinamizando toda região.

No transcorrer da década de 1960, começaram a ocorrer às primeiras políticas nacionais de modernização da produção agrícola, principalmente no que tange ao crédito rural, modificando toda estrutura social e produtiva da região. Neste mesmo período, havia excesso da oferta de café no mercado mundial, provocando forte queda no preço, desencadeando profunda crise na cafeicultura nacional. O Governo Federal da época promoveu a erradicação de 02 bilhões de cafeeiros no país. Até hoje, a lembrança da grande geada de 1975, que dizimou os cafezais de todo o Estado, continua presente nas lembranças das gerações mais antigas.

Inicia-se assim, o mesmo geoeconômico *Complexo Agroindustrial*, caracterizado como um processo de capitalização e modernização rural, formando uma economia agrícola de exportação, primando à difusão da mecanização e do uso de insumos e equipamentos modernos. Simultaneamente ocorreram mudanças na estrutura fundiária da região, onde grande parte das propriedades foi incorporada a outras formando alguns latifúndios, descaracterizando a estrutura fundiária original de pequenas propriedades (modificação da estrutura fundiária).

Em Bandeirantes, no final da década de 1970 e começo da década de 1980, a produção agrícola municipal abandonou totalmente os cafezais e a agricultura de subsistência para ser especializado na produção de algodão.

Nessa época, a modernização produtiva em curso era estimulada pela política agrícola, que possuía forte viés exportador, na qual os incentivos eram dirigidos prioritariamente à expansão das culturas destinadas ao mercado externo. Em função disso, as áreas cultivadas com algodão e café remanescentes se reduziram, sendo substituídas pelo binômio soja/trigo, que passou a ocupar as melhores faixas de terras situadas mais a oeste da região.

A cultura da soja é uma cultura mecanizada por excelência, voltada essencialmente para exportação, sendo vendida na forma de óleo, farelo e ração, sendo estes produtos processados na região e o excedente comercializado para outras regiões e exterior. A soja é a grande responsável

pelo desempenho da Mesorregião Norte Pioneiro no que diz respeito à produção de proteína animal.

O trigo é outra cultura que adentrou o Estado na Década de 1980, aportando no oeste e norte paranaense. A cultura do trigo não tem a mesma segurança que a cultura da soja por causa dos crescentes custos de produção, imprevisibilidade do clima, falta de incentivo à cultura e preço baixo no produto moído.

O mercado de trabalho regional é o fator que exerce mais influência na qualidade de vida na região devido às condições climáticas excepcionais e os efeitos indiretos proporcionada por uma base produtiva agropecuária que tem sido capaz de compatibilizar uma agricultura pautada em mão de obra familiar com um desempenho produtivo.

O município de Bandeirantes tem o seu setor primário fundamentado em uma grande diversidade de culturas, com destaque para o cultivo da cana-de-açúcar, da soja e da pecuária extensiva.

O território municipal é muito vasto, com áreas não propícias à mecanização, favorece a produção de outras culturas, principalmente a horticultura e a fruticultura. O destino dessas culturas é chegar às centrais de abastecimento localizadas em municípios do Estado do Paraná e no Estado de São Paulo.

A atual área do município é ocupados com pastagens:

Capim Colonial, Braquiaria, Pasto Comum

Lavouras com cana – de – açúcar, soja, milho, trigo, alfafa e uva Fina.

Horticulturas: tomate, pimentão, pepino, alface, brócolis, couve – flor, repolho, beterraba, abóbora, cenoura e alho

Fruticultura: goiaba, tangerina, laranja, uva., morango, goiaba, abacaxi, maracujá e banana

Na pecuária, o Município de Bandeirantes vem se destacando em:

Bovinocultura de corte e leite; destacamos as Raças Nelore, Limousin, Holandesa e Misto (15.900 cabeças / ano)

Avicultura de corte (Mais de 1.200.000 cabeças /ano)

Suinocultura (porcos)

Equinos (cavalos)

Piscicultura (peixes)

Com relação aos assentamentos e comunidades rurais, o Poder Executivo Municipal relata as condições sócioespaciais e econômicas dessas comunidades. O assentamento Novo Bandeirantes está localizado no Bairro Cabiúna. Estão assentadas 40 famílias em 310 alqueires paulistas.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário Três Águas – ADECOT está localizada no Bairro Água da Divisa, compreendendo os Bairros Água Seca, Água Vermelha e Água da Divisa. A associação foi fundada em 1993 e a principal cultura em exploração é a uva fina de mesa.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Barrinha do Cateto e Região e está localizada no Bairro do Cateto. A associação foi fundada em outubro de 2006. As culturas exploradas são: alfafa, algodão, milho e feijão.

A Associação Comunitária dos Seis Bairros tem área e abrangência dos bairros de Jacutinga, Yara, Limeira, Ibiúna, Água do Caio e Água das Antas. A associação foi fundada em junho de 2006. As culturas exploradas são cana-de-açúcar, banana, hortaliças e grãos.

A Associação de Hortifrutigranjeiros de Bandeirantes está localizada no Bairro do Cateto. A associação foi fundada em outubro de 2006.

A Associação dos Agropecuaristas do Bairro Tabuleta está localizada no Bairro da Tabuleta. A associação foi fundada em abril de 2002. As culturas exploradas são grãos, cana-de-açúcar, café, laranja e alfafa.

A produção de cana-de-açúcar é comercializada na USIBAN. A comercialização de grãos ocorre nas cooperativas e empresas do município e da região. A produção de alfafa, frutas e hortaliças são comercializadas nos Estados do Paraná e São Paulo. A cultura do café é comercializada nas cooperativas dos municípios e da região.

A produção do setor bovinocultura de corte é comercializada com frigoríficos da região Norte do Paraná. A avicultura de corte é comercializada na Cooperativa Integração.

5.2. Indústria

A assertiva de que se formou um novo perfil industrial no Paraná é válida, conforme consideração já efetuada anteriormente, notadamente para a área metropolitana. Nas demais áreas, embora se tenham instalados alguns

ramos industriais diferentes, tais investimentos não foram suficientes para alterar o perfil da indústria regional. Na realidade, ramos já existentes vêm sendo consolidados. Prevaecem aqueles considerados tradicionais no âmbito da indústria: alimentos e bebidas, vestuários e acessórios, móveis e decoração. É por meio deles que a região insere-se na economia mundialmente articulada.

Na década de 1970, quando houve o impulso ao ramo agroindustrial, a mesorregião Norte Pioneiro produzia uma agricultura de subsistência adjunta a uma estrutura produtiva baseada na cafeicultura. A manutenção do segmento industrial como o mais significativo para a economia regional não significava que ele permaneceu como estava. Ao contrário, ele precisou adaptar-se ao contexto de uma economia com amplos e competitivos mercados. As unidades que não o fizeram precisaram encerrar as atividades ou foram incorporadas por outras.

De qualquer maneira, foram produzidos outros patamares de desigualdade espacial, que, por conseguinte, concretizaram-se e reforçaram os diferentes níveis de oportunidades de trabalho, fatos significativos para compreender a dinâmica demográfica no interior do território paranaense. A Região Metropolitana de Curitiba consolida-se com esses investimentos como área de concentração de empregos, em especial daqueles melhor remunerados.

O dinamismo da mesorregião Norte Pioneiro se alinha em dois eixos econômico geográfico principais. O eixo Jacarezinho/Santo Antonio da Platina, com destaque para atividades de carnes, açúcar e laticínios, com importância secundária no vestuário, e o eixo Cornélio Procópio/Bandeirantes, com ênfase na fiação de algodão e de seda, café e derivados de milho, e, em menor grau, com o segmento de mobiliário.

De acordo com o levantamento realizado, a indústria de Bandeirantes é expressiva, totalizando uma dezena de pequenas e médias empresas instaladas e um parque industrial saturado. Contudo, todas seguem a característica regional de agrupar agroindústrias, destacando-se na paisagem a Usina de Álcool Bandeirantes – USIBAN, maior empregadora do município e o entreposto da COOPERATIVA INTEGRADA.

O Inventário Turístico Municipal, Formulado pela Secretaria da Indústria do Comércio e do Turismo destaca as seguintes indústrias:

- a) Açúcar e Álcool Bandeirantes S/A (produção de açúcar e álcool);
- b) Açúcar Cedro (embala e vende açúcar)
- c) Alpha Editora (convites de formatura)
- d) Design (estojos e álbuns fotográficos)
- e) Divon (cosméticos) Clamaq (máquinas)
- f) Katyara (leite e derivados)
- g) Nema (conectores elétricos)
- h) Nutritop (rações para cães, gatos e peixes)
- i) Sagae Formaturas (presta serviço de eventos)
- j) Vicentinu's Indústria Química Ltda. (produtos de Limpeza)
- k) Zenaplast (produz embalagens plásticas)
- l) Zânia Drageados (alimentos com base de amendoim)
- m) Biscoito Ediluma
- n) Vinícola La Dorni (produz vinhos com e sem álcool);

Destacam-se também empresas de produto de beleza, ração animal, carnes e embutidos, confecções, artigos de cimento, ferro, madeira, pães bolachas e doces caseiros.

A sociedade civil é representativa. Um exemplo concreto é a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Bandeirantes, fundado no ano 1949. Outras organizações vinculadas à agricultura participam ativamente na defesa dos interesses de seus associados. Outro exemplo concreto é a incubadora de empresas, localizada no antigo Instituto Brasileiro do Café. São várias empresas domiciliadas nesses espaços, visando fomentar a indústria bandeirantense.

5.3. Serviços

O comércio de BANDEIRANTES é diversificado, relativamente especializado e expressivo. Ele destaca pelo porte mesorregional do comércio varejista, suprindo grande parcela da demanda, suprindo em grande parte por um centro regional. Neste caso, Bandeirantes supre as necessidades de Itamaracá, Santa Mariana e Santa Amélia e é suprida por Londrina e em parte por Cornélio Procópio. Conclui-se que o nível de centralidade médio para fraco, mas considerável. Em 2015 foram levantados 604 estabelecimentos comerciais

varejistas e 72 estabelecimentos comerciais atacadistas, conforme dados levantados na Secretaria da Fazenda do município.

INFRA –ESTRUTURA DO COMERCIO EM 2015

Estab. Comércio	Nº de Empresas
Comércio varejista	604
Comércio atacadista	72
Comércio em Geral (ambulantes)	146

Em relação aos serviços, o Poder Público Municipal disponibilizou a informação de cerca 636 empresas prestadoras de serviços, que se caracterizam pela diversidade de sua área de atuação e sua centralidade considerável. A municipalidade possui escritórios de contabilidade, despachante, hospital, profissionais liberais, farmacêuticos, bioquímicos e outros. Na tabela tem-se a relação de Estabelecimentos Comerciais e Prestação de Serviços em Bandeirantes.

RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM BANDEIRANTES

Estabelecimento	Quantidade	Estabelecimento	Quantidade
Academia	06	Imobiliária	01
Agência Bancária	05	Indústria	34
Açougues	06	Jornal	01
Agência dos Correios	01	Laboratório de Saúde	04
Agência de viagem	01	Laboratório do Solo	01
Associações	02	Lava Car	04
Auto Escola	03	Marmoraria	03
Bar e Lanchonete	117	Metalurgica	01
Biblioteca	02	Montagem e Serviço de Som	03
Bicicletaria	04	Motel	01
Borracharia	13	Museu	01
Cartório	05	Oficina	53
Casa de Festa e Eventos	01	Olaria	01
Casa Lotérica	02	Ótica e Relojoaria	06
Centro Cultural	01		
Clínicas em geral	11	Padaria e Confeitaria	16
Clube Social	02	Peixaria	01
Consultório Médico	04	Pesque e Pague	03
Consultório Odontológico	13	Pizzaria	04
Cooperativa	02	Posto de Combustível	08

Empresa de Taxi	03	Produção de Eventos(propaganda, instalações)	09
Escola de Esporte	01	Rádio AM	01
Escola de Idiomas	03	Rádio Comunitária	01
Escola Musical	02	Rádio FM	01
Escolas Privadas	07	Restaurante	12
Escolas Públicas Municipais e Estaduais	20	Salão de Beleza	30
Escritório de Advocacia	22	Sapataria	04
Escritório em Geral	102	Serralheria	06
Estacionamento	01	Sorveteria	04
Farmácia	12	Tabacaria	02
Funerária	03	Tapeçaria	05
Granja	01	Transporte em geral	24
Hospital	02	Universidade Privada	01
Hotel	07	Universidades Públicas	02

Fonte: Secretaria da Fazenda do município

INSTITUIÇÕES DO MUNICÍPIO

ACIAB - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE BANDEIRANTES

APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários em todas as escolas do Município;

A.R.A - Associação de Recuperação dos Alcoólatras; Ação Social, do Trabalhador Rural.

Controle Social dos Programas: Bolsa Escola , Bolsa Alimentação e Vale Gás Conselho Tutelar do Menor e Adolescente.

CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança Conselho do Trabalho.

EMATER - Assistência Técnica Rural a todo Município;

G.L.A Grupo Libertador do Alcoólatra

Secretarias: da Educação, da Saúde, da Merenda.

SISTEMA FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Coordenadoria Regional

SINDIREPA - Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios de Bandeirantes – Patronal

Sindicato dos Ensacadores
Sindicato do Empregado do Comércio
Sindicato Rural Patronal
Sindicato dos Trabalhadores Rurais

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Nome	Endereço
Banco Bradesco	Av. Bandeirantes, 879
Banco do Brasil	Av. Bandeirantes, 925
Banco HSBC	Av. Bandeirantes, 755
Banco Itaú	Av. Bandeirantes, 850
Banco Sicred	R. Eurípedes Rodrigues, 690
Caixa Econômica Federal	Av. Bandeirantes, 779
SICOOB	Av. Comendador Luiz Meneghel

6. ASPECTOS CULTURAIS, ESPORTIVOS E RELIGIOSOS

6.1. Diagnóstico

A palavra cultura significa cultivar, e vem do latim colere. De um modo geral a cultura de um povo envolve todo seu conhecimento, arte, crenças, lei, moral, costumes e hábitos adquiridos pelo indivíduo em sua família e também através da sociedade da qual faz parte.

A principal característica da cultura é seu mecanismo adaptativo, ou seja, a capacidade que os indivíduos têm de responder ao meio de acordo com mudanças de hábitos, mais até que possivelmente uma evolução biológica. A cultura é também um mecanismo cumulativo porque as modificações trazidas por uma geração passam à geração seguinte, aonde vão se transformando perdendo e incorporando outros aspectos, procurando assim melhorar a vivência das novas gerações dentro do contexto social do qual fazem parte.

Desta forma, pode-se dizer que a cultura bandeirantense foi construída pela adaptação e miscigenação dos costumes, tradições e manifestações dos diferentes povos que aqui chegaram para colonizar a região.

Bandeirantes conta com um Museu Municipal Maria Calil Zambon , onde é possível conhecer a história da cidade e conhecer objetos utilizados por seus primeiros habitantes. Temos também o Centro Cultural Takiko Hassegawa, espaço destinado a apresentações culturais.

A cultura, e o lazer, são condições essenciais para a integralidade e a plenitude da vida humana. Por isso, a Prefeitura Municipal há muitos anos vem se comprometendo em criar um calendário de forma a dispor por todo o decorrer do ano, eventos que caracterizem a cidade, mantendo as tradições locais, em respeito aos antepassados, propiciando cultura ao seu povo, além de opções de lazer e diversão. Temáticas como música, folclore, religião e cultura japonesa, são alguns dos eixos abordados na realização de todos esses eventos, importantes não só para a cidade, mas também como destaque em âmbito regional.

Fotos do Museu Municipal



Fotos do Centro Cultural Takiko Hasegawa



6.2. Principais Eventos

Feriados Municipal:

- **Data de Aniversário do Município:** 14 de novembro
- **Padroeira:** Santa Terezinha do Menino Jesus - 01 de Outubro
- **Emancipação Política:** 14 de novembro

6.3. Principais Eventos Religiosos:

1) Missa no Santuário São Miguel Arcanjo:

A Missa de cura e libertação é realizada todo dia 29 de cada mês, no Santuário de São Miguel Arcanjo. Peregrinos e romeiros de várias partes do Brasil participam desta Celebração em honra ao Arcanjo. Esse

santuário é conhecido mundialmente por ser o terceiro maior do mundo, dedicado ao arcanjo São Miguel.



2) Festa da Padroeira Santa Terezinha

Todo dia 1º de cada mês, acontece a missa com a bênção das rosas e procissão pelas ruas da cidade. Esse evento religioso move romeiros de toda a região que vem demonstrar a sua fé a nossa Padroeira Santa Terezinha.



6.4. Principais Eventos Culturais:

1) Feira da Lua

A Feira da Lua traz um formato único, que reúne gastronomia e artesanatos. Apostando na parceria entre produtor, expositor e empresários, a Feira da Lua vem colhendo excelentes frutos e semeando cada vez mais conquistas para a empresa, seus parceiros e para Bandeirantes. O objetivo da feira é promover ações sociais,

econômica, culturais e comunitárias, reunindo segmentos, produtos diferenciados e os levando ao público, ordenadamente transformando o negócio em lazer e entretenimento familiar, sedimentando o sucesso entre as parcerias e gerando satisfação para todos que participam desse trabalho. A Feira da Lua acontece toda quinta – feira em frente à Prefeitura Municipal.



2) Cavalgada Rural

O evento é realizado pelo Sindicato Rural de Bandeirantes e Santa Amélia e conta com a participação de Produtores Rurais da região.

Sucesso de público que reúne dezenas de cavaleiros e amazonas, crianças, jovens e adultos. A cavalgada percorre as ruas das vilas da cidade, passando em frente ao Santuário Santa Terezinha do Menino Jesus, recebendo a bênção do padre e depois seguem para a Cooperativa Integrada, onde se concentraram para prestigiar as delícias da culinária da Feira da Lua, entretenimento com trucada, apresentações de roda de viola e, etc.



3) Jogos Florais – Evento Poético Literário

Os Jogos Florais são concursos de Trova realizados sob a égide da União Brasileira de Trovadores. O primeiro concurso do gênero foi instituído na cidade fluminense de Nova Friburgo em 1960, considerada hoje o berço dos Jogos Florais. Em Bandeirantes, teve em 1965 e esse evento é organizado pela União Brasileira de Trovadores o qual acontece na primeira quinzena de setembro, onde ocorre a escolha da Musa Inspiradora, apresentações artísticas de dança e canto, culminando com a entrega de certificados, troféus e livros aos vencedores do concurso de trovas e aos homenageados do evento.

Prestigiam o evento: autoridades locais, presidentes da União Brasileira de Trovadores municipal, estadual, nacional e a comunidade em geral.

Participam do concurso: trovadores de todo o Brasil e exterior, bem como estudantes desta cidade.



4) Festa Junina Municipal

A Festa Junina Municipal é um evento realizado pela Prefeitura Municipal e coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A festa acontece no mês de junho com a apresentação de danças, shows e a exposição de diversas barracas de especiarias da culinária típica do homem do campo, organizadas pelas escolas.



5) Festa do Milho Verde

Festa tradicional que acontece no mês de julho e reúne voluntários que se revezam no preparo de quase uma tonelada de espigas de milho, que são transformadas em curau, pamonha, bolo e suco. Todo o dinheiro arrecadado é revertido para melhorias nas capelas das Paróquias de Bandeirantes.



6) OKTOBERFEST

É uma festa tradicional organizada pelos dirigentes do Guaíra Clube de Campo, realizado no mês de outubro, atraindo milhares de pessoas da região para Bandeirantes. A tradicional festa conta com a realização de desfile de abertura, apresentação de danças folclóricas alemã, comida típica e o tradicional choop.



7) FIABAN (Feira Agropecuária e Industrial de Bandeirantes)

FIABAN (Feira Industrial e Agropecuária de Bandeirantes), evento realizado pela Provopar e Prefeitura de Bandeirantes, contou com a presença de mais de 20 mil pessoas durante quatro dias de festa.

A Fiaban se destacou, dentre os eventos ocorridos na região, por sua organização. Praça de alimentação, parque de diversões, atrações, atividades e diferenciais técnicos, além da presença em grande escala da população de Bandeirantes e também de toda região, que tanto esperavam por um evento desta modalidade na cidade.



8) Baile das Bahamas

O Baile das Bahamas é uma festa de tradicional de discotecagem de música brasileira, que acontece uma vez por ano. Realizado na Sede Campestre do Guaíra Clube de Campo. O último evento foi abrihantado pela Banda OZ, composta por músicos desta cidade.



9) Cantatas de Natal

Evento tradicional no município, que conta uma programação variada, como: abertura do Natal, com iluminação das ruas da cidade, chegada do Papai Noel, apresentações de músicas e cantos Natalinos, por

crianças das escolas e C.M.E.I.s e festa de natal, com feira gastronômica e parquinho de diversões.



10) Escola de Dança Bailado

O Bailado de Bandeirantes é uma escola especializada no ensino da dança e na formação de bailarinos.

Dirigido pela professora e coreógrafa Fernanda Sandoval, o Bailado oferece cursos de Ballet Clássico e Contemporâneo, Sapateado, Dança de Salão, Jazz e Dança do Ventre. Produz espetáculos de dança com elenco formado por seus alunos e profissionais. A escola mantém um grupo especial de dança formado por seus jovens talentos: O Grupo SAGRA.

"Adoro dança... Sempre penso no que o compositor sentia quando juntou as notas... E crio a minha versão daquele momento... A música é a mãe do meu trabalho."



11) Feira do Artesanato

Exposição de trabalhos manuais feitos pelos artesãos de Bandeirantes e destinada tanto ao público artesão quanto às pessoas interessadas no

tema “artesanato”. Além da arte de confeccionar objetos, inclui bordados, crochet, pintura em tela, etc.



12) Outros eventos Culturais:

- **Fogo no Chão**
Data: 14 de setembro
Local: Lions Clube de Bandeirantes
Descrição do Evento: É uma especialidade gastronômica, onde é servido costela assada na brasa.
- **Associação da 3ª idade**
Data: Sábado e datas comemorativas
Local: Vila União – Saída para Pedreira
Descrição do Evento: Lazer: qualidade de vida, baile da 3ª idade.
- **Baile da 3ª idade – Clube Águas Claras**
Data: Toda sexta - feira
Local: Salão do Clube Águas Claras
Descrição do Evento: Lazer: qualidade de vida
- **Festival Gospel**
Data: Dezembro
Local: Centro Cultural Takiko Hasegawa
Descrição do Evento: Apresentações de músicas e cantos

6.5. Principais Eventos Esportivos

O município através da Prefeitura Municipal e da CREM (Comissão Recreativa Esportiva Municipal) promovem diversos eventos esportivos com a participação da população em geral.

1- COPA CREM DE FUTSAL MUNICIPAL

Evento tradicional em nosso município, onde está na 67ª edição desta competição. Onde há a participação em média de mais de 600 participantes entre atletas e dirigentes. Uma competição que tem a duração de 45 dias onde tem uma excelente participação do público em geral.



2- COPA CREM DE FUTEBOL “SENIOR”

Copa CREM de Futebol Sênior está na sua 11ª edição contando atualmente com 11 equipes inscritas participando na competição envolvendo mais de 400 inscritos entre atletas e dirigentes. Participam equipes de nosso município e convidados de cidades vizinhas, com atletas acima de 38 anos de idade. É realizado nos estádios municipais de Bandeirantes aos domingos pela manhã e com duração de 03 meses de competição.



3- JOGOS COLEGIAIS – FASE MUNICIPAL:

É uma das fases desta competição onde os campeões municipais representam nosso município na fase regional deste evento. Participam as escolas estaduais e particulares com alunos de 12 à 17 anos divididos em duas categorias. Geralmente na fase municipal realizamos as competições de futsal, vôlei e futebol de campo.



4- COPA CREM DE FUTEBOL AMADOR SERIE “B”

Esta competição é realizada com 12 equipes de nosso município em nossos estádios municipais, onde as equipes campeãs e vice, conquistam a vaga para a disputa da série A desta modalidade. É realizada aos domingos pela manhã e com duração de 03 meses de competição.



5- COPA CREM DE FUTEBOL AMADOR SÉRIE A

Esta competição é considerada a elite em nosso município, por ser realizada com no máximo dez equipes e por um alto nível técnico. Esta competição é realizada aos domingos pela manhã geralmente no segundo semestre, onde participam somente equipes de nosso município, mas com abertura para atletas convidados de outras cidades. Há uma excelente participação do público em geral prestigiando e comparecendo em grande número a cada rodada.



6- Outros campeonatos em que o município participa:

- **Participação da Fase Regional dos Jogos Colegiais**

A participação nesta competição é realizada pelas escolas campeãs na fase municipal

- **Dia do Desafio (CREM/SESC)**

Evento realizado em parceria com SESC de Cornélio Procópio, onde é desenvolvido atividades de lazer e recreação para nossa comunidade em geral durante o dia todo (das 07h às 21h), o objetivo principal é incentivar e mostrar a população a importância da prática de atividades físicas para a saúde e uma melhor qualidade de vida.

- **Rua do Lazer SESC/CREM**
 Evento em parceria com SESC de Cornélio Procópio, onde realizamos manhãs de lazer para as crianças da comunidade.
- **Copa CREM de FUTSAL Rural**
 Evento realizado na zona rural, onde o objetivo é socialização e confraternização para moradores da zona rural
- **Jogos da JUVENTUDE- FASE REGIONAL**
 Competição promovida pela Secretaria de Esportes do Paraná onde o município participa com equipes nas diversas modalidades esportivas, como: futsal e futebol de campo, onde tivemos grandes conquistas nos últimos anos, no ano de 2013 tivemos uma equipe campeã e representou nossa região na fase final destes jogos na cidade de Umuarama.
- **Jogos Abertos do PARANÁ - FASE REGIONAL**
 Competição promovida pela Secretaria de Esportes do Paraná onde o município participa com atletas adultos, na modalidade de futsal masculino e feminino.
- **Encontro da 3º IDADE**
 Evento tradicional no município, já estamos na 6ª edição, onde o objetivo é promover momentos de lazer e recreação para a comunidade da melhor idade. Realizamos palestras motivacionais e uma linda confraternização entre os participantes.
- **Jogos Abertos de BANDEIRANTES (80 ANOS)**
 Foi realizado no ano de 2014 a 2ª edição destes jogos, onde o objetivo principal é promover atividades e competições para toda comunidade em geral. Neste evento ofertamos jogos de todas as modalidades coletivas e algumas individuais como: basquete, vôlei,

handebol, futebol, futsal e algumas individuais como atletismo, xadrez, dama, sinuca, truco, bocha, pebolim e tênis de mesa.

Atingimos nesta competição mais de 700 participantes entre atletas e dirigentes, onde foram realizados jogos em vários locais de competição durante 09 dias, promovendo momentos de lazer e confraternização entre atletas e ex-atletas de nosso município.

- **Jogos Escolares BOM DE BOLA - FASE MUNICIPAL**

Esta fase municipal é realizada para conhecermos as equipes que irão representar nosso município na fase regional, pois as equipes campeãs adquirem estas vagas.

7- PROJETOS SOCIAIS E ESCOLINHAS DE TREINAMENTO:

- **GINÁSTICA LOCALIZADA PARA MULHERES (SALA DE GINÁSTICA DA CREM)**

É realizado de segunda à quinta-feira aulas de ginástica localizada para mulheres acima de 18 anos gratuito à comunidade.

- **ESCOLINHA DE BASQUETEBOL MASCULINO E FEMININO (06 Á 17 ANOS)**

Treinamentos e iniciação de basquete para meninos e meninas. (gratuito)

De segundas, quartas e sextas-feiras no ginásio de esportes Chinelão

- **ESCOLINHA DE FUTSAL MASCULINO E FEMININO (08 Á 17 ANOS)**

Treinamentos e iniciação de futsal para meninos e meninas (gratuito)

De terça e quintas-feiras no ginásio de esportes Chinelão

- **PROJETO DE FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO E FEMININO (06 Á 16 ANOS)**

Treinamentos e iniciação de futebol de campo para meninos e meninas. (gratuito). Acontecem de segundas e quartas-feiras no campo do Tozinho e terças e sextas-feiras no estádio do São Bento.

- **ESCOLINHA DE DANÇA (JAZZ/HIP HOP)**

São aulas de dança (jazz) para crianças de 05 à 17 anos (gratuito). Acontecem de segundas à quintas-feiras na sala de dança municipal, localizada ao lado do ginásio de esportes Chinelão.

8- Demais oficinas oferecidas pela CREM em parceria com o GRUPO DINÂMICA

- **TREINAMENTO DE JUDÔ** (para adolescentes de 12 Á 17 anos)
- **AULAS DE DANÇA PARA ADOLESCENTES** (para adolescentes de 12 Á 17 anos)
- **TERAPIA FUNCIONAL PARA HOMENS E MULHERES** (para idosos acima de 60 anos)
- **DANÇA DE SALÃO PARA HOMENS E MULHERES** (para idosos acima de 60 anos)
- **CANTO E CORAL** (para idosos acima de 60 anos)

7. ASPECTOS EDUCACIONAIS

7.1. Resgate Histórico

De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 208 da Constituição Federal e a Lei 9394/1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, devendo ser oferecido a toda a população brasileira. Assim, é necessário garantir o acesso e permanência com qualidade a todos os municípios, fundada em políticas educacionais bem definidas propostas pelo Poder Público.

Segundo relatório da Secretaria Municipal de Educação, o município obteve a média 5.1 no IDEB de 2013, atingindo a meta projetada. Esse avanço se dá pela preocupação em capacitar os professores, que recebem cursos de graduação, pós-graduação e formação continuada gratuitos. O Ensino de 9 (nove) anos e o Programa Mais Educação, vem contribuindo de forma significativa com o desenvolvimento do aluno. E a escola, através de uma Gestão Democrática, focada no aluno, busca atingir seu objetivo, que é o de promover o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, para que se transformem em cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

Atualmente temos no município 08 centros de educação infantil, 11 escolas municipais, 06 colégios estaduais, 03 escolas estaduais, 03 escolas particulares, 01 cursinho municipal, 03 universidades e diversos projetos de ensino.

A infra-estrutura dos instrumentos públicos disponibilizados para a educação, compreende estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior distribuídos nas redes pública (municipais e estaduais) e particulares (PRANCHA 41).

7.2- Instituições de Ensino

A relação dos Centros Municipal de Educação Infantil localizadas no Município de Bandeirantes, é a seguinte:

1- Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Bezerra de Menezes está localizado na Rua Francisca Alves Morilla, 605, Vila Macedo. A entidade mantenedora é a Prefeitura Municipal e Associação Fraterna Dr. Bezerra de Menezes. O centro atende 83 crianças, nas entre as seguintes modalidades: berçário, maternal, jardim I, Jardim II e Jardim III nos períodos da manhã e tarde.

2- Centro Municipal de Educação Infantil João do Carmo Santiago está localizado na Rua Crispiniano Souto Sobrinho, 245, Vila São Pedro. É mantida pela Prefeitura Municipal. O centro atende 72 crianças, nas entre as seguintes modalidades: berçário, maternal, jardim I, Jardim II e Jardim III nos períodos da manhã e tarde.

3- Centro Municipal de Educação Infantil Maria Alzira de Souza Trindade está localizado na Rua Luiz André da Silva, s/nº - Quadra 02, Jardim Ana Rosa. Fundado em setembro de 2013. O centro atende 145 crianças, dentre as seguintes modalidades: berçário, maternal, jardim I, Jardim II e Jardim III nos períodos da manhã e tarde. É um prédio de propriedade da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, ocupando uma área de 4.320,00m de terreno.

4- Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Meneghel está localizado na Rua Piracicaba, 385, Vila Maria. É mantida pela Prefeitura Municipal em parceria com e a AMAS. O centro atende 103 crianças, nas entre as seguintes modalidades: berçário, maternal, jardim I, Jardim II e Jardim III nos períodos da manhã e tarde. Entre outros cômodos usados para sala de aula, o centro possui lactário, despensas, cozinha, dormitórios e um playground e jardim.

5- Centro Municipal de Educação Infantil Rotary está localizado na Rua Cândido Magalhães Trindade, 333, vila Pompéia. É mantida pela Prefeitura Municipal em parceria com o Rotary. O centro atende 77 crianças, nas entre as seguintes modalidades: berçário, maternal, jardim I, Jardim II e Jardim III nos períodos da manhã e tarde. Entre outros cômodos usados para sala de aula, o centro possui lactário, despensas, cozinha, dormitórios e parque infantil.

6- Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rita de Cássia está localizado na Rua Eurípedes Rodrigues, 403, Centro. É mantida pela Prefeitura Municipal em parceria com a Loja Maçônica de Bandeirantes. O centro atende 63 crianças, nas entre as seguintes modalidades: berçário, maternal, jardim I, Jardim II e Jardim III nos períodos da manhã e tarde. Entre outros cômodos, o centro possui lactário, despensas, cozinha, dormitórios e parque infantil.

7- Centro Municipal de Educação Infantil Tei Matida está localizado na Rua Sussumi Tanaka,333, Vila Bela Vista. É mantida pela Prefeitura Municipal. O centro atende 103 crianças, nas entre as seguintes modalidades: berçário, maternal, jardim I, Jardim II e Jardim III nos períodos da manhã e tarde. Entre outros cômodos usados para sala de aula, o centro possui lactário, despensas, cozinha, dormitórios e parque infantil.

8- Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Yoricide Miyoshi está localizado na Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, 927, Conjunto Habitacional Humberto Teixeira. É mantida pela Prefeitura Municipal. O centro atende 101 crianças, nas entre as seguintes modalidades: berçário, maternal, jardim I, Jardim II e Jardim III nos períodos da manhã e tarde. Entre outros cômodos usados para sala de aula, o centro possui lactário, despensas, cozinha, dormitórios e um playground e jardim.

A relação de escolas municipais localizadas no Município de Bandeirantes, é a seguinte:

1- Escola Municipal Diógenes Eisenhut Pessoa de Vasconcelos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, com média 4.5 no IDEB de 2013, está localizada na Rua Zulmira Moreira de Albuquerque, 108, Vila União. O prédio é cedido pelo Lions Clube e o espaço também é compartilhado pela Escola Estadual Cecília Meirelles. A escola oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano no período da manhã e da tarde e EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período da noite. Também oferta o Programa Mais Educação e o Mais Cultura para os alunos mais carentes.

2- Escola Municipal Felipe de Almeida Campos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, está localizada no Distrito Nossa Senhora da Candelária e é compartilhada com o Colégio Estadual do Campo Nossa Senhora da Candelária. A escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano no período vespertino. É composta por 06 salas de aula, sala de equipe pedagógica, sala de professores, direção, almoxarifado e uma quadra poliesportiva de 643,87m². Também oferta o Programa Mais Educação, no período da manhã.

3- Escola Municipal Lêda de Lima Canário – Educação Infantil e Ensino Fundamental, com média 5.3 no IDEB de 2013, está localizada na Rua São Paulo, 1574, Centro. Atendendo às modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, Eja Fase I e Educação Especial nas áreas de Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Mental, Sala de Recurso. Também oferta o Programa Mais Educação e o Mais Cultura para os alunos mais carentes.

4- Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com média 4.2 no IDEB de 2013, está localizada na Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, s/n, Conjunto Huberto Teixeira I. A escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano nos períodos matutino e vespertino e EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período noturno. Também oferta o Programa Mais Educação e o Projeto em parceria com o SESC – Futuro Integral.

5- Escola Maria de Lourdes Guedes Mendes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, com média 5.7 no IDEB de 2013, está localizada a Rua Isaura Matsubara s/n, Vila Jardim Paraíso, município de Bandeirantes, Estado do Paraná. É a primeira escola de tempo integral do município. A escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano nos períodos matutino e vespertino e EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período noturno. Também oferta o Programa Mais Educação e o Mais Cultura para os alunos mais carentes.

6- Escola Municipal Maria Inês Speer Faria - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com média 4.2 no IDEB de 2013, está localizada na Rua São Paulo, 440, Vila Macedo. A escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano nos períodos matutino e vespertino. Também oferta o Programa Mais Educação e o Mais Cultura para os alunos mais carentes.

7- Escola Municipal Yukiti Matida - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com média 4.9 no IDEB de 2013, está localizada na Rua Vereador Eli Arantes Pereira, Vila Bela Vista. A escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano nos períodos matutino e vespertino e EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período noturno. A escola compartilha espaço com o Colégio Estadual Bela Vista – Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano e Ensino Médio. Também oferta o Programa Mais Educação, o Programa Mais Cultura e o Projeto em parceria com o SESC – Futuro Integral.

8- Escola Rural Municipal Riciere Ormenezze – Educação Infantil e Ensino Fundamental está localizada na Entrada para Santa Amélia, Km 012, s/n – Bairro Ormenezze. A escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano no período matutino e o Programa Mais Educação no período da tarde. É compartilhada com Escola Estadual do Campo Lourenço Ormenezze – Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano.

9- Escola Rural Municipal São Domingos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, está localizada no Km 18 – Estrada para Abatiá, Bairro Perobinhas. A escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano no período matutino. Por ser uma escola rural, apresenta poucos alunos.

10- Escola Rural Municipal Zulmira de Albuquerque - Educação Infantil e Ensino Fundamental, está localizada na Estrada Velha para Abatiá, km02 – Bairro Invernada. A escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano nos períodos da manhã e tarde e EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período da noite. Também oferta o Programa Mais Educação e o Projeto em parceria com o SESC – Futuro Integral.

11- Escola Municipal Santa Terezinha - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com média 5.5 no IDEB de 2013, está localizada na Rua dos Expedicionários, 270, Vila Moretti. Fundada em 13 de Maio de 1968 recebendo o nome em homenagem à Padroeira de Bandeirantes. A escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano nos períodos da manhã e tarde. O prédio é cedido pelo estado do Paraná. Com área de 10.500,50 metros quadrados e área de 1262,82 metros quadrados construídos. Também oferta o Programa Mais Educação para os alunos mais carentes.

12- Escola Pequeno Príncipe – APAE está localizado na Rua Antonio Álvares Torres, Jardim Paraíso. A entidade tem o apoio da Prefeitura Municipal, que ajuda instituição com recursos financeiros. A escola atende alunos em diversas modalidades (DM, DV E DA) nos períodos de manhã e tarde. São oferecidos na associação psicólogos, assistentes sociais, terapia ocupacional e psiquiatria, fisioterapia, entre outros serviços oferecidos. No período de 1.151 metros quadrados, há uma casa lar, uma quadra coberta, 01 lavanderia, 01 cozinha industrial, 01 estufa e 01 piscina coberta e aquecida.

A relação das escolas e colégios estaduais localizados no Município de Bandeirantes é a seguinte:

1- O Colégio Estadual do Bairro Bela Vista - Ensino Fundamental e Médio, com média 3.6 no IDEB de 2013, está situado à Avenida Vereador Eli Arantes Pereira s/n, município de Bandeirantes, Estado do Paraná, tendo como entidade mantenedora o Governo do Estado do Paraná; começou seu

funcionamento no dia 04/03/91, e no dia 11/03/91 foi inaugurada. Atualmente o Colégio atende nos turnos manhã, tarde e noite, ofertando além do Ensino Fundamental 6º ao 9º ano e Ensino Médio, os programas Mais Educação, Aulas especializadas de Treinamento Esportivo – Xadrez no período vespertino e no período matutino Atividade Complementar Contra turno – Fustsal, atendendo um total de 292 alunos nos três turnos. Através da Resolução nº 572/ 2013 de 05/02/2013, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 22/02/2013, passou a ofertar os cursos Fundamental e Médio respectivamente. O Colégio compartilha a estrutura física com a Escola Municipal Yukiti Matida.

2- O Colégio Estadual “Cyriaco Russo” - Ensino de 2º Grau, de Bandeirantes, Estado do Paraná; foi autorizado a funcionar com o nome de Colégio “Cyriaco Russo” - Ensino de 2º Grau, resultante da reorganização do Colégio Estadual Professor “Mailon Medeiros”, Escola Normal Colegial Estadual Profª. Maria Juvelina dos Santos e Colégio Comercial Estadual “Cyriaco Russo”, conforme o Decreto nº 5324 de 02/08/78. Portaria nº 1344/78 homologa o Parecer nº 37/78/DESG aprovando a reformulação das habilitações: Técnico em Contabilidade, Técnico em Secretariado e Assistente de Administração, ministradas pelo Colégio “Cyriaco Russo” - Ensino de 1º e 2º Graus. Fonte

http://www.bntcyriacorusso.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/8/240/10/arquivo_s/File/ppp2014cyriaco.pdf (acesso 25/03/2015). Atualmente, o Colégio Cyriaco Russo oferta Ensino Médio nos períodos matutino e noturno e Curso de Formação de Docentes no período vespertino e noturno. O Colégio é reconhecido na região pelo trabalho desenvolvido historicamente bem como pela oferta exclusiva de Ensino Médio.

3- Escola Estadual Cecília Meirelles - Ensino Fundamental com média 3.3 no IDEB de 2013, está localizada na Rua Zulmira Moreira de Albuquerque 108 Vila União, Sede. A escola oferta ensino fundamental de 6º ao 9º ano no período da manhã e tarde. A escola oferta 10 (dez) salas de aula e funciona compartilhada com a Escola Diógenes de Vasconcelos - Ensino Fundamental. Conta atualmente com 300 alunos matriculados e residentes nas proximidades da escola e zona rural.

4- Colégio Estadual Huberto Teixeira Ribeiro – Ensino Fundamental Médio, com média 3.8 no IDEB de 2013, foi fundado em 06 de janeiro de 1993; atualmente instalado em sede própria à Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, 1178 - Jardim Morumbi.

5- Colégio Estadual Juvenal Mesquita - Ensino Fundamental e Médio, com média 2.9 no IDEB de 2013, foi criado através do Decreto nº 2264, em 30 de agosto de 1966, com o nome de Grupo Escolar “Juvenal Mesquita”. Construído pelo Governo do Estado do Paraná, no exercício do Governador Exmo. Sr. Ney Braga. Sua inauguração oficial aconteceu no dia 26 de março de 1966. O colégio está situado a rua São Paulo 440, Vila Macedo. A escola oferta ensino fundamental de 6º ao 9º ano e Ensino Médio no período da manhã e da noite, e recursos e apoio no período da tarde. A escola possui 10 salas de 48 metros quadrado, 03 salas de 49,60 metros quadrados e 01 sala de 36.35 metros quadrados.

6- Escola Estadual do Campo Lourenço Ormenezze - Ensino Fundamental - está localizada na entrada para Santa Amélia, Km 012, s/n – Bairro Ormenezze. A escola oferta ensino de 6º ao 9º ano. Atualmente oferta 4 turmas no período da tarde e uma atividade complementar no período da manhã. É compartilhada com Escola Municipal Ricieri Ormenezze.

7- Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros – Ensino Fundamental e Médio, com média 3.5 no IDEB de 2013, está localizado na Rua São Paulo, 2.394, centro. Atualmente possui Ensino Fundamental 6º ao 9º ano, Ensino Médio, e Profissional (com Ensino Médio em Informática Integrado, Técnico em Informática Subsequente, Técnico em Administração Subsequente, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente, Técnico em Secretariado Subsequente e Técnico em Vendas Subsequente) e Curso de Língua Estrangeira Moderna (CELEM) com a modalidade em Espanhol, além de Projetos como o Hora Treinamento (Futsal e Voleibol) e Mais Educação, com a finalidade de aprimorar a educação ampliando a permanência no ambiente

escolar e a interdisciplinaridade. O Colégio conta atualmente 1.061 matrículas no ano letivo de 2015.

8- Colégio Estadual Nóbrega da Cunha – Ensino Fundamental e Médio, com média 4.7 no IDEB de 2013, está localizado na Avenida Prefeito Moacyr Castanho, 1403, Centro. É uma homenagem ao educador e também jornalista na década de 1920 e 1930, o carioca Carlos Alberto Nóbrega da Cunha. Considerada “ESCOLA MÃE”, resultou da junção do grupo Nóbrega da Cunha e do Ginásio Estadual Lysimaco Ferreira da Costa, foi criado em 1950 como Escola Normal Regional. A escola oferta ensino fundamental do 6º ao 9º ano no período da manhã e à tarde; educação de jovens e adultos no ensino fundamental e médio, no período noturno.

9- Colégio Estadual do Campo Nossa Senhora da Candelária – Ensino Fundamental e Médio, foi fundado no ano de 1951, está localizado no Distrito de Nossa Senhora da Candelária. O Colégio oferta ensino fundamental do 6º ao 9º ano período matutino e ensino médio no período noturno. A escola é compartilhada com a Escola Municipal Felipe de Almeida Campos

A relação das escolas e colégios particulares e seus diretores, citados pela Secretaria Municipal de Educação em março de 2015, é a seguinte:

1- Centro de Educação Infantil Pequenos Passos - Fundamental está localizada na Rua Juvenal Mesquita. Atualmente tem como diretora a professora Danielle Assis Capelin Frutuoso.

2- Berçário Infantil Balão Mágico – iniciou suas atividades em janeiro de 2014, localiza-se na Rua Edelina Meneghel Rando nº 1079. O berçário acolhe crianças de 0 à 3 anos. Tem como diretora a professora Mariana Frota Bianconi.

3- Escola Franciscana Santa Isabel – Educação Infantil e Ensino Fundamental está localizada na Rua Dino Veiga, 238, Sede. Atualmente tem como diretora a professora Aparecida Marta de Oliveira.

4- Escola Maximus – Educação Infantil e Ensino Fundamental está localizada na Rua Eurípedes Rodrigues, s/n, Sede. Atualmente tem como diretora a professora Karina Von Der Osten.

5- Colégio Bandeirantes – Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Médio, está localizada na Rua Prefeito José Mário Junqueira 50, Sede. Atualmente tem como diretora a professora Neuza Aparecida Cury Torres.

6- Colégio ECEL de Bandeirantes – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, está localizada na Rua Antonio Sartori nº 981, Vila Rubi. Atualmente tem como diretora a Professora Joelma Cristina de Almeida da Costa.

A relação das Universidades estaduais e particulares e seus diretores, citados pela Secretaria Municipal de Educação em março de 2015, é a seguinte:

1- Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP – Campos Luiz Meneghel - está localizada na BR 369, km 54, Saída para Andirá. A entidade mantenedora é o governo do estado do Paraná. Oferece os cursos de: Ciências Agrônomicas, Ciências Biológicas, Enfermagem, Medicina Veterinária, Sistema de Informação e Ciências da Computação, nos períodos matutino, vespertino e noturno.

2- UNOPAR – Universidade Norte do Paraná – Unidade Bandeirantes - está localizada na Avenida Edelina Meneghel Rando, 151 – Vila Macedo. O prédio é cedido pela Prefeitura Municipal. A Unidade oferece na modalidade presencial, os cursos de Administração (bacharelado), Direito (bacharelado) e Agronomia, na EaD - Modalidade a Distância os seguintes cursos: História, Letras, Administração, Pedagogia, Geografia, Serviço Social e Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.

3- UAB - POLO DE APOIO PRESENCIAL DE BANDEIRANTES
“Prefeito Antenor Moretti” - está localizada na Rua dos Expedicionários, 160, Vila Moretti. Atualmente tem como Coordenadora a Profª Cláudia Socorro Gomes Nogueira.

7.2.1 Projetos desenvolvidos:

Cursinho Pré- Vestibular Municipal – compartilha o prédio com o Polo - UAB e tem como Coordenador o Professor Renan Leandro da Costa Oliveira.

Projeto Usina da Cidadania – é uma associação civil, sem fins lucrativos. Está localizado Rua Benedito Bernardes de Oliveira, 39. Atualmente conta como presidente o Sr. Roberto Pavan.

ACAUEM – projeto para atender crianças carentes, ofertando oficinas artísticas, educacionais e esportivas. Tem como presidente o Sr. Marcio Donizetti.

Biblioteca Pública Cidadã “Jamil Fares Midauar”- situada à Rua Dino VeigaS/N. O acervo esta contabilizado em 14.000 exemplares de livros e 500 exemplares de periódicos. Tem como bibliotecária a Srª Lucinéia da Silva Oliveira. Sua principal clientela é composta de estudantes do município.

7.2.2 Instituições de Ensino cessadas no Município

Denominação do estabelecimento de ensino	Localização	Ano de encerramento das atividades
Escola Rural Municipal Jamil Fares Midauar 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Cabiúna	1982
Escola Rural Municipal Nossa Senhora Auxiliadora 1 grau 1 a 4 serie	Fazenda Carvalhópolis	1982
Escola Rural Municipal Paulo Domingos Regalmuto Filho 1 grau -1 a 4 série	Bairro Yara	1982
Escola Rural Municipal Perobas – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Perobas	1982
Escola Rural Municipal Frei Rafael Proner – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Limeira	1982
Escola Rural Municipal Roberto Von Der Osten – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Taboleta	1983
Escola Rural Municipal Célia Mendonça	Bairro Água Vermelha	1983

Xavier – 1 grau – 1 a 4 série		
Escola Rural Municipal Davina Nascimento Milani – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Serrinha	1982
Escola Rural Municipal Eliza de Souza Ferres	Bairro Laranja Azeda	1982
Escola Rural Municipal Eurípedes Mesquita Rodrigues – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Cascata	1982
Escola Rural Municipal Emílio Corsini – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Balsa do Corsini	1982
Escola Rural Municipal Francisco Geraldo – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Água da Divisa	1982
Escola Rural Municipal Prof. Neusa Silingardi Teixeira – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Ibiúna	1982
Escola Rural Municipal Prof. Getulina k. H. dos Santos – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Água Vermelha	1982
Escola Rural Municipal Maria da Gloria Eiras Henriques – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Jacutinga	1982
Escola Rural Municipal Manoel Alves de Freitas -1 grau – 1 a 4 série	Bairro Água dos Macacos – Hoje – Boa Pastora	1982
Escola Rural Municipal Mãe de Deus – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Ribeirão dos Índios	1982
Escola Rural Municipal Vitório Ducini – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Cabiuninha	1982
Escola Rural Municipal Sebastião Theodoro de Souza – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Cateto	1982
Escola Rural Municipal São José – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Fazenda São José	1982
Escola Rural Municipal São João – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Fazenda Seis Anos	1982
Escola Rural Municipal Santa Luzia – 1 grau – 1 a 4 série	Bairro Ribeirão dos Índios	1982
Escola Rural Municipal Joaquim Manoel da Costa – 1 grau – 1 a 4 serie	Bairro Ribeirão dos Índios	1982
Escola Rural Municipal Papa João XXIII– 1 grau – 1 a 4 serie	Bairro Sítio São Salvador	1982
Escola Rural Municipal João Vilar Peres – 1 grau – 1 a 4 serie	Bairro Água da Onça	1982
Escola Municipal Ruth Diehl Serra Rensi – Educação Infantil Ensino Fundamental	Usina Bandeirantes	2013
Colégio Estadual Usina Bandeirantes	Usina Bandeirantes	2013

Fonte e Ano: Plano de Diretor Municipal de Bandeirantes

7.2.3 Instituições de Ensino

Tabela: Instituições de ensino existentes no Município, 2015

Instituição de Ensino	Rede de Ensino	Localização	Prédio		
			Ano da Construção	Situação	Número de salas de aula
1. Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Bezerra de Menezes	Municipal	Vila Macedo	1984	PRO	6
2. Centro Municipal de Educação	Municipal	Vila Maria	1977	PRO	5

Infantil Paulo Meneghel					
3. Centro Municipal de Educação Infantil Professor João do Carmo Santiago	Municipal	Vila São Pedro	1984	PRO	7
4. Centro Municipal de Educação Infantil Rotary	Municipal	Vila Pompéia	1991	PRO	5
5. Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rita de Cássia	Municipal	Centro	1975	CED	5
6. Centro Municipal de Educação Infantil Tei Matida	Municipal	Vila Bela Vista	1991	PRO	5
7. Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Yoricide Miyoshi	Municipal	Jardim Morumbi	1990	PRO	5
8. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Alzira de Souza Trindade	Municipal	Jardim Ana Rosa	2013	PRO	8
9. Escola Municipal Diógenes Eisenhuth Pessoa de Vasconcelos	Municipal	Vila União	1993	COM	7
10. Escola Municipal Felipe de Almeida Campos	Municipal	Distrito N. S. Candelária	1968	COM	5
11. Escola Municipal Leda de Lima Canário	Municipal	Centro	1962	CED	16
12. Escola Municipal Maria de Lourdes Guedes Mendes	Municipal	Jardim Paraíso	1992	PRO	9
13. Escola Municipal Maria Inês Speer Faria	Municipal	Vila Macedo	1993	COM	8
14. Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho	Municipal	Conj. Hab. Huberto Teixeira	1988	PRO	9
15. Escola Municipal Santa Terezinha	Municipal	Vila Moretti	1976	CED	12
16. Escola Municipal Yukiti Matida	Municipal	Vila Bela Vista	1978	PRO	10
17. Escola Rural Municipal Ricieri Ormeneze	Municipal	Bairro Ormeneze	1975	COM	6
18. Escola Rural Municipal São Domingos	Municipal	Bairro Perobinha	1947	PRO	6
19. Escola Rural Municipal Zulmira de Albuquerque	Municipal	Bairro Invernada	1943	PRO	6
20. Colégio Estadual Cyríaco Russo	Estadual	Centro	1972	PRO	15
21. Colégio Estadual Huberto Teixeira Ribeiro	Estadual	Jardim Morumbi	2000	PRO	7
22. Colégio Estadual Juvenal Mesquita	Estadual	Vila Macedo	1965	COM	12
23. Colégio Estadual Nóbrega da Cunha	Estadual	Centro	1940	PRO	12
24. Colégio Estadual do Campo Nossa Senhora da Candelária	Estadual	Distrito N. S. Candelária	1966	COM	5
25. Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros	Estadual	Centro	1976	PRO	18

26. Escola Estadual Cecília Meireles	Estadual	Vila União	1976	COM	11
27. Colégio Estadual do Bairro Bela Vista	Estadual	Vila Bela Vista	1991	COM	5
28. Escola Estadual do Campo Lourenço Ormeneze	Estadual	Bairro Ormeneze	1975	COM	4
29. Colégio Bandeirantes	Privada	Centro	1981	PRO	8
30. Colégio ECEL	Privada	Vila Rubi	2006	PRO	12
31. Escola Franciscana Santa Isabel	Privada	Centro	1953	ALU	12
32. Escola Pequenos Passos	Privada	Centro	2013	ALU	4
33. Escola Balão Mágico	Privada	Centro	2014	ALU	
34. Escola de Educação Especial Pequeno Príncipe	Privada	Jardim Paraíso	1991	PRO	13
35. Polo de Apoio Presencial Prefeito Antenor Moretti – Polo UAB	Municipal	Vila Moretti	2009	COM	03
36. Cursinho Municipal Pré vestibular	Municipal	Vila Moretti	2009	COM	03
37. Escola Maximus	Privada	Centro	2001	ALU	18
38. Colégio SESI	Privada			PRO	04

Fonte:

Siglas: PRO – Próprio; COM – Compartilhado; ALU – Alugado.

8. NÍVEIS DE ENSINO

A – EDUCAÇÃO BÁSICA

8.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

8.1.1 Diagnóstico

8.1.2 Oferta

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação.

Desde então, o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, se têm mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Objetivos

a) Esta norma tem por objetivo estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas da educação infantil.

b) As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios,

fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

c) Além das exigências dessas diretrizes, devem também ser observadas a legislação estadual e municipal atinentes ao assunto, bem como as normas do respectivo sistema.

A integração dos CMEIS (antigas Creches) à rede municipal de ensino se deu a partir da inauguração dos novos prédios. Até 2007, estas instituições estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Ação Social do Município.

Atualmente a Educação Infantil em Bandeirantes é ofertada em 25 instituições de ensino, que são as seguintes: Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Bezerra de Menezes, Centro Municipal de Educação Infantil Professor João do Carmo Santiago, Centro Municipal de Educação Infantil Maria Alzira de Souza Trindade, Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Meneghel, Centro Municipal de Educação Infantil Rotary, Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rita de Cássia, Centro Municipal de Educação Infantil Tei Matida, Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Yoricide Miyoshi, Escola Municipal Diógenes Eisenhuth Pessoa de Vasconcelos, Escola Municipal Felipe de Almeida Campos, Escola Municipal Lêda de Lima Canário, Escola Maria de Lourdes Guedes Mendes, Escola Municipal Maria Inês Speer Faria, Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, Escola Municipal Santa Terezinha, Escola Municipal Yukiti Matida, Escola Rural Municipal Ricieri Ormenezze, Escola Rural Municipal São Domingos, Escola Rural Municipal Zulmira de Albuquerque pertencem a rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

E também são ofertadas em 6 instituições privadas:

Berçário Balão Mágico, Centro Municipal de Educação Infantil Pequenos Passos, Escola Franciscana Santa Izabel, Escola MAXIMUS, Colégio Bandeirantes e Colégio ECEL.

Tabela X Instituições de ensino que ofertam a Educação Infantil, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos por faixa etária		Turnos	Número de vagas oferecidas	Mantenedora
	0 a 3 anos	4 a 5 anos			
1. CMEI Dr. Bezerra de Menezes	49	42	I	100	Prefeitura Municipal
2. CMEI Professor João do Carmo Santiago	32	40	I	100	Prefeitura Municipal
3. CMEI Maria Alzira de Souza trindade	87	58	I	145	Prefeitura Municipal
4. CMEI Paulo Meneghel	38	45	I	100	Prefeitura Municipal
5. CMEI Rotary	44	36	I	100	Prefeitura Municipal
6. CMEI Santa Rita de Cássia	29	29	I	100	Associação de Assistência Social Estrela de Bandeirantes
7. CMEI Tei Matida	59	45	I	110	Prefeitura Municipal
8. CMEI Vereador Yoricide Miyoshi	57	49	I	110	Prefeitura Municipal
9. Escola Municipal Diógenes Eisenhuth Pessoa de Vasconcelos	00	13	T	25	Prefeitura Municipal
10. Escola Municipal Felipe de Almeida Campos	00	06	T	25	Prefeitura Municipal
11. Escola Municipal Lêda de Lima Canário	00	21	T	25	Prefeitura Municipal
12. Escola Municipal Maria Inês Speer Faria	00	13	T	25	Prefeitura Municipal
13. Escola Municipal Maria de Lourdes Guedes Mendes	00	19	T	25	Prefeitura Municipal
14. Escola P. Moacyr Castanho	00	18	T	25	Prefeitura Municipal
15. Escola Rural Municipal Riciere Ormenezze	00	09	M	25	Prefeitura Municipal
16. Escola Rural Municipal São Domingos	00	30	M	25	Prefeitura Municipal
17. Escola Municipal Santa Terezinha	00	39	T	25	Prefeitura Municipal
18. Escola Municipal Yukiti Matida	00	40	T	25	Prefeitura Municipal
19. Escola Rural Municipal Zulmira de Albuquerque	00	64	M/T	40	Prefeitura Municipal
20. Berçário Balão Mágico	-	-	M/T	-	Privado
21. Escola Franciscana Santa Izabel	20	38	M/T	58	Privado
22. Escola Pequenos Passos	31	16	M/T	50	Privado

23. Escola MAXIMUS	67	39	M/T	150	Privado
24. Colégio Bandeirantes	20	29	M/T	60	Privado
25. Colégio ECEL	18	22	T	50	Privado

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2009.

Siglas: CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil; M – Matutino; T – tarde; I – Integral.

8.1.3. Matrículas

O número de matrículas entre os anos de 2011 e 2015 oscilou muito, após a obrigatoriedade da educação Infantil nas escolas. O município atende mais de 60% dos alunos que precisam frequentar a Educação Infantil.

Tabela 8.1.4.1 Matrículas da Educação Infantil, 2011 – 2015

Redes de ensino / Faixa etária	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	I	451	21	453	21	385	21	484	27	511	30
Privada (0 a 3 anos)	M	16	3	14	2	14	3	9	2	19	3
	V	16	2	14	2	13	2	12	2	13	2
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - 0 a 3 anos		483	26	481	25	412	26	505	31	543	35
Municipal (4 a 5 anos)	M	30	1	31	1	0	0	0	0	30	2
	V	164	6	142	6	25	1	36	2	85	5
	I	342	16	340	16	352	14	417	16	736	16
Privada (4 a 5 anos)	M	29	2	21	2	25	2	36	3	35	3
	V	30	2	33	3	22	2	44	4	41	3
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - 4 a 5 anos		595	27	567	28	424	19	533	25	927	29
Total Geral		1078	53	1048	53	836	45	1038	56	1470	45

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2009.

Siglas: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral.

Quadro 8.1.4.2 Demanda Reprimida instituições de Educação Infantil, 2015

Instituição de Ensino	Faixa Etária	Total em lista de espera
1. CMEI Dr. Bezerra de Menezes	0 a 5	20
2. CMEI Paulo Meneghel	0 a 5	20

3. CMEI Professor João do Carmo Santiago	0 a 5	20
4. CMEI Rotary	0 a 5	15
5. CMEI Santa Rita de Cássia	0 a 5	25
6. CMEI Tei Matida	0 a 5	30
7. CMEI Vereador Yoricide Miyoshi	0 a 5	25
8. CMEI Maria Alzira de Souza Trindade	0a 5	35
9. Escola Rural Municipal Zulmira de Albuquerque	05 anos	00
10. Escola Municipal Yukiti Matida	05 anos	00

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015.

Siglas: M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral.

Como as instituições não possuem estrutura física e recursos humanos suficientes para suprir a demanda, existem critérios de atendimento, com prioridades de acordo com o aspecto socioeconômico da comunidade, conforme demonstra o quadro 1.2.

Quadro 8.1.4.3 Critério de atendimento nas instituições de Educação Infantil, 2015

Instituição de Ensino	Critérios utilizados para o atendimento	Critérios estão definidos no Regimento interno (Sim / Não)	Existe pretensão para ampliar a oferta
CMEI Dr. Bezerra de Menezes	Mãe trabalhando	Sim	Em andamento
CMEI Paulo Meneghel	Mãe trabalhando e/ou comprovada carência financeira	Sim	Em andamento
CMEI Professor João do Carmo Santiago	Mãe trabalhando e/ou comprovada carência financeira	Sim	Em andamento
CMEI Rotary	Mãe trabalhando	Sim	Em andamento
CMEI Santa Rita de Cássia	Mãe trabalhando e/ou comprovada carência financeira	Sim	Em andamento
CMEI Tei Matida	Mãe trabalhando	Sim	Em andamento
CMEI Vereador Yoricide Miyoshi	Mãe trabalhando	Sim	Em andamento

CMEI Maria Alzira de Souza Trindade	Mãe trabalhando e que mora nas proximidades do Centro.	Sim	Em andamento
Escola Municipal Yukiti Matida	Idade para série	Sim	Em Estudo
Escola Rural Municipal Zulmira de Albuquerque	Idade para a série	Sim	Em Estudo

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015.

8.1.4. Infra-estrutura

A infra-estrutura física das instituições que ofertam a Educação Infantil de zero a três anos, de forma geral, encontra-se deficitária, pois, de acordo com a avaliação dos itens básicos necessários para o atendimento desta faixa etária, torna-se necessário a implementação de melhorias para consolidar a proposta da qualidade social da Educação Infantil.

Para o atendimento da Educação Infantil de quatro a cinco anos, conforme avaliação dos itens básicos necessários para o atendimento desta faixa etária, existe uma boa infra-estrutura, com exceção da falta de espaço para ampliar o atendimento.

Até o momento, a perspectiva de ampliação de espaço é para o CMEI Bezerra de Menezes e CMEI Santa Rita, possibilitando com esta medida a ampliação de vagas nestas duas instituições.

Tabela 8.1.5.1 Infra-estrutura das instituições municipais que ofertam a Educação Infantil para crianças de zero a três anos, 2015

Itens específicos para o atendimento	Total de instituições que possuem o item relacionado	Situação (número de instituições)			
		O	B	R	P
1. Espaço para banho de sol (solário)	08	02	03	03	-
2. Sala para repouso	08	01	07	-	-
3. Berços individuais	08	08	-	-	-
4. Local para higienização com balcão e pia	08	01	07	-	-
5. Local para amamentação	08	01	03	04	-

6. Local adequado para o preparo das mamadeiras (lactário)	08	01	04	03	-
7. Lavanderia	08	01	04	03	-

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária.

Tabela 8.1.5.2 Infra-estrutura das instituições municipais que ofertam a Educação Infantil para crianças de quatro a cinco anos, 2015

Itens específicos para o atendimento	Total de instituições que possuem o item relacionado	Situação (número das instituições)			
		O	B	R	P
1. Sala para desenvolvimento de atividades lúdicas/pedagógicas	25	15	07	-	-
2. Sanitários/pias adequados à faixa etária das crianças	10	08	02	-	-
3. Área verde	08	03	04	01	-
4. Tanque de areia	01	01	-	-	-
5. Parque infantil	07	04	02	01	-
6. Material didático suficiente, variado e adequado, que estimulem o desenvolvimento da criança	25	03	05	-	-

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária.

Tabela 8.1.5.3 Infra-estrutura das instituições privadas que ofertam a Educação Infantil para crianças de zero a três anos, 2015

Itens específicos para o atendimento	Total de instituições que possuem o item relacionado	Situação (número de instituições)			
		O	B	R	P
1. Espaço para banho de sol (solário)	05	02	03	-	-
2. Sala para repouso	05	02	03	-	-
3. Berços individuais	00	-	-	-	-
4. Local para higienização com balcão e pia	05	02	03	-	-
5. Local para amamentação	00	-	-	-	-
6. Local adequado para o preparo das mamadeiras (lactário)	05	01	04	-	-
7. Lavanderia	05	01	04	-	-

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária

Tabela 8.1.5.4. Infra-estrutura das instituições privadas que ofertam a Educação Infantil para crianças de quatro a cinco anos, 2015

Itens específicos para o atendimento	Total de instituições que possuem o item relacionado	Situação (número das instituições)			
		O	B	R	P
1. Sala para desenvolvimento de atividades lúdicas/pedagógicas	05	02	03	-	-
2. Sanitários/pias adequados à faixa etária das crianças	05	03	02	-	-
3. Área verde	02	01	01	-	-
4. Tanque de areia	01	01	-	-	-
5. Parque infantil	05	05	-	-	-
6. Material didático suficiente, variado e adequado, que estimulem o desenvolvimento da criança	05	05	-	-	-

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária.

8.1.5. Recursos humanos da Rede Municipal de Ensino

Os recursos humanos disponíveis para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino não são suficientes para atender com qualidade a demanda existente. Para minimizar a desproporção entre o número de crianças matriculadas nas instituições públicas, torna-se necessário, primeiramente, a definição de um número máximo de alunos por turma, tendo como referência o custo-aluno-qualidade, para a posterior realização de concurso público, viabilizando com esta medida o cumprimento das orientações da legislação educacional quanto ao número máximo de alunos por turma, de acordo com a faixa etária.

Tabela 8.1.6.1 Recursos humanos para o atendimento da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	-	01	18	19
Coordenação Pedagógica	-	-	-	-	-	09	09
Docência (concurso)	-	-	-	-	-	-	84
Educador Infantil	-	-	-	60	-	-	60
Estagiário	-	-	-	-	-	-	-
Secretário Escolar	-	-	-	-	-	01	01

Merendeira	02	03	06	01	04	-	16
Auxiliar de Serviços Gerais	03	03	04	04	05	-	19
Servente	-	01	01	-	01	-	26
Zeladora	01	02	02	01	01	-	30
Total	06	17	21	72	19	10	264

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização.

Todos os trabalhadores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino participam de cursos de formação continuada, sendo estes ofertados numa frequência semestral. Os profissionais do magistério também usufruem a hora atividade para a preparação de aulas e estudos, tendo para isto 20% da carga horária do trabalho.

8.1.5.1. Recursos humanos da rede privada:

Tabela 8.1.7.1 Recursos humanos para o atendimento da Educação Infantil na Rede Privada de Ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	-	-	-	-	-	04	01	05
Coordenação Pedagógica	-	-	-	-	-	08	-	08
Docência	-	-	-	-	04	10	-	14
Estagiário	-	-	-	-	-	-	-	02
Secretário Escolar	-	-	-	-	-	05	-	05
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	-	-	-	00
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	00
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	-	-	-	-	00
Auxiliar de Serviços Gerais	02	-	-	-	-	-	-	00
Zeladora	-	10	-	-	-	-	-	10
Total	02	10	00	00	04	28	01	46

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização.

8.1.6. Gestão da rede municipal:

A Proposta Pedagógica para a Educação Infantil é caracterizada por uma Pedagogia Histórico-Crítica, onde os fatores sociais e culturais são valorizados e os conhecimentos que o aluno traz consigo são respeitados e aproveitados.

O ensino centra-se na difusão dos conteúdos, que não são abstratos, mas concretos. O educador deve aproveitar o que o aluno traz consigo, como ponto de partida para o início de suas atividades, buscando cumprir o papel da escola que é o de preparar as crianças para o mundo em que vivem tornando-os seres críticos conscientes das contradições existentes na sociedade da qual fazem parte. Em todas as Instituições de Ensino que ofertam a Educação Infantil, são desenvolvidos, durante o ano letivo, projetos de variados temas, como: Meio Ambiente, Dengue, Água, Clássicos Infantis e Cantigas de Roda. Todas as instituições oferecem uma alimentação escolar balanceada com um cardápio preparado por uma nutricionista, onde inclui frutas e legumes. Para os alunos que moram na zona rural é oferecido o transporte escolar gratuito.

E um dos maiores desafios enfrentados nos dias de hoje é o envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos. As instituições tentam suprir essa falha, convidando os pais a participarem de reuniões pedagógicas, apresentações culturais e comemorativas.

Quadro 8.1.8.1 Dados sobre a Proposta Pedagógica, 2015

Itens avaliados	Total de instituições que responderam Sim	
	Total	%
A instituição possui proposta pedagógica	Sim	100%
Os docentes participam ativamente da elaboração e/ou reformulação da proposta pedagógica	Sim	100%
A comunidade escolar conhece a proposta pedagógica da instituição de ensino	Sim	80%
A atualização da proposta pedagógica é realizada periodicamente	Sim	100%
A proposta pedagógica contempla plano de capacitação continuada do corpo docente	Sim	100%
A proposta pedagógica prevê o atendimento às crianças com necessidades especiais	Sim	100%

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015.

Quadro 8.1.8.2 Dados complementares sobre a gestão, 2015

Itens	Total de instituições que responderam Sim	
	Total	%
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	Sim	50%
Proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	Sim	90%

Proporciona o acesso dos trabalhadores da educação a programas culturais	Sim	90%
Proporciona o acesso dos alunos a atividades esportivas	Sim	100%
Estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	Sim	100%
Oferece aprendizado de informática aos trabalhadores da educação	Sim	100%
Trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	Sim	100%

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015

Tabela 8.1.8.3 Infra-estrutura das instituições privadas que ofertam a Educação Infantil para crianças de quatro a cinco anos, 2015

Itens específicos para o atendimento	Total de instituições que possuem o item relacionado	Situação (número das instituições)			
		O	B	R	P
01- Sala para desenvolvimento de atividades lúdicas/pedagógicas	05	03	02	-	-
02- Sanitários/pias adequados à faixa etária das crianças	05	03	02	-	-
03- Área verde	02	01	01	-	-
04- Tanque de areia	02	02	-	-	-
05- Parque infantil	03	02	01	-	-
06- Material didático suficiente, variado e adequado, que estimulem o desenvolvimento da criança	03	03	-	-	-

Fonte: Setor administrativo das instituições de Educação Infantil, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária.

8.1.7. Considerações finais

Com a implantação, na rede municipal, do Ensino Fundamental de nove anos em 2007, a faixa etária atendida pela Educação Infantil em 2008, passou a ser de zero a cinco anos de idade. Mesmo assim, a oferta de vagas na Educação Infantil ainda é menor que a demanda, especialmente para as crianças de zero a quatro anos. Por isso, em 2013, através do Programa ProInfância, do Governo Federal, o Município inaugurou mais um Centro de Educação com capacidade para atender até 250 crianças.

Todas estas implementações demandaram a reformulação da Proposta Pedagógica e do Regimento Escolar das instituições que ofertam esta modalidade de ensino para que se adequassem à legislação vigente. Cada

Centro de Educação Infantil e Escola Municipal desenvolveram a Proposta Pedagógica através de um processo coletivo, que contou com a participação de todos os envolvidos no processo educacional como equipe pedagógica, docentes, funcionários, pais e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

O Regimento Escolar também é específico de cada instituição de ensino. Este documento é atualizado sempre que necessário, passando pela aprovação do Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procópio.

As despesas dos estabelecimentos de ensino da Educação Infantil são custeadas pela Prefeitura Municipal, tendo como parceria, nos Centros de Educação Infantil, a APMF (Associação de Pais e Mestres) e uma porcentagem dos recursos advindos do PDE além de complementações realizadas pelas próprias instituições através de promoções, que sempre contam com o apoio da comunidade em geral.

8.1.8. METAS E ESTRATÉGIAS

META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 a 05 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 60% das crianças de até 03 anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS

- 1.1 Em regime de colaboração, construir espaços adequados de instituições de Educação Infantil em conformidade com padrões arquitetônicos do MEC, respeitando as normas de acessibilidade, as especificidades geográficas e culturais locais.
- 1.2 Assegurar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sócio cultural tais como: brinquedoteca, cantos do faz-de-conta, bibliotecas infantis e parques infantis.

- 1.3 Garantir que os espaços sejam adequados aos padrões de qualidade e acessibilidade e mobiliados em conformidade com as especificidades infantis.
- 1.4 Assegurar a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- 1.5 Adotar mecanismo de colaboração entre setores da educação, saúde e assistência social na manutenção, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, contemplando as dimensões do educar e cuidar com participação das comunidades interessadas.
- 1.6 Realizar a chamada pública para matrícula das crianças de 0 a 5 anos assegurando o controle da frequência em parceria com o Ministério Público e demais instituições interessadas.
- 1.7 Promover, em regime de colaboração, políticas e programas de qualificação permanente de forma presencial para os profissionais da Educação Infantil.
- 1.8 Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Nacional de Trânsito (DNT) e as normas de acessibilidade que garantam a segurança das crianças com deficiência levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos alunos e assegurando que cada ente assumas suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos alunos oriundos da zona rural e urbana quando houver necessidade.

- 1.9 Implementar políticas públicas destinadas a essa etapa da educação básica no município, visando manter a unicidade entre as propostas do governo federal e estadual.
- 1.10 Elaborar, implantar, implementar e avaliar a proposta curricular para a Educação Infantil que respeite a cultura do campo e a diversidade étnica racial, ambiental e de gênero, bem como o ritmo, as necessidades e especificidades das crianças com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação.
- 1.11 Garantir a permanência de profissionais formados na área, para educar e cuidar das crianças de forma indissociável, conjunta e colaborativa no ambiente educacional de 0 a 5 anos de idade.
- 1.12 Garantir a presença do instrutor de Libras, do professor de Braille, do Cuidador e Equipe Multiprofissional nas escolas de Educação Infantil.
- 1.13 Cumprir as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil, a Política Nacional e demais legislações, políticas, programas e projetos favorecedores do processo educacional das crianças.
- 1.14 Reconhecer as crianças como atores de direito, histórico e de cultura com personalidade própria e em formação investigadora, por excelência que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivenciam, constroem sua identidade pessoal e coletiva, ou seja, a criança brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade.
- 1.15 Inserir no processo formativo das crianças, elementos favorecedores da cultura da paz, do campo artístico e estético, do cuidado com o meio ambiente, da solidariedade, da ética e da justiça.

- 1.16 Ofertar Educação Infantil de 0 a 5 anos de idade, vaga mais próxima de sua residência a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade, em jornada escolar ampliada e integrada, com a garantia de espaços e tempos apropriados às atividades educativas, assegurando a estrutura física em condições adequadas e profissionais habilitados.
- 1.17 Garantir a continuidade dos processos conforme os diferentes momentos de transição vividos pela criança: transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental.

8.2. ENSINO FUNDAMENTAL

8.2.1. Diagnóstico

8.2.2. Oferta

Em relação ao Ensino Fundamental, a ampliação para nove anos, respalda-se legalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9394/96, que sinalizou para o ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade. Com a aprovação da Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005 e da Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, que alteram alguns artigos da LDB, fica institucionalizado o ensino fundamental de nove anos de duração, sendo incluídas no sistema educacional desde 2007 no município de Bandeirantes.

Os estudos demonstram que, quando as crianças ingressam na escola antes dos sete anos de idade apresentam, em sua maioria, resultados mais elevados comparativamente àquelas que ingressaram somente aos sete anos. Esse dado reforça o propósito de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, uma vez que permite aumentar o número de crianças a serem incluídas no sistema educacional.

O Ministério da Educação – MEC, no cumprimento de seu papel como indutor de políticas, estimula a ampliação do debate acerca da infância na educação básica, envidando esforços no sentido de apoiar as redes e sistemas de ensino para assegurar o cumprimento da legislação em vigor que determina

a ampliação do ensino fundamental para nove anos, com início aos seis anos de idade.

Essa medida objetiva a todas as crianças um convívio escolar mais amplo, bem como o emprego mais eficaz desse tempo, contribuindo de forma significativa, para que os alunos aprendam mais e de maneira prazerosa. Para garantir a efetividade dessa política educacional faz-se necessário que seja adotado um conjunto de ações e procedimentos que garanta o cumprimento desse preceito legal quanto à inclusão das crianças de seis anos de idade na instituição escolar.

A LDB, no art. 32, determina como objetivo do Ensino Fundamental a formação do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Avaliação Educacional

Em se tratando de avaliação, faz-se necessário planejar e avaliar bem aquilo que estamos ensinando e o que as crianças estão aprendendo desde o início do processo de escolarização. É preciso não perder tempo, não deixar para os anos seguintes o que devemos assegurar desde a entrada da criança, aos seis anos, na escola. A escola não deve se ater apenas aos aspectos cognitivos do desenvolvimento, uma vez que a reprovação tem impactos negativos, como a evasão escolar e baixa autoestima. Ressalte-se que o art. 24, inciso V, alínea “a” da Lei 9.394/96 estabelece como critérios a “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os 26 quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.”

Na perspectiva de verificar se o direito ao aprendizado de competências básicas e gerais está garantido para cada aluno, o município conta em nível nacional com três instrumentos de avaliação relevantes e um elaborado pelo município, que são:

Prova Brasil - é o instrumento de medida das competências leitora e matemática, aplicado em praticamente todas as crianças e jovens matriculados no ensino fundamental, 5º (quinto) e 9º (nono) anos.

Provinha Brasil - é o instrumento elaborado para oferecer aos professores e aos gestores das escolas públicas das redes e sistemas de ensino um diagnóstico do nível de alfabetização dos alunos, ainda no início do processo de aprendizagem, permitindo assim intervenções com vista à correção de possíveis insuficiências apresentadas nas áreas de leitura e escrita. Essa avaliação é um instrumento pedagógico sem finalidades classificatórias.

Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA - na edição de 2013, a partir da divulgação da Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, a ANA passou a compor o SAEB, tendo como objetivo avaliar em Leitura, Escrita e Matemática, estudantes do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, das zonas urbana e rural. Outra inovação dessa edição do SAEB foi a inclusão, em caráter experimental, da avaliação de Ciências, a ser realizada com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio.

Provinha Bandeirantes – o município adotou desde 2013 um sistema de avaliação próprio com o intuito de avaliar o desempenho dos alunos do 2º ano.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB - pretende ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas no Brasil, combinando dois indicadores: fluxo escolar (passagem dos alunos pelos anos sem repetir) e o desempenho dos estudantes (avaliado pela Prova Brasil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática).

Os resultados do Saeb e da Prova Brasil são importantes, pois contribuem para dimensionar os problemas da educação básica brasileira e

orientar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas educacionais.

No município de Bandeirantes, é evidente a universalização do Ensino Fundamental, sendo a rede municipal e a estadual as maiores detentoras de matrícula das crianças na faixa etária a ser atendida.

Em relação aos estabelecimentos de ensino no município de Bandeirantes, das 19 unidades de ensino do sistema municipal, em 20 funciona o ensino fundamental e em 6 funciona a modalidade de educação de jovens e adultos. Em consonância com a legislação educacional em vigor, o município de Bandeirantes possui 2 (duas) escolas que funcionam em tempo integral, atendendo desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano.

O município, oferta o Ensino Fundamental em 24 instituições, sendo 11 da rede municipal, 09 da rede estadual e 04 da rede privada.

Tabela 2.1.1.1 Instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2015

Nome da instituição de ensino	Total de alunos		Turnos	Tipo de organização
	Anos Iniciais	Anos Finais		
1. Escola Municipal Diógenes Eisenhuth Pessoa	202	-	M / V	Séries anuais
2. Escola Municipal Felipe de Almeida Campos	51	-	M / V	Séries anuais
3. Escola Municipal Leda de Lima Canário	362	-	M / V	Séries anuais
4. Escola Municipal Maria de Lourdes Guedes Mendes	266	-	M / V	Séries anuais
5. Escola Municipal Maria Inês Speer Faria	114	-	V	Séries anuais
6. Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho	279	-	M / V	Séries anuais
7. Escola Municipal Santa Terezinha	455	-	M / V	Séries anuais
8. Escola Municipal Yukiti Matida	179	-	M / V	Séries anuais
9. Escola Rural Municipal Riciere Ormeneze	60	-	M	Séries anuais
10. Escola Rural Municipal São Domingos	25	-	M	Séries anuais
11. Escola Rural Municipal Zulmira de Albuquerque	119	-	M	Séries anuais
12. Colégio Estadual Huberto Teixeira Ribeiro	-	264	M / V	Séries anuais
13. Colégio Estadual Juvenal Mesquita	-	340	M / V / N	Séries anuais

14.	Colégio Estadual Nóbrega da Cunha	-	763	M / V	Séries anuais
15.	Colégio Estadual Nossa Senhora da Candelária	-	93	M	Séries anuais
16.	Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros	-	1.027	M/V/N	Séries anuais
17.	Colégio Estadual Cyríaco Russo	-	934	M / V	Séries anuais
18.	Escola Estadual Cecília Meireles	-	257	M / V	Séries anuais
19.	Escola Estadual do Bairro Bela Vista	-	292	M / V	Séries anuais
20.	Escola Estadual do Campo Lourenço Ormeneze	-	36	V	Séries anuais
21.	Colégio Bandeirantes	70	60	M/V	Séries anuais
22.	Colégio ECEL	48	38	M	Séries anuais
23.	Escola Franciscana Santa Isabel	63	28	M	Séries anuais
24.	Escola Maximus	108	55	M/V	Séries anuais

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental, 2015.
Siglas: M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

8.2.3. Infraestrutura

A infraestrutura disponível nas escolas tem importância fundamental no processo de aprendizagem. É recomendável que uma escola mantenha padrões de infraestrutura adequados para oferecer ao aluno instrumentos que facilitem seu aprendizado, melhorem seu rendimento e tornem o ambiente escolar um local agradável, sendo, dessa forma, mais um estímulo para sua permanência na escola.

A infra-estrutura das instituições que ofertam o Ensino Fundamental da rede municipal encontra-se, de forma geral, em boas condições para o atendimento. Porém, muitos reparos precisam ser feitos, devido à depredação de vândalos e da ação e tempo. Pela tabela nota-se a necessidade de implantação de bibliotecas, já que a maioria das escolas apresentam “cantinho da leitura” e conseqüentemente a melhorias nos acervos, refeitórios, salas de recursos multifuncionais, mas o que mais chama a atenção é a falta de acessibilidade (Adequação de rampas, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias) e banheiros adaptados.

Tabela 2.1.1.2. Infra-estrutura das instituições que ofertam o Ensino Fundamental na Rede Municipal, 2015

Itens avaliados	Total de instituições que possuem o item relacionado		Situação (número de instituições)			
			O	B	R	P
1. Energia elétrica	11	100%	08	02	01	-
2. Água filtrada ou tratada	11	100%	04	05	02	-
3. Esgoto	11	100%	05	05	01	-
4. Sala de direção	11	100%	06	05	-	-
5. Sala de Coordenação Pedagógica	06	54%	04	02	-	-
6. Secretaria	09	81%	05	04	-	-
7. Sala de professores	10	90%	06	04	-	-
8. Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	11	100%	01	02	02	-
9. Sala de recursos didáticos	01	9%	-	01	-	-
10. Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	01	9%	01	-	-	-
11. Refeitório	04	36%	03	01	-	-
12. Almojarifado (material escolar)	05	45%	04	-	01	-
13. Depósito (material de limpeza)	09	81%	07	01	01	-
14. Depósito de botijão de gás	09	81%	01	07	-	01
15. Cozinha	11	100%	05	04	01	01
16. Despensa (alimentos)	09	81%	05	04	01	01
17. Instalações sanitárias - alunos	11	100%	03	05	02	01
18. Instalações sanitárias - administrativo	09	81%	07	02	-	-
19. Recreio coberto	04	36%	01	03	-	-
20. Campo esportivo	01	09%	01	-	-	-
21. Quadra poliesportiva	02	18%	-	02	-	-
22. Quadra de esportes coberta	02	18%	01	01	-	-
23. Laboratório de informática	09	81%	04	04	01	-
24. Acesso à internet para alunos	00	0%	-	-	-	-
25. Acesso à internet para professores e funcionários	09	81%	-	-	-	01
26. Mobiliário adequado à faixa etária	11	100%	11	-	-	-
27. Material pedagógico de apoio ao aluno	11	100%	10	01	00	00
28. Material pedagógico de apoio ao professor	11	100%	01	10	-	-
29. Adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)	04	36%	03	-	01	-

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária.

8.2.3.1. Rede Estadual

Nas instituições que ofertam o Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede estadual, a infra-estrutura, de uma maneira em geral é considerada boa, oferecendo condições básicas para o atendimento.

De acordo com a tabela abaixo, nota-se a necessidade da falta de espaço físico para as atividades extra – classe, como: campo, quadra, etc, e o mais agravante é a falta de acessibilidade, as escolas na sua minoria apresentam as adequações necessárias para atender ao alunos portadores de necessidades especiais.

Tabela 2.1.2.4 Infra-estrutura das instituições que ofertam o Ensino Fundamental na rede estadual, 2015

Itens avaliados	Total de instituições que possuem o item relacionado		Situação (número de instituições)			
	O	B	R	P		
1. Energia elétrica	09	100%	X			
2. Água filtrada ou tratada	09	100%	X			
3. Esgoto	09	100%	X			
4. Sala de direção	09	100%	X			
5. Sala de coordenação pedagógica	09	100%	X			
6. Secretaria	09	100%	X			
7. Sala de professores	09	100%	X			
8. Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	08	88%	X			
9. Sala de recursos didáticos	03	33%		X		
10. Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	03	33%			X	
11. Almoxarifado (material escolar)	09	100%	X			
12. Refeitório	08	88%		X		
13. Depósito (material de limpeza)	09	100%		X		
14. Depósito de botijão de gás	09	100%				X
15. Cozinha	09	100%	X			
16. Despensa (alimentos)	09	100%	X			
17. Instalações sanitárias - alunos	09	100%	X			
18. Instalações sanitárias - administrativo	09	100%	X			
19. Instalações sanitárias - funcionários	09	100%		X		
20. Recreio coberto	08	88%		X		
21. Campo esportivo	01	11%			X	
22. Quadra poliesportiva	05	55%		X		
23. Quadra de esportes coberta	07	77%			X	
24. Laboratório de informática	09	100%	X			
25. Acesso à internet para alunos	09	100%		X		
26. Acesso à internet para professores e funcionários	09	100%	X			
27. Mobiliário adequado à faixa etária	09	100%	X			
28. Material pedagógico de apoio ao aluno	08	88%	X			
29. Material pedagógico de apoio ao professor	09	100%	X			
30. Adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)	04	44%			X	

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária.

8.2.3.3. Rede Privada

De acordo com a avaliação dos itens da infra-estrutura das instituições da rede privada, de forma geral, todas apresentam boas condições de atendimento, pois as conquistas e avanços vão acontecendo com o decorrer do tempo.

Tabela 2.1.2.6 Infra-estrutura das instituições que ofertam o Ensino Fundamental na rede privada, 2015

Itens avaliados	Total de instituições que possuem o item relacionado		Situação (número de instituições)			
			O	B	R	P
1. Energia elétrica	03	100%	x			
2. Água filtrada ou tratada	03	100%	x			
3. Esgoto	03	100%	x			
4. Sala de direção	03	100%	x			
5. Sala de Coordenação Pedagógica	03	100%	x			
6. Secretaria	03	100%	x			
7. Sala de professores	03	100%	x			
8. Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	03	100%	x			
9. Sala de recursos didáticos	03	100%	x			
10. Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	03	100%	x			
11. Almoxarifado (material escolar)	03	100%	x			
12. Refeitório	03	100%		x		
13. Depósito (material de limpeza)	03	100%	x			
14. Depósito de botijão de gás	02	66%		x		
15. Depósito de lixo	02	66%		x		
16. Cozinha	02	66%		x		
17. Despensa (alimentos)	03	100%		x		
18. Instalações sanitárias - alunos	03	100%	x			
19. Instalações sanitárias - administrativo	03	100%	x			
20. Instalações sanitárias - funcionários	03	100%	x			
21. Recreio coberto	02	66%	x			
22. Campo esportivo	02	66%		x		
23. Quadra poliesportiva	01	33%		x		
24. Quadra de esportes coberta	03	100%		x		
25. Laboratório de informática	03	100%	x			
26. Acesso à internet para alunos	03	100%	x			
27. Acesso à internet para professores e funcionários	03	100%	x			
28. Mobiliário adequado à faixa etária	03	100%	x			
29. Material pedagógico de apoio ao aluno	03	100%	x			
30. Material pedagógico de apoio ao professor	03	100%	x			
31. Adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)	02	66%		x		

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária.

8.2.4. Matrículas

As matrículas das redes de ensino municipal, estadual e privada, tiveram um aumento significativo nos últimos 2 anos, isso devido a implantação de escolas em tempo integral.

Tabela 2.2.1 Matrículas do Ensino Fundamental, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU								
Municipal (Anos Iniciais)	M/V	2.040	99	2.087	101	1.966	88	1.871	87	2.436	112
Estadual (Anos Finais)	M/V/N	2.163	106	1.879	70	1.854	72	1.754	53	3.457	140
Total – Rede Pública		4.203	205	3.966	171	3.820	160	3.625	140	5.893	252
Privada (Anos Iniciais)	M/V	-	-	-	-	294	23	306	23	330	20
Privada (Anos Finais)	M/V/N	-	-	-	-	257	16	263	16	217	12
Total – Rede Privada						551	39	569	39	547	32

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental, 2015.

Siglas: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral; N – Noturno.

8.2.5. Recursos humanos

8.2.5.1. Rede Municipal de Ensino

Os recursos humanos da rede municipal de ensino encontram-se compatíveis em relação ao número de alunos matriculados, sendo que nos últimos meses foram convocados mais de 50 profissionais do concurso público municipal. Todas as instituições contam com diretores, equipe Pedagógica capacitada para assumir tal função.

A Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Prefeitura Municipal e a Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) oferta cursos totalmente gratuito aos professores que queiram se aperfeiçoar, como:

- Pedagogia – Licenciatura
- Psicopedagogia – Especialização
- Educação Especial – Especialização

- Metodologia de Alfabetização – Especialização
- Gestão Pública – Especialização

Todos os profissionais da educação participam semestralmente de cursos de formação continuada para a melhoria do desempenho de suas atividades. E possuem tempo destinado para a hora atividade (com percentuais diferenciados em cada uma), para preparação das aulas e estudos.

Ao analisarmos a tabela, percebemos que o número de cargos e/ou funções que devem ter o número ampliado são: Zeladores; Equipe de Coordenação Pedagógica; Serventes e Inspetor de alunos.

Tabela 2.2.3.2. Recursos humanos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	02	-	09	11
Coordenação Pedagógica	-	-	-	01	01	05	07
Docência (concurso)	-	-	-	18	64	98	180
Secretário Escolar	-	-	01	01	05	01	08
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	03	02	04	09
Merendeira	03	-	04	-	07	01	15
Auxiliar de Serviços Gerais	-	02	02	05	10	01	20
Servente	-	02	-	-	06	02	10
Zeladora	04	02	05	-	08	-	19

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental, 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização.

8.2.5.2. Rede Estadual de Ensino

Os recursos humanos da rede estadual de ensino também se encontram desproporcionais em relação ao número de alunos matriculados e, para minimizar esta desproporção, faz-se necessária a ampliação de cargos e/ou funções nas seguintes instituições: Inspetor de alunos, bibliotecário, agente educacional; Secretário escolar, auxiliar de serviços gerais; porteiro; guarda noturno.

Todos os profissionais da educação participam anualmente e/ou semestralmente de cursos de formação continuada.

Em todas as instituições os profissionais do magistério possuem tempo destinado para a hora atividade (com percentuais diferenciados em cada uma), para preparação das aulas e estudos.

Tabela 2.2.3.4. Recursos humanos do Ensino Fundamental da Rede Estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	LIC	ESP	DOU	
Direção	-	-	-	-	11	-	11
Vice-direção	-	-	-	-	04	-	04
Coordenação Pedagógica	-	-	-	-	36	-	36
Docência (concurso)	-	-	-	-	129	-	129
Docência (contrato)	-	-	-	10	34	-	44
Secretário Escolar	-	-	01	01	04	-	06
Auxiliar de Secretaria	-	-	02	01	-	-	03
Auxiliar Administrativo	-	-	03	05	08	-	16
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	01	-	-	01
Merendeira	-	-	08	03	-	-	11
Auxiliar de Serviços Gerais	02	03	19	02	-	-	26
Zeladora	-	-	01	-	-	-	01

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental, 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; DOU – Doutorado.

8.2.5.3. Rede Privada de Ensino

Os recursos humanos da Rede Privada é uma realidade, em particular, de cada instituição. Segundo informações são suficientes para atender ao número de alunos matriculados.

Os profissionais da educação participam de cursos de formação continuada, com frequência. E todos os profissionais do magistério possuem tempo destinado para a hora atividade (com percentuais diferenciados em cada uma), para preparação das aulas e estudos.

Tabela 2.2.3.6. Recursos humanos do Ensino Fundamental da Rede Privada de Ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	-	-	-	-	-	06	-	06
Vice-direção	-	-	-	-	-	-	-	-
Coordenação Pedagógica	-	-	-	-	-	06	-	06
Docência	-	-	-	-	-	26	-	26
Secretário Escolar	-	-	-	-	-	04	-	04
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	-	01	-	-	01
Auxiliar de Serviços Gerais	02	05	01	-	-	-	-	08
Zeladora	-	02	-	-	-	-	-	02

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental, 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

8.2.6. Rendimento escolar

O rendimento escolar vem melhorando a cada ano, as instituições desenvolvem ações para suprir as falhas do sistema, como: reforço ao aprendizado dos alunos, grupos de estudos, destinação de parte do horário de trabalho dos professores para ações de reflexão sobre a aprendizagem dos alunos e utiliza os dados de desempenho dos alunos como parte do seu planejamento pedagógico. Em 2014 as disciplinas com maior índice de repetência no Ensino Fundamental (séries finais) e da rede privada, foram: Língua Portuguesa e Matemática.

O maior desafio da Rede Estadual continua sendo a evasão no período noturno, que é causado pelos alunos trabalhadores que têm quase todas jornadas de trabalho de oito ou mais horas diárias, não raro em atividades pesadas e difíceis, e muitos dos conteúdos fogem da área de interesse dos alunos, desmotivando a sua permanência.

8.2.6.1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Em 2007, o INEP elaborou um novo indicador de qualidade educacional que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou SAEB) com informações sobre rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono dos alunos do ensino fundamental e médio), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Essa combinação entre o fluxo e a aprendizagem, é expressa em valores de 0 a 10, mostrando o andamento dos sistemas de ensino, em âmbito nacional, nas unidades da Federação e nos municípios.

O ano fixado como marco inicial foi 2005, com projeções bienais até o ano de 2021. A meta é que o IDEB do Brasil passe dos atuais 3,8 para 6,0, o que corresponde a um sistema educacional com qualidade semelhante a de países desenvolvidos. Mas para tanto, é necessário o esforço de todos os entes federados. Por isso, o INEP também divulgou em 2013, os índices por município e por escola (somente as situadas na zona urbana), de modo a ampliar as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que os índices podem ser comparados nacionalmente, estando disponível para consulta.

Em Bandeirantes, os índices obtidos pelas instituições de ensino em 2013, apresentou avanços por parte de algumas escolas e quedas por parte de outras.

Ao analisarmos a tabela 2.1.2, percebemos as instituições da rede Municipal que não atingiram a meta projetada foram: Escola Municipal Diógenes E. P. de Vasconcelos, Escola Municipal Maria Inês Speer Faria e a Escola Municipal Moacyr Castanho.

Tabela 2.2.4.2. IDEB's observados em 2007-2013 e metas projetadas das instituições municipais que ofertam o Ensino Fundamental, 2015 – 2021

Instituição Municipal de Ensino	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Escola Municipal Diógenes E. P. de Vasconcelos	4.0	4.8	5.4	4.5	5.3	5.5	5.8	6.1
Escola Municipal Lêda de Lima Canário	4.2	4.3	5.5	5.3	5.0	5.3	5.6	5.8
Escola Municipal Maria de Lourdes Guedes Mendes	4.3	5.3	-	5.7	4.9	5.2	5.5	5.7
Escola Municipal Maria Inês Speer Faria	4.2	4.3	-	4.2	4.9	5.2	5.5	5.8
Escola Municipal Moacyr Castanho	4.3	5.1	5.7	4.2	5.9	6.2	6.4	6.7
Escola Municipal Santa Terezinha	4.7	5.4	5.4	5.5	5.7	5.9	6.2	6.4
Escola Municipal Yukiti Matida	4.3	3.9	4.8	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0

Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em maio de 2015).

Ao analisarmos a tabela 2.1.3, percebemos as instituições da Rede Estadual que não atingiram a meta projetada foram: Escola Estadual Cecília Meireles, Colégio Estadual Juvenal Mesquita e Colégio Estadual Mailon Medeiros

Tabela 2.2.4.3. IDEB's observados em 2007-2013 e metas projetadas das instituições municipais que ofertam o Ensino Fundamental, 2015 – 2021

Instituição Estadual de Ensino	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Colégio Estadual Bela Vista	3.6	3.2	3.6	3.6	4.0	4.2	4.5	4.8
Escola Estadual Cecília Meireles	4.0	4.5	3.7	3.3	4.7	5.0	5.2	5.5

Colégio Estadual Huberto Teixeira Ribeiro	3.3	3.1	3.2	3.8	4.2	4.5	4.7	5.0
Colégio Estadual Juvenal Mesquita	3.3	2.6	2.6	2.9	4.7	4.9	5.2	5.4
Colégio Estadual Mailon Medeiros	3.9	4.3	4.0	3.5	5.1	5.4	5.6	5.9
Colégio Estadual Nóbrega da Cunha	3.8	4.4	4.2	4.7	4.6	4.8	5.1	5.3

Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em maio de 2015).

8.2.7. Gestão escolar

8.2.7.1. Rede municipal de ensino

Todas as escolas municipais reorganizaram as propostas pedagógicas em 2007, adequando-as ao Ensino Fundamental de nove anos. O Projeto Político-Pedagógico foi construído baseado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, assegurando a implementação de uma gestão democrática do ensino público. Todas as escolas rurais e urbanas organizaram o ensino em seriação propiciando um tempo mais flexível para atender os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos:

- Ensino Fundamental de nove anos: séries iniciais do 1º ao 5º ano (início com seis anos de idade ou a completar até 31 de dezembro do corrente ano letivo) - 1º ciclo correspondendo ao 1º e 2º ano e seriação no 3º, 4º e 5º ano (com aferição de notas).

As disciplinas ofertadas na rede são: Arte, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Português e Matemática.

A avaliação acontece por meio da observação, avaliação diagnóstica (participação, interação, cooperação e conhecimento adquirido) para 1º e 2º ano e notas para 3º, 4º e 5º ano. O rendimento mínimo exigido para a aprovação é a nota seis.

O Calendário Escolar é elaborado anualmente em atendimento ao Artigo 24 da Lei nº 9394/96, pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com prévia 51 instrução da SEED. A sua elaboração conta com a participação de diretores municipais e estaduais, tendo em vista o uso de transporte escolar coletivo cedido pela Prefeitura Municipal, bem como a consonância das datas de reuniões pedagógicas e outras possíveis datas a

serem destacadas no calendário escolar, visando o bom andamento da educação no Município.

O Calendário Escolar Municipal de 2015 garante os 200 dias letivos com 800 horas/aulas (4 horas semanais) de efetivo trabalho escolar, sendo respeitados todos os feriados nacional e municipal. O calendário prevê 101 dias letivos para o 1º semestre e 102 dias letivos para o 2º semestre, conselhos de classes, recessos, reuniões pedagógicas, férias dos docentes e discentes e feriados. Caso haja algum imprevisto durante o período letivo, que possa prejudicar o cumprimento deste Calendário, a Escola elabora um Calendário de Reposição, de forma a garantir o total de dias letivos exigidos.

O Município de Bandeirantes vem assegurando aos seus educando o fornecimento de alimentação rica, sadia, nutritiva e de qualidade, contando em seu quadro de funcionários duas nutricionistas para dar suporte as 11 escolas, 1 APAE e 08 Centros Municipais de Educação Infantil, onde são servidas aproximadamente 6300 refeições diárias.

O Setor de Merenda Escolar, oferta atendimento especial às crianças com patologias (intolerância à lactose, etc) com acompanhamento nutricional, cardápios diferenciados.

A padaria oferta pães diariamente para os Centros Municipais de Educação Infantil e algumas entidades do município. E semanalmente para escolas.

O transporte é oferecido para todos os alunos que moram na zona rural ou em localidades distantes das escolas.

O município foi contemplado com vários programas do Governo Federal, que incentiva a participação dos alunos em diversas áreas, como por exemplo: cultura, esporte e reforço didático, garantindo a presença dos alunos em tempo integral na escola. Também foi firmando parcerias para o auxílio no desenvolvimento de projetos que ajudam a promover o desenvolvimento integral do ser humano e a consciência de cidadania, como:

- ECONORTE (Empresa Concessionária de Rodovias do Norte);
- SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto);
- Sindicato Rural;
- Cooperativa Integrada;

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.



PROJETO BULLYNG

Palestra com a presença da Patrulha Escolar sobre Bullyng, preconceito, respeito entre os colegas, disciplina, entre outros assuntos. Visando melhorar o aprendizado, tornar o ambiente escolar humanizado e correto, priorizando principalmente o controle da indisciplina. Agradecemos o Sargento Ormeneze e Soldado Santos que prontamente aceitaram o convite.



PROGRAMA MAIS CULTURA NAS ESCOLAS

O programa Mais Cultura nas Escolas consiste em iniciativa interministerial firmada entre os Ministérios da Cultura (MINC) e da Educação (MEC), que tem por finalidade fomentar ações que promovam o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas contempladas com os Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador e experiências culturais e artísticas em curso nas comunidades locais.

O Plano de Atividade Cultural é composto das mais diversas linguagens artísticas (música, audiovisual, teatro, circo, dança, artes visuais, etc.) e/ ou manifestações da cultura (tradição oral, rádio, culinária, mitologia, vestuário, internet, mímica etc.). Com o objetivo de reconhecer e promover a escola como espaço de circulação e produção da diversidade cultural brasileira, contribuindo com a formação de público para as artes e ampliar o repertório cultural da comunidade escolar. Proporcionar aos alunos vivências artísticas e culturais promovendo a afetividade e a criatividade existentes no processo de ensino e aprendizagem.



PROJETO SAÚDE E HIGIENE BOCAL

O presente projeto visa desenvolver ações voltadas para o cuidado com a saúde e higiene das crianças no ambiente escolar. Em parceria com o Dr. Luciano foi desenvolvido o “Projeto Sorriso do Bem”, depois de coletar e analisar os dados das escolas e creches visitadas, começaram o tratamento com as crianças com casos mais graves, e com menos condições financeiras.



PROJETO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

O presente projeto tem como objetivo abordar e discutir assuntos relacionados à alimentação saudável. O tema alimentação é motivo de

preocupação dos pais e educadores, visto que o mercado oferece uma enorme quantidade de produtos alimentícios que, através da mídia, invadem as nossas casas e tornam os hábitos alimentares bastante inadequados.



PROJETO DENGUE

Conhecer sobre os cuidados que se deve ter para Evitar o crescimento



de focos do mosquito. Auxiliando para Melhoria da sociedade e conscientizar os adultos sobre a importância de prevenir o mosquito da Dengue.

PROJETO DE LEITURA

A leitura é um instrumento valioso para a apropriação de conhecimentos relativos ao mundo exterior. Ela amplia e aprimora o vocabulário e contribui para o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo, pois possibilita o contato com diferentes idéias e experiências. Assim, é obrigação da escola desenvolver o gosto e o prazer pela leitura, tornando os estudantes capazes de

compreender diferentes gêneros textuais que circulam na sociedade, de modo a formar leitores competentes e autônomos, contribuindo para a sua inclusão e interação na sociedade.



PROJETO ÁGUA

O trabalho com o tema “água” deverá apresentar para as crianças uma visão ampla que envolve inúmeros problemas que o mundo atual vem enfrentando com relação à falta de água. O projeto é desenvolvido visando proporcionar aos alunos uma grande diversidade de experiências, com participação ativa, para que possam ampliar a consciência sobre as questões relativas à água no meio ambiente, e assumir de forma independente e autônoma atitudes e valores voltados à sua proteção e conservação.



PROJETO ATLETA NA ESCOLA

O Programa ATLETA NA ESCOLA que tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos.

PROJETO SESC – FUTURO INTEGRAL

O SESC – Sistema Fecomércio unidade de Cornélio Procópio, através de uma parceria com a Secretaria de Educação do município de Bandeirantes oferece O Projeto Futuro Integral atendendo 100 alunos de 04 escolas desenvolvendo atividades de complemento escolar.

O programa Futuro Integral se apresenta como um programa educacional realizado nas escolas públicas de ensino da educação básica, por meio de projetos que resultam da construção coletiva, cultivando o espírito da criatividade e proatividade na relação do sujeito com o mundo, através do despertar da ousadia, da curiosidade, da pesquisa, do desenvolvimento cognitivo e da ampliação do repertório cultural. As ações desenvolvidas no Futuro Integral seguem três linhas de ação: Ensino Contextualizado, Pedagogia de Projetos e Ludopedagogia.

Sendo assim promove aos alunos aulas diversificadas como aula de campo onde visa levar ao aluno ao local para conhecer e reconhecer a proposta de ensino e fazendo com que o mesmo aprenda de uma maneira bem pratica e saia de dentro do âmbito escolar.

Contribui através de oficinas, encontro de formação, apresentações artísticas e encontro com escritores, para que os alunos adquiram novos conhecimentos, ampliando os eixos Qualidade de Vida e Ampliação do Repertório Cultural e Social da clientela envolvida, favorecendo a disseminação literária, a multiplicidade de linguagens como meio de expressão da cidadania.



8.2.8. Proposta Pedagógica:

Todas as instituições escolares possuem sua Proposta Pedagógica atualizada e com conselho escolar.

Quadro 2.2.6.2 Avaliação da Proposta Pedagógica, 2015

Itens avaliados	Total de instituições que responderam	
	Sim	%
A instituição possui proposta pedagógica	11	100%
Os docentes participam ativamente da elaboração e/ou reformulação da proposta pedagógica	11	100%
A comunidade escolar conhece a proposta pedagógica da instituição de ensino	08	72%
A atualização da proposta pedagógica é realizada periodicamente	11	100%
A proposta pedagógica contempla plano de capacitação continuada do corpo docente	11	100%
A proposta pedagógica prevê o atendimento às crianças com necessidades especiais	11	100%

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental da Rede Municipal, 2015.

8.2.9. Conselho Escolar:

Quadro 2.2.6.3. Avaliação de dados sobre o Conselho Escolar, 2015

Itens	Total de instituições que responderam	
	Sim	%
A instituição possui Conselho Escolar	11	100%
O Conselho participa de debates e colabora na construção do planejamento escolar	11	100%
Os seus membros recebem capacitação	6	54%

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental da Rede Municipal, 2015.

Dados complementares:

Quadro 2.2.6.4. Avaliação de dados sobre a comunidade escolar, 2015

Itens	Total de instituições que responderam	
	Sim	%
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	03	27%
Proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	06	54%
Proporciona o acesso dos trabalhadores da educação a programas culturais	07	63%
Proporciona o acesso dos alunos a atividades esportivas	11	100%
Estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	11	100%
Trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	11	100%

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental da Rede Municipal, 2015.

8.2.10. Gestão da Rede Estadual

Todas as escolas estaduais possuem seu Projeto Político-Pedagógico baseado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, assegurando a implementação de uma gestão democrática do ensino público.

As disciplinas ofertadas na rede são: Arte, Educação Física, Física, Língua Estrangeira Moderna, Química, Biologia, Ensino Religioso, Geografia, Língua Portuguesa, Sociologia, Ciências, Matemática, Filosofia e História.

A avaliação acontece por meio da observação, avaliação diagnóstica, seminários, grupo de estudos e notas com o rendimento mínimo exigido para a aprovação é a nota seis.

O Calendário Escolar é elaborado anualmente em atendimento ao Artigo 24 da Lei nº 9394/96, pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com prévia 51 instrução da SEED. A sua elaboração conta com a participação de diretores municipais e estaduais, tendo em vista o uso de transporte escolar coletivo cedido pela Prefeitura Municipal, bem como a consonância das datas de reuniões pedagógicas e outras possíveis datas a serem destacadas no calendário escolar, visando o bom andamento da educação no Município.

O Calendário Escolar Estadual de 2015 garante os 200 dias letivos e prevê 101 dias letivos para o 1º semestre e 101 dias letivos para o 2º semestre, conselhos de classes, recessos, reuniões pedagógicas, férias dos docentes e discentes e feriados. Caso haja algum imprevisto durante o período letivo, que possa prejudicar o cumprimento deste Calendário, a Escola elabora um Calendário de Reposição, de forma a garantir o total de dias letivos exigidos.

No Município de Bandeirantes os alunos da Rede Estadual recebem uma alimentação rica, sadia, nutritiva e de qualidade.

O transporte é oferecido para todos os alunos que moram na zona rural ou em localidades distantes das escolas. Existem problemas de superlotação e existência de veículos em condições inadequadas de uso.

Projetos desenvolvidos na Rede Estadual de Ensino:

Todas as instituições da rede estadual que ofertam o Ensino Fundamental desenvolvem projetos durante o ano letivo. A maioria desenvolve projetos, tais como:

9. Sala de Recursos
10. Programa Mais Educação
11. Hora Treinamento
12. Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP
13. Concurso de Soletração
14. Jogos Florais
15. Concurso de Redação – Rotary Club
16. Projeto MOMENTO CATALIZADOR
17. Programa Agrinho
18. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) – Inglês e Espanhol;
19. Atividades Complementares Permanentes (contraturno): Português, Matemática, Iniciação Científica; Dança e Xadrez;
20. Atividades Complementares Periódicas:
21. Hora Treinamento de Futsal
22. Meio Ambiente
23. Saúde de Corpo Inteiro
24. AGENDA 21
25. Braço Forte

26. Só para Mulheres
27. Só para Eles
28. Programa Sala de Apoio à Aprendizagem - Português e Matemática
29. Programa Mais Educação,
30. PIBID
31. Sala de Apoio de Ensino à Aprendizagem.
- 32.

Na maioria das instituições de ensino, o envolvimento dos pais na vida escolar de seus filhos ainda é muito insatisfatório.

33. .Proposta Pedagógica

Quadro 2.2.6.5. Avaliação da Proposta Pedagógica, 2015

Itens	Total de instituições que responderam	
	Sim	%
A instituição possui proposta pedagógica	9	100%
Os docentes participam ativamente da elaboração e/ou reformulação da proposta pedagógica	9	100%
A comunidade escolar conhece a proposta pedagógica da instituição de ensino	5	56%
A atualização da proposta pedagógica é realizada periodicamente	9	100%
A proposta pedagógica contempla plano de capacitação continuada do corpo docente	9	100%
A proposta pedagógica prevê o atendimento às crianças com necessidades especiais	7	78%

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental da Rede Estadual, 2015.

Quadro 2.2.6.6. Avaliação de dados sobre o Conselho Escolar, 2015

Itens	Total de instituições que responderam	
	Sim	%
A instituição possui Conselho Escolar	9	100%
O Conselho participa de debates e colabora na construção do planejamento escolar	7	78%
Os seus membros recebem capacitação	4	44%

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental da Rede Estadual, 20.

Quadro 2.2.6.7. Avaliação de dados sobre a comunidade escolar, 2015

Itens	Total de instituições que responderam	
	Sim	%
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	6	67%
Proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	7	78%

Proporciona o acesso dos trabalhadores da educação a programas culturais	6	67%
Proporciona o acesso dos alunos a atividades esportivas	9	100%
Estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	6	67%
Trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	7	78%

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental da Rede Estadual, 2015.

8.2.11. Gestão da Rede Privada

Todas as instituições de ensino desenvolvem projetos durante o ano letivo, sendo que os principais são:

9. Na Escola Franciscana Santa Isabel: Projeto Educação para o Pensar Ensino Fundamental – Filosofia, Projeto Evangelização, Mini – projeto Saúde, Mini-projeto Ecologia, Mini-projeto Sexualidade, Mini-projeto Literatura, Mini-projeto Boas Maneiras
10. No Colégio ECEL: Contadora de História, Agrinho, Musicalização, Leitura e Inclusão.
11. No Colégio Bandeirantes: Leitura, Festa do Livro, Planetário, Cultura Social, Digital, Família na Escola, Ações Preventivas, Acampaband, Conscientização, Aluno tutor, Música e dança, Seminários e Palestras, Emergenciais, Jornal, Teatro, Jogos e Feira de Ciências, Feira Filosófica.
12. Escola Maximus: Feira de Ciências, Projeto Nações, Projeto Água é Vida, Combate a Dengue, Família na Escola e “Horta” Alimentação Saudável.

- **A merenda e o Transporte**

A merenda escolar da Rede Privada é terceirizado, oferecendo um cardápio saudável. O transporte na maioria das vezes é feito pelos próprios pais.

13. Envolvimento dos pais dos alunos:

A maioria dos pais envolve-se com a vida escolar dos filhos, comparecendo nas reuniões ou sendo atendidos pelos professores para a

realização de um trabalho em conjunto visando a superação dos problemas encontrados.

Quadro 2.2.7.1. Avaliação da Proposta Pedagógica, 2015

Itens	Total de instituições que responderam	
	Sim	%
A instituição possui proposta pedagógica	4	100%
Os docentes participam ativamente da elaboração e/ou reformulação da proposta pedagógica	4	100%
A comunidade escolar conhece a proposta pedagógica da instituição de ensino	3	80%
A atualização da proposta pedagógica é realizada periodicamente	4	100%
A proposta pedagógica contempla plano de capacitação continuada do corpo docente	4	100%
A proposta pedagógica prevê o atendimento às crianças com necessidades especiais	2	67%

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Fundamental da Rede Privada, 2015.

8.2.12. Considerações Finais

As instituições de ensino da Rede Privada não possuem Conselho Escolar. Muitas conquistas e avanços foram atingidos nos últimos anos, graças a uma gestão democrática, que conta com o envolvimento de toda comunidade escolar e parcerias importantes para o desenvolvimento da cidadania. Programas do Governo Federal, projetos desenvolvidos, acesso a internet, avaliações externas, formação continuada para os professores, e escola de tempo integral. Contudo, como se trata do Plano Municipal de Educação, que será englobado no Plano Nacional de Educação, esperamos que as propostas sejam analisadas com seriedade e a Educação seja priorizada de fato, com ações rápidas, de acordo com as necessidades de cada município. Apresentamos as metas para o Ensino Fundamental.

8.2.13. Meta e Estratégias Ensino Fundamental

1º Meta

Universalizar o ensino fundamental de nove anos, para toda população de 06 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS

1 - Promover e disponibilizar acompanhamento individualizado para os alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem através de atividades diversificadas juntamente com acompanhamento psicopedagógico, projetos de psicomotricidade e orientação de estudos.

2- Estimular a permanência dos alunos na escola com a colaboração da família através de debates, gincanas e atividades culturais que envolvam todos de forma organizada e com a participação de profissionais especializados para direcionar e debater as questões que envolvam violência escolar, situações de discriminação e preconceitos.

2.3 Garantir a alfabetização nos três anos iniciais do Ensino Fundamental aproveitando os projetos já vigentes a âmbito nacional tais como Programa de Alfabetização na Idade Certa e incluir a volta do professor auxiliar nessas salas de aulas.

2.4 Ampliar os programas de alfabetização para os 4º e 5º ano a fim de capacitar e atualizar os profissionais que atuam nessas séries visando o sucesso escolar do primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

2.5 Equipar as escolas com tecnologias pedagógicas e infraestrutura arquitetônica para que possam ser desenvolvidas atividades paralelas a fim de motivar e garantir a permanência dos alunos na escola.

2.6 Fomentar parcerias com entidades de assistência social e, filantrópicas promovendo atividades culturais tais como apresentações, passeios, brincadeiras dentro e fora do espaço escolar com o objetivo de despertar nos alunos habilidades, talentos e competências.

2.7 Continuar ofertando o acesso à escola aos alunos que moram no campo nas próprias comunidades equipando e dando a elas as mesmas condições ou similares àquelas oferecidas aos alunos da zona urbana.

2.8 Garantir o direito de inclusão no processo de aprendizagem em todo sistema educacional, respeitando o tempo de aprendizagem, as diferenças e as individualidades de cada aluno.

2.9 Assegurar que pelo menos 95% dos alunos conclua o primeiro ciclo do Ensino Fundamental em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, monitorando a permanência dos mesmos na escola.

2.10 Implantar em toda rede de ensino municipal escolas em tempo integral garantindo assim a permanência dos alunos no ambiente escolar de modo que ele possa participar e usufruir efetivamente de todas as atividades oferecidas pela instituição.

2º META

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os oito anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo até os sete anos de idade, do 6º ao 9º ano de vigência do plano; e até o final dos seis anos de idade, a partir do décimo ano de vigência deste plano.

ESTRATÉGIAS

5.1- Instituir um grupo de professores alfabetizadores para crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental nos sistemas de ensino assegurando uma política municipal da alfabetização que contemple formação continuada de professores, condições e jornada de trabalho e reconhecimento pela função de professor alfabetizador.

5.2- Instituir parcerias junto as Instituições de Ensino Superior para oferta de formação inicial, formação continuada e cursos de especialização em alfabetização presenciais e a distância para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

5.3- Assegurar, em regime de cooperação e colaboração, jornada escolar ampliada, integral e integrada, com a garantia de espaços e tempos apropriados às atividades educativas, assegurando a estrutura física em condições adequadas e profissionais habilitados.

5.4- Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, segundo as diversas abordagens metodológicas.

5.5- Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

5.6- Estruturar o ciclo de alfabetização de forma articulada com estratégias desenvolvidas na pré-escola obrigatória, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização de todas as crianças na idade determinada nos documentos legais.

5.7- Criar e assegurar, na avaliação municipal um exame específico para a aferição da aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização.

5.8- Selecionar, certificar, divulgar e disponibilizar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurando conteúdo das Diretrizes e Propostas Curriculares Nacionais, bem como, o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

5.9- Garantir a alfabetização bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) aos alunos surdos e a aprendizagem do código Braille para os alunos cegos.

3º META

Oferecer até 2025, Educação Integral em jornada ampliada em no mínimo, 80% das escolas públicas municipais de modo a atender 9,8% dos alunos da Educação Básica.

ESTRATÉGIAS

6.1- Garantir a oferta de Educação Integral em Jornada Ampliada na escola pública, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas a fim de que o tempo de permanência na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias no decorrer do ano letivo.

6.2- Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, a ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como a de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a Educação Integral em Jornada Ampliada.

6.3- Promover ações pedagógicas voltadas à ampliação do universo escolar, sobretudo das crianças das camadas populares, cujas famílias de origem não tiveram acesso à escolaridade fundamental para apoiá-las no acompanhamento das atividades escolares.

6.4- Garantir ações pedagógicas para a apropriação dos aspectos cognitivos, orientação do estudo, nas leituras e nos processos de aprendizagem, viabilizando atendimento diferenciado a grupos de alunos com habilidades ou dificuldades específicas.

6.5- Garantir apoio técnico e pedagógico e acompanhamento ao desenvolvimento, no espaço escolar, de trabalhos em equipe e projetos coletivos de professores e alunos, envolvendo grupos de diferentes faixas etárias.

6.6- Assegurar condições para a habilitação dos alunos em estratégias de pesquisa (bibliográfica e/ou temática, seja nas bibliotecas ou na Internet) sob orientação de professores para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

6.7- Promover a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

6.8- Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública municipal de Educação Básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.9- Ampliar gradualmente a jornada escolar, com o objetivo de implantar a escola de tempo integral que abranja um período de, pelo menos, sete horas diárias, considerando atividades que desenvolvam as múltiplas dimensões humanas e disponibilizando infraestrutura física, humana e de material às respectivas unidades escolares.

4º META

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria da aprendizagem de modo a superar as metas do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, estabelecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP do Ministério da Educação.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5.3	5.6	5.9	6.1
Anos Finais do Ensino Fundamental	4.7	5.0	5.3	5.5

ESTRATÉGIAS

7.1- Construir um indicador da qualidade educacional municipal com base no desempenho do alunado que considere o perfil do corpo de profissionais da educação, as condições de infraestrutura das escolas, os recursos

pedagógicos disponíveis, as características da gestão e outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.2- Garantir em todos os níveis e etapas de ensino o acesso, a permanência, a aprendizagem e o atendimento às especificidades dos estudantes do campo, visando diminuir as desigualdades educacionais e a efetivação do direito à educação.

7.3- Universalizar o atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas escolas.

7.4- Garantir dotação financeira e pedagógica, na Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista, a organização e a oferta da modalidade de educação escolar do campo com caráter intercultural, multilíngue e diferenciada, visando à oferta da Educação Básica.

7.5- Consolidar a educação escolar no campo, de populações tradicionais, de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerada as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

7.6- Instituir processo contínuo de auto avaliação do sistema de ensino, das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

- 7.7- Executar o Plano de Ação Articulada – PAR e o Plano Plurianual – PPA em consonância com o Plano Municipal de Educação, tendo em vista, as metas e estratégias estabelecidas para a Educação Básica pública.
- 7.8- Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.
- 7.9- Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental, participando dos exames aplicados pelo MEC nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.
- 7.10- Orientar as políticas do sistema municipal de ensino, de forma a buscar superar as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem em todo território bandeirantense.
- 7.11- Implementar o desenvolvimento de tecnologias educacionais, e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, inclusive a utilização de recursos educacionais abertos, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos.
- 7.12- Assegurar água tratada, saneamento básico, energia elétrica, acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas, a espaços para prática de esportes, a bens culturais, à arte, equipamentos e laboratórios de ciências, à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e, triplicar, até o final da década, a relação computadores/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.13- Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares que envolvam material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.14- Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica com definição curricular comum, com objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental, respeitando a diversidade local e as necessidades das comunidades do campo.

7.15- Informatizar integralmente a rede de ensino municipal com acesso a rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade garantindo formação continuada para o uso das tecnologias com suporte técnico.

7.16- Implantar políticas de combate à violência na escola pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção de cultura de paz no ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.17- Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de vulnerabilidade, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

7.18- Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas de educação escolar para as escolas do campo incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência.

7.19- Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos

com vista a ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.20- Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local, estadual e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.21- Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.22- Garantir ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física e psicológica dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.23- Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.24- Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.25- Instituir programa educacional de preservação da memória e riquezas locais e regionais bandeirantenses.

8.3. ENSINO MÉDIO

8.3.1. Diagnóstico

8.3.2. Oferta

O ensino médio é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tendo como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, a preparação básica para trabalho e cidadania, seu aprimoramento como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Conforme disposto na LDB, Lei nº 9.394/96, cabe ao estado assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio. Esse nível de ensino, segundo disposto no Art. 35, é a etapa final da educação básica, devendo ter uma duração mínima de três anos e as seguintes finalidades:

- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posterior;
- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria à prática, no ensino de cada disciplina.

Segundo a Lei nº 11.741/08 que altera os dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, vale destacar que: “sendo atendida a formação geral do educando, poderá ser oferecida a formação para o exercício de profissões técnicas”, podendo ocorrer de forma integrada (na mesma escola que o

estudante cursar o nível Médio); concomitante (pode ou não ser ministrada na mesma instituição em que o estudante cursa o nível médio) e; subsequente (se oferecida aos estudantes que já tenham concluído o ensino médio).

A seguir, os indicadores oficiais revelam os dados qualitativos e quantitativos com relação ao ensino médio em Bandeirantes:

- Segundo o último censo do IBGE (2010), havia 57.197 habitantes na idade de 15 a 17 anos, que deveriam estar cursando o ensino médio e 7.651 estavam fora da escola;
- Do total de 49.546 estudantes matriculados nas redes estadual, federal e particular, podemos observar, segundo o gráfico a seguir, que a zona rural da cidade possui um número irrelevante de matrículas, em torno de 0,5%.

O Ensino Médio neste Município é ofertado em sete instituições de ensino, destes, além do ensino regular, três da rede estadual ofertam também o ensino profissionalizante.

Tabela 3.1.1.2 Instituições que ofertam o Ensino Médio, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos		Turnos
	Regular	Profissionalizante	
1. Colégio Estadual Cyriaco Russo	652	108	M/T/ N
2. Colégio Estadual Huberto Teixeira Ribeiro	69	-	N
3. Colégio Estadual Juvenal Mesquita	97	-	N
4. Colégio Estadual Nossa Senhora da Candelária	34	-	N
5. Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros	274	167	M / N
6. Colégio Estadual Bela Vista	71	-	N
7. Colégio ECEL	152	-	M
8. Colégio SESI	195	-	M
9. Colégio Bandeirantes	10	-	M
10. TOTAL DE ALUNOS	1.5454	275	

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Médio, 2015.

Siglas: M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Tabela 3.1.1.3. Cursos ofertados pelas instituições do Ensino Médio Profissionalizante, 2015

Instituição de Ensino	Curso
Colégio Estadual Cyriaco Russo	Formação de Docentes – Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros	Técnico em Informática Integrado
	Técnico em Informática Subsequente
	Técnico em Administração Subsequente
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente
	Técnico em Secretariado Subsequente
	Técnico em Vendas Subsequente

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Médio Profissionalizante, 2015.

8.3.3. Matrículas

A matrícula do Ensino Médio durante os anos de 2011 a 2015, de forma geral mantém-se estável, apresentando em alguns anos uma queda, embora não muito significativa, devido ao fato de muitas famílias transferirem residência para outros municípios, na perspectiva de encontrarem melhores condições de trabalho.

Tabela 3.1.1.4. Matrículas do Ensino Médio regular, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011	2012	2013	2014	2015
Estadual	M/V/N	1.313	1.313	1.576	1.201	1.197
Privada	M	-	-	339	328	347
Total Geral		1.313	1.313	1.915	1.529	1.544

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Médio, 2015.

Símbolos: M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Tabela 3.1.1.5. Matrículas do Ensino Médio profissionalizante, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011	2012	2013	2014	2015
Estadual	M/V/N	-	-	-	-	275
Total Geral						275

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Médio Profissionalizante, 2015

8.3.4. Recursos humanos

Tabela 3.1.2.1. Recursos humanos para o atendimento do Ensino Médio na rede Estadual e Privada de Ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação								Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	DOU	
Direção						09			09
Vice-Direção						03			03
Equipe Pedagógica						30			30
Secretário Escolar						12			12
Auxiliar Administrativo						28			28
Docência (concurso)						247	07		254
Auxiliar de Serviços Gerais				22	50				72

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Médio, 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado; DOU – Doutorado.

Os recursos humanos do Ensino Médio da rede estadual necessitam de ampliações em algumas funções para melhorar o atendimento aos serviços prestados pelas instituições. O quadro 3.1 apresenta as instituições e as devidas funções necessárias.

Quadro 3.1.2.2 Necessidade de ampliação do quadro de recursos humanos da rede estadual, 2015

Instituição de Ensino	Funções necessárias
Colégio Estadual Cyríaco Russo	Auxiliar de serviços gerais, auxiliar administrativo e pedagogo.
Colégio Estadual Huberto Teixeira Ribeiro	Inspetor de alunos, bibliotecário e agente educacional.
Colégio Estadual Juvenal Mesquita	Bibliotecário, supervisores, agente de execução e inspetor de alunos .
Colégio Estadual Nossa Senhora da Candelária	Secretário escolar e auxiliar de serviços gerais.
Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros	Auxiliar serviços gerais e inspetor de alunos.

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Médio, 2015.

Quadro 3.1.2.3. Formação continuada para os profissionais do Ensino Médio da rede estadual, 2015

Instituição de Ensino	Frequência das ofertados dos cursos de capacitação continuada	
	Profissionais da educação	Demais trabalhadores
Colégio Estadual Cyriaco Russo	Mensalmente	-
Colégio Estadual Huberto Teixeira Ribeiro	Durante o ano	Durante o ano
Colégio Estadual Juvenal Mesquita	Durante o ano	Semestral

Colégio Estadual Nossa Senhora da Candelária	Semestral	Semestral
Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros	Semestral	Semestral

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Médio, 2015.

Aos profissionais da educação são oferecidos cursos de capacitação nos meses de fevereiro e julho. Em outros períodos, os professores participam de grupos de estudos e frequentam cursos por eles escolhidos que são promovidos pelo Estado (PDE e GTR), sendo estes de duração mais longa.

Os demais trabalhadores também participam de cursos de capacitação nos meses de fevereiro e julho, juntamente com os professores e outros ofertados pelo Estado, sendo estes por categoria, como: merendeira, serviços gerais, secretaria, etc.

Tabela 3.1.2.4. Disciplinas com maior índice de repetência no Ensino Médio regular, 2011 – 2014

Redes de Ensino	2011	2012	2013	2014
	Disciplinas	Disciplinas	Disciplinas	Disciplinas
Estadual	Física História Língua Portuguesa Matemática Química	Física Geografia Língua Portuguesa Matemática Química	Física Geografia História Língua Portuguesa Matemática Química	Física Geografia Língua Portuguesa Matemática Química
Privada	Química LPT- Leitura e Produção de Texto	Matemática Química	Química Inglês	Matemática LPT

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Médio, 2015

Para melhorar o desempenho dos alunos no ENEM, algumas ações foram realizadas pelas instituições, tais como:

- Trabalho com leitura e interpretação de texto
- Teste com questões que já foram aplicadas em outros ENEM's.

Todas as Instituições de Ensino promovem ações para a melhoria do desempenho do aluno, tais como:

- Reforço ao aprendizado dos alunos;
- Monitoramento dos alunos evadidos visando reincorporá-los;
- Utiliza os dados de desempenho dos alunos como parte do seu planejamento pedagógico;

- Destina parte do horário de trabalho dos professores para ações de reflexão sobre a aprendizagem dos alunos

8.3.5. Gestão

8.3.5.1. Gestão da Rede Estadual

Todas as instituições de ensino procuram desenvolver projetos envolvendo os alunos do Ensino Médio, em especial, aqueles voltados a temas como drogas e sexualidade.

Existem parcerias com a Prefeitura Municipal de Bandeirantes, a Secretaria Municipal de Educação, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município, empresas locais e a USIBAN para o desenvolvimento de estágios, a UENP, e pessoas da comunidade que atuam como “amigos da escola”.

A merenda é a mesma oferecida ao Ensino Fundamental, não tendo acompanhamento de nutricionista, no entanto, são agregados ingredientes para enriquecê-la.

O transporte escolar é oferecido nos três turnos, a todos os alunos que necessitam do mesmo. Há, no entanto, o problema da superlotação e a necessidade de algumas melhorias quanto a qualidade e limpeza dos veículos, bem como, o atendimento nas atividades extras e nos períodos quando o funcionamento das escolas estaduais difere das escolas municipais.

Na maioria das instituições de ensino, o envolvimento dos pais na vida escolar de seus filhos ainda é insatisfatório.

Todas as instituições possuem Conselhos Escolares, sendo estes atuantes, porém não participam do planejamento pedagógico.

Quadro 3.1.3.1. Avaliação dos sobre o Conselho Escolar, 2014

Itens	Total de instituições que responderam Sim	
	Total	%
A instituição possui Conselho Escolar	06	100%
O Conselho participa de debates e colabora na construção do planejamento escolar	05	83%
Os seus membros recebem capacitação	03	50%

Fonte: Setor administrativo das instituições do Ensino Médio, 2015.

8.3.5.2. Gestão da Rede Privada

O Colégio Bandeirantes desenvolve projetos tais como:

- Feira de Ciências
- Leitura
- Planetário
- Cultura Social e Digital
- Aluno tutor
- Feira Filosófica, etc.

O Colégio mantém parceria com o Sistema COC de Ensino. O modelo de ensino faz parte do maior grupo educacional do mundo, a Pearson, presente em mais de 70 países. Com isso, cada escola COC possui um amplo conjunto de recursos com assessoria pedagógica permanente em um sistema que integra tecnologia de ponta com uma proposta educativa de excelência. É pioneira em tecnologia dentro e fora da sala de aula, pois conta com um mix completo de soluções educacionais, que se adapta aos novos modelos de aprendizagem, aproximando a escola às necessidades da comunidade. Os princípios psicopedagógicos e filosóficos que norteiam a ação educativa da escola propõem os seguintes objetivos:

- Instituir um sistema de vida escolar que haja interação e participação democrática de todos os seus componentes;
- Ajudar na formação de seu caráter, despertando respeito e amor a Deus e aos valores tradicionais e culturais, a pátria e a família;
- Efetivar a ação educacional valorizando a ética, a formação de atitudes, a solidariedade humana, o sentido de liberdade com responsabilidade e apreço à tolerância;
- Prepará-la satisfatoriamente, ampliando seu vocabulário ativo, incorporando novo vocabulário de leitura e outras áreas de conhecimento;
- Dar liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Conhecer o pluralismo das ideias e de concepções pedagógicas;
- Valorização do profissional da educação escolar;
- Garantia de padrão de qualidade;

- Valorização da experiência extraescolar;
O Colégio ECEL desenvolve projetos tais como:

- Feira de Ciências
- Noite Cultural
- Aulas de Campo.

Mantem parceria com o Sistema Positivo que disponibiliza o material didático e pedagógico, além de oferecer o Portal Educacional com professor on-line para tirar as dúvidas.

O Colégio SESI desenvolve projetos como:

- Super Liga – destinados a alunos do 3º ano, voltados para o ENEM;
- Diversidade – Oficinas de Inclusão Social;
- Oralidade em Ação – Oficinas de Oralidade com foco em apresentação e oratória;
- SESI Solidário – Ações solidárias com arrecadação e doações para entidades diversas;
- EUREKA – Feira de Inovações Científicas
- Passeio Ciclístico e Literário
- Olimpíadas de Literatura.

O colégio SESI, possui uma estratégia de ensino inovadora, possibilitando ao aluno a construção do seu próprio conhecimento. A autonomia é o princípio básico, assim como o diálogo, tendo o trabalho em equipe, salas interseriadas e Oficinas de Aprendizagem. Conta com parcerias de Indústrias e empresas do município e região bem como o Sindirepa.

Os pais são bem envolvidos com a vida escolar dos filhos, comparecendo nas reuniões e dialogando com os professores para em conjunto superar os problemas encontrados.

8.3.6. Considerações finais

Muitos jovens que concluem o Ensino Médio e tentam ingressar numa universidade, e que não conseguem pagar os estudos ou aulas particulares, têm suas chances de competitividade aumentadas com o Cursinho Municipal da Prefeitura de Bandeirantes.

O Cursinho Municipal, vinculado à Secretaria de Educação de Bandeirantes, está a quase doze anos em funcionamento, preparando e inserindo mais de 120 jovens nas faculdades e universidades do município e região.

Em recente reunião realizada entre alunos, coordenação e Secretaria de Educação, o Prefeito Municipal se fez presente e destacou a importância dos estudos na vida dos que frequentam o Cursinho Municipal como também de suas famílias que aguardam com expectativa o desempenho nos vestibulares. "É muito importante incentivar e valorizar esta oportunidade que é o Cursinho Municipal, pois são aulas preparatórias gratuitas, sem custo de mensalidades. Porém vale lembrar e ressaltar que o Cursinho Municipal é investimento do contribuinte, ou seja, dos pais e destes jovens que estão frequentando as aulas", relacionou.

De acordo com a coordenação do Cursinho Municipal, o aluno que se matricula assina um documento de compromisso e responsabilidade quanto à frequência e desistência, devendo informar oficialmente a coordenação sobre a sua desistência. Não é simplesmente abandonar as aulas. É preciso ter responsabilidade e compromisso, pois o aluno que não o fizer está tirando a oportunidade de outra pessoa que deseja preparar-se para ingressar numa faculdade. Além disso, se o aluno atingir 25% de faltas, este, automaticamente perde a vaga.

8.3.7. Metas e Estratégias Ensino Médio

1º Meta

Garantir, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

ESTRATÉGIAS

3.1 Implantar as Diretrizes Curriculares Estaduais, através da Unidade Regional de Cornélio Procópio, com vistas ao fortalecimento das práticas pedagógicas curriculares em prol do desenvolvimento de currículos escolares que organizem de maneira flexibilizada e diversificada, conteúdos obrigatórios

e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

3.2 Garantir formação de professores com base no currículo ampliado e articulado nas áreas de conhecimento, considerando a experimentação e iniciação científica, incluindo a formação intercultural para os povos do campo.

3.3 Ampliar os tempos e espaços do trabalho pedagógico com os alunos por meio de redesenho curricular voltado para a formação básica necessária à vida e ao mundo do trabalho.

3.4 Fortalecer as parcerias com instituições acadêmicas, esportivas e culturais para gestão Intersetorial na oferta de um currículo ampliado.

3.5 Equipar e manter as escolas de Ensino Médio com acervo bibliográfico, tecnologias e laboratórios que favoreçam a vivência de práticas curriculares.

3.6 Garantir padrão básico de qualidade, tendo em vista os estabelecidos pelo FNDE, para escolas de Ensino Médio no que se refere a rede física, manutenção e suporte para o ensino.

3.7 Universalizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica; de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola.

3.8 Incentivar a participação dos jovens no exame nacional do ensino médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio.

3.9 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência.

3.10 Assegurar em regime de colaboração, a oferta do Ensino Médio em escolas do campo com metodologias e estratégias adequadas à realidade das diferentes populações camponesas.

3.11 Assegurar a busca ativa da população de 15 a 17 anos, que está fora da escola, em parceria com os serviços de assistência social, saúde e de proteção ao adolescente e à juventude.

3.12 Promover e assegurar uma articulação para chamada pública da matrícula e recenseamento de adolescentes, jovens e adultos através da atualização e aperfeiçoamento do censo educacional anual do município, em parceria com as áreas da assistência social e da saúde.

3.13 Estabelecer ações de cooperação técnica, apoio e parcerias entre União, Estado, Município e organizações não governamentais, compartilhando responsabilidades para a universalização da oferta no ensino médio.

3.14 Acompanhar as políticas de combate à violência na escola e a construção de cultura da paz e fortalecimento das relações interpessoais na promoção de informação e ações voltadas para o desenvolvimento das aprendizagens, da cultura, lazer, esporte e diversão, tendo como base o artigo 71 ECA – Estatuto da Criança e Adolescente.

3.15 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência da escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir em regime de colaboração, a presença do aluno e o apoio a aprendizagem.

2º META

Expandir a oferta de matrículas da Educação Profissional de nível médio em 50 % no segmento público, até o final da vigência do PME, assegurando a qualidade da oferta.

ESTRATÉGIAS

11.1 Expandir as matrículas de educação profissional de nível médio, científica e tecnológica, levando em consideração a vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 Expandir a oferta de educação profissional de nível médio na modalidade de educação à distância utilizando a mediação tecnológica, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.

11.3 Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional.

11.4 Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico considerando o mundo do trabalho e a formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades.

11.5 Ampliar as parcerias interinstitucionais com vistas à oferta de matrículas gratuitas de educação profissional de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

11.6 Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional de nível médio.

11.7 Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede estadual de educação profissional, científica e tecnológica para 90% e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos por professor para 20.

11.8 Elevar, em regime de colaboração, o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.9 Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

11.10 Estruturar sistema estadual de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional com dados do mercado de trabalho.

11.11 Proporcionar a oferta de educação profissional técnica de nível médio com base no empreendedorismo socioambiental oportunizando aos jovens e adultos a participação do desenvolvimento social e econômico de sua local.

B – EDUCAÇÃO SUPERIOR

9. EDUCAÇÃO SUPERIOR – PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

9.1. Diagnóstico

De acordo com o Art. 45º da LDB, Lei nº 9394/96:

“A Educação Superior será ministrada em instituições de Ensino Superior,

públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização,”

A finalidade da Educação superior é:

- o estímulo à criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- a formação de diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, colaborando na sua formação contínua;
- o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica;
- a promoção e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos;
- o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- a prestação de serviços especializados à comunidade e o estabelecimento com esta numa relação de reciprocidade.

A educação superior é um direito fundamental social que precisa ser desenvolvido e materializado, superando limites históricos e políticos. A Constituição da República, quando adota como princípio a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, compreendido como efetivação do objetivo republicano de “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, prevê uma sociedade com escolas abertas a todos, em qualquer etapa ou modalidade, bem como o acesso a níveis mais elevados de ensino.

Além disso, no artigo 44, a referida lei descreve que a educação superior deverá abranger cursos sequenciais, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, programas de extensão e pesquisa. Entretanto, é necessário registrar que essa abrangência não é obrigatória, nem sempre está presente em todas as instituições de ensino superior.

Diante da finalidade supracitada, depreende-se que a educação superior tem uma importante função social, contribuindo para a promoção das transformações sociais necessárias, para o fortalecimento dos valores humanitários e para a formação profissional.

No Brasil, ao longo das últimas décadas, se tem assistido a uma expansão do ensino superior e, conseqüentemente, das matrículas que atingem taxas crescentes. Aliado a isso, observa-se um crescimento significativo nas matrículas dos cursos noturnos, indicando que uma população trabalhadora, mais velha e com perfil diferente do estudante tradicional de graduação, está ingressando no ensino superior. Outras tendências importantes constituem-se na expansão acelerada da graduação, na interiorização do ensino superior, na consolidação da pós-graduação, na melhoria da qualificação do corpo docente e na flexibilidade e na diversidade da oferta dos serviços de educação superior, em um processo de diversificação ampla dos tipos e modalidades de cursos ofertados.

Conforme é possível perceber, muitos são os desafios da educação superior que assistiu, ao longo da sua história, momentos de retrocessos e avanços, influenciados pelos condicionantes econômicos, políticos e sociais, de cada época, trazendo novas demandas para esse nível de ensino em nosso país. Torna-se importante ressaltar que, apesar dos avanços observados, muitos desafios precisam ser vencidos.

9.1.1. Educação a Distância

A Educação a Distância foi impulsionada pelo surgimento de novas tecnologias da informação e da comunicação, que não somente originaram novas formas de gerar e disseminar conhecimentos como produziram um novo cenário em que se alteraram os papéis tradicionais do professor e do aluno. A revolução digital e seu impacto na sociedade representam, talvez, o mais importante fenômeno deste início de século XXI.

A comunicação sofreu uma transformação profunda e irreversível, trocamos a carta pelo e-mail, o funcionário do banco por serviços on-line. A notável expansão da educação a distância faz parte desse novo cenário em que os conceitos de ensinar e aprender são redimensionados, uma vez que os sujeitos do processo professor e estudante passam a interagir e a se comunicar mediados por diversas ferramentas tecnológicas, destacando-se os computadores e as grandes redes de comunicação global.

Em Bandeirantes, o cumprimento desta função social é representado por duas Universidades: a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) através do Polo da UAB. A primeira, uma universidade particular, conta com um campus que disponibiliza tele-aulas e apoio presencial aos cursos desenvolvidos via plataforma de aprendizagem. A segunda uma universidade pública conta, com o Polo de Apoio Presencial, onde disponibiliza laboratório de informática e conta com 2 cursos de licenciatura (Pedagogia e Geografia) que também são desenvolvidos através de uma plataforma de aprendizagem MOODLE.

Ambas as universidades citadas trazem imensos benefícios para a cidade, disponibilizando cursos de terceiro grau e especialização que, muitas vezes, seriam de difícil acesso às pessoas, caso não houvesse tal oferta. A UEPG, em especial, por ser uma universidade pública traz ainda mais um benefício: o ensino gratuito e de qualidade. Tal fato é de grande relevância, pois agrega a possibilidade da inclusão de alunos que não poderiam pagar para fazer uma graduação. Isto é mais uma função social que a universidade atende.

O Município oferece a Educação Superior em duas instituições presenciais e uma instituição a distância, conforme relacionadas na tabela 4.1.2

Tabela 4.1.2. Instituições que ofertam a Educação Superior, 2015

Instituição	Cursos	Total de vagas ofertadas	Total de vagas preenchidas
UNOPAR – Universidade do Norte Pioneiro do Paraná	PRESENCIAL		
	Direito	50	50
	Administração	50	50
	Agronomia	50	50
	A DISTÂNCIA	50	50
	História		
	Letras	50	50
	Administração,	50	50
	Pedagogia	50	50
	Geografia	50	50
	Serviço Social Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.		

UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná	Ciências Agronômicas	50	40
	Ciências Biológicas	25	25
	Enfermagem	40	29
	Medicina Veterinária	50	40
	Sistema de Informação	40	19
	Ciências da Computação		
UAB – Universidade Aberta do Brasil – Polo “Prefeito Antenor Moretti”	Geografia	50	30
	Pedagogia	30	16

Fonte: Setor Administrativo da UNOPAR
Setor Administrativo da UENP
Setor Administrativo da UAB

9.2. Infra-estrutura

9.3. Formação dos docentes

A Infra-estrutura das Universidades é bastante satisfatório; apresentam um espaço físico disponível adequado ao número de alunos, a iluminação e ventilação são adequadas às atividades desenvolvidas, os mobiliários são confortáveis para o desenvolvimento dos trabalhos individuais e em grupos. A Biblioteca possui um acervo de livros e periódicos em quantidade e qualidade desejáveis. Também possuem laboratórios de Informática com acesso a internet, e oferecem condições para atendimento aos portadores de necessidades especiais.

Os docentes que atuam nas Universidades, em sua maioria são Mestres/Doutores.

9.4 Instituições....

9.4.1. UNOPAR

O Campus da Unopar no município de Bandeirantes oferta seus cursos no Centro de Ciências Humanas, da Saúde, Exatas e Tecnológicas (Unidade Bandeirantes). As atividades foram iniciadas em 2003 com as modalidades de Ensino Presencial e Ensino a Distância (EaD). Atualmente a Unidade Bandeirantes oferece cursos de Graduação, no ensino presencial, de Administração (bacharelado) e Direito (bacharelado). Para completar sua formação acadêmica, o curso de Administração proporciona, através do Escritório de Negócios, a integração entre a teoria e a prática, com diagnóstico no ambiente organizacional e plano de negócios para futuros empreendedores.

No curso de Direito, o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), através de Estágio de Prática Forense, dá o atendimento real à população carente com o serviço de assistência judiciária gratuita. No Sistema de Ensino Presencial Conectado - Modalidade a Distância, a Unopar de Bandeirantes oferta os cursos de Graduação em Administração (bacharelado), História (licenciatura), Letras, Pedagogia (licenciatura), Serviço Social e Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais. Para facilitar o acesso de candidatos ao ensino superior, a Unopar de Bandeirantes aderiu ao Programa do Governo Federal (PROUNI), oferecendo bolsas integrais em todos os seus cursos de Graduação - Presenciais e a Distância. Com o Programa Permanente de Atendimento a Alunos com Necessidades Educativas Especiais (PROPAAE) é disponibilizado aos discentes um atendimento adequado. E para garantir uma vivência psicossocial, oferece aos discentes o Núcleo de Ação Psicopedagógica (NAPp). Para beneficiar o Município e Região, a Universidade desenvolve projetos de Extensão e de Pesquisa, através dos quais gera e aplica conhecimento em benefício de todos, por meio da educação socialmente responsável.

9.4.2. Faculdade Superior de Agronomia UENP – Campus Luiz Meneghel

A Faculdade Superior de Agronomia, iniciou suas atividades em 1971. Em 1973 a FEB, passou a ser denominada Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel" (FFALM).

No ano 2000, esta instituição incorporou o curso de Medicina Veterinária e Ciências Biológicas e muda o nome para Fundação Faculdades "Luis Meneghel".

Em pleno desenvolvimento, no ano de 2001 iniciou nesta instituição, os cursos de Enfermagem e Sistemas de Informação.

Em 28 de setembro de 2006, pela Lei Estadual nº 15.300 foi criada a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, que integra as Faculdades:

FALM - Faculdades Luiz Meneghel;

FAFIJA - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho;

FAEFIJA - Faculdade de Educação Física e Fisioterapia de Jacarezinho;

FUNDINOPI - Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro;

FAFICOP - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio.

A UENP nasce diante da realização de um sonho de décadas da comunidade do Norte Pioneiro e traz esperanças de desenvolvimento para a Região.

Passados mais de quarenta anos, muito pode ser dito sobre o Campus Luiz Meneghel (UENP-CLM), localizado em Bandeirantes - Paraná. No entanto, o que mais concretamente deve ser considerado é o incontestável valor que a Instituição hoje representa no cenário da educação brasileira. O reconhecimento da Instituição e a sua maturidade acadêmica não vieram por acaso. É fruto do trabalho incondicional de profissionais que lutam e desejam que, pela educação, pelo ensinar e pelo aprender diário, se construa a sociedade justa e humana no mundo melhor que queremos.

9.4.3. UAB – Universidade Aberta do Brasil – Polo “Prefeito Antenor Moretti”

O Pólo de Apoio Presencial Prefeito Antenor Moretti - UAB - de Bandeirantes foi implantado no ano de 2009 e conta com o apoio da Prefeitura Municipal e da Instituição Superior UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) e oferta os seguintes cursos de graduação: Pedagogia e Geografia.

O atendimento aos alunos nas etapas presenciais acontece no polo, onde funcionam salas de aulas, biblioteca, laboratório de informática. Os alunos contam com o apoio dos tutores presenciais que auxiliam no acesso ao AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA-MOODLE). Consideramos uma grande conquista para nosso município e região, pois oferta cursos de graduação de excelente qualidade para nossa população.

9.4.4. Considerações finais

Bandeirantes, na última década, consolidou-se como uma cidade universitária e, hoje, já conta com a presença de três Universidades. Destas, duas são públicas estatais (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, a qual funciona pelo

sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB) e uma é privada (Universidade Norte do Paraná – UNOPAR).

A UENP/Campus Luís Meneghel possui os cursos de graduação em Agronomia, Ciências Biológicas, Veterinária, Enfermagem e Sistema de Informações. Já a UEPG/UAB conta com os cursos de Geografia e Pedagogia. Para 2016, o município fez articulação com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) que disponibilizará os seguintes cursos: Licenciatura em Computação e especialização em Educação Física Inclusiva e Biologia.

Pode-se observar que o município está representado em uma grande parcela da gama de conhecimento, respondendo às necessidades do mercado de trabalho da própria cidade e da região. Esta situação tende ainda a crescer e serem implantados novos cursos, nos próximos anos, tanto na modalidade presencial, como na modalidade a distância.

Além dos cursos de nível superior ofertados no município temos os universitários que se deslocam para os seguintes municípios: Cornélio Procópio, Assis e Jacarezinho, utilizando o transporte universitário (ônibus).

As instituições de Educação Superior mais procuradas na região, são:

UENP Jacarezinho – Campus FAEFIJA, FAFIJA u FUNDINOP

UENP Bandeirantes – Luiz Meneghel

UENP Cornélio Procópio - FAFICOP

UTFPR Campus Cornélio Procópio

FACREI - Cornélio Procópio

Dom Bosco - Cornélio Procópio

UENP – Campos Jacarezinho

UNIP – Assis

FEMA - Assis

Os cursos superiores mais procurados são: História, Filosofia, Direito, Educação Física, Fisioterapia, Pedagogia, Ciências Contábeis, Letras, Administração de Empresas, Arquitetura, Engenharia Civil e Psicologia.

Temos um número aproximadamente de 350 universitários que se deslocam diariamente para outros municípios.

Há vários incentivos por parte do Poder Público para que os jovens continuem estudando, o transporte é gratuito, temos a oferta de vagas para

estágios e desenvolvimento de projetos, contando com a parceria de escolas municipais e outros setores da sociedade.

Vale dizer ainda que a cidade tem sido beneficiada, por oferecer cursos excelentes, possibilitando assim que o aluno permaneça no próprio município, ressaltando é claro o grande movimento que traz para o comércio em geral.

9.4.5. Metas e Estratégias

1º META

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

ESTRATÉGIAS:

12.1 Mapear a demanda e ampliar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades do desenvolvimento do município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.2 Garantir a continuidade e ampliação da oferta de vagas na Educação Superior Pública por meio da implantação de cursos de graduação presencial, semipresencial e a distância considerando as necessidades locais.

12.3 Estimular ampliação da oferta de vagas nos cursos de graduação em licenciaturas interdisciplinares considerando as especificidades locais de modo a atender a formação de professores da Educação Básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.

12.4 Estimular a oferta de vagas dos programas de interiorização da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, Universidade Aberta do Brasil - UAB, nos cursos de graduação, bem como para atender o déficit de profissionais em área específica.

12.5 Integrar a Educação Superior com as etapas da educação básica como meta prioritária para uma política estadual de formação inicial e continuada dos professores dos sistemas de ensino.

12.6 Estimular formas de participação da sociedade civil na gestão universitária para assegurar sua integração às necessidades sociais locais.

12.7 Fixar diretrizes estaduais e os meios para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de modo a atender as necessidades e peculiaridades locais da comunidade.

12.8 Assegurar que os Projetos Político-Pedagógicos e os currículos considerem a base comum nacional para os cursos de graduação.

12.9 Implantar política interinstitucional de estímulo ao ensino, pesquisa e extensão que tenha como objetivo identificar e intervir nos problemas educacionais relevantes propiciando a troca de experiências e saberes entre a universidade e os sistemas de ensino da educação básica, integrando a Secretaria da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, em parceria com a SEED - PR.

12.10 Garantir ações afirmativas de inclusão e de assistência estudantis dirigidas aos estudantes de instituições públicas e bolsistas de instituições privadas de Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades sociais, ampliando o atendimento das populações do campo, indígenas, afrodescendentes e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar em relação ao acesso, permanência e conclusão nos cursos de graduação.

2º META

Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de Educação Superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

ESTRATÉGIAS

13.1. Solicitar linhas de financiamento de apoio a pesquisa que possam contribuir com a qualificação de mestres e doutores para o avanço do ensino e da pesquisa.

13.2. Estabelecer política de comunicação das ações internas e externas das IES, potencializando meios e formas de socializar os saberes e fazeres produzidos nas ações de pesquisa, ensino e extensão dos professores mestres e doutores.

13.3. Fomentar a formação de consórcios entre universidades públicas do Estado do Paraná e Educação Superior com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3º META

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 100 mestres e 20 doutores.

ESTRATÉGIAS

14.1 Articular com o Estado do Paraná, a oferta, na macrorregião de Bandeirantes, cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para atender as demandas dos professores da Educação Básica.

14.2 Criar programas, em regime de colaboração, que ampliem a oferta de vagas nos cursos de especialização lato e stricto sensu.

14.3 Promover ações, em regime de colaboração e cooperação, que possibilitem de forma compulsória a cada profissional da educação custear a sua própria especialização de modo a manter-se ativo e atuante no mercado de trabalho.

14.4 Possibilitar o acesso a bolsas de estudo nas para pós-graduação strictu sensu dos professores e demais profissionais da educação básica (coordenadores, supervisores, orientadores e gestores).

14.5 Viabilizar política de formação continuada, pós-graduação lato e stricto sensu para os profissionais da educação: professores, especialistas, agentes administrativos, auxiliares de serviços gerais, vigilantes, merendeiras.

14.6 Estimular os profissionais da educação na participação de cursos de pós graduação lato sensu e stricto sensu: vagas, acesso e condições de permanência nas IES públicas.

14.7 Articular junto ao governo federal e estadual o financiamento nos campi universitários da UAB e UENP para oferta de cursos de graduação e pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado aos profissionais da educação.

10 - MODALIDADES DE ENSINO

10.1. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

10.1.1. Diagnóstico

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino integrante da Educação Básica, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade própria. Ela vem se destacando cada vez mais na sociedade brasileira, por considerar que o domínio de habilidades de leitura e escrita são condições essenciais para o

enfrentamento das exigências do mundo contemporâneo. Assim sendo, ressalta que as atuais mudanças na divisão e organização do trabalho capitalista exige dos profissionais a elevação no nível de conhecimento, especialmente aqueles repassados pela escolarização, bem como uma preparação mais qualificada dos jovens, adultos e idosos, para a vivência da cidadania crítico-participativa.

Em vista a transformação necessária, tem por objetivo cumprir de maneira satisfatória sua função de preparar jovens, adultos e idosos para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Dentre as ações estabelecidas neste Plano, as mais significativas são as de superar os índices de analfabetismo e, com isso extinguir todas as formas de discriminação, preconceitos e processo de exclusão, ampliando o acesso, garantindo a permanência dos educandos no espaço escolar.

O compromisso desta modalidade de ensino é com o andamento no processo educacional na vida destes educandos trabalhadores, que não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade à escolarização na idade própria, garantindo-lhes o acesso aos saberes em suas diferentes linguagens, intimamente articuladas com suas necessidades, expectativas e trajetórias de vida, despertando-lhes a oportunidade de continuidade da escolarização.

De acordo com o censo demográfico de 2010 do IBGE, existiam 918 pessoas analfabetas no Município. Pelo número, onde a tendência tem sido reduzir o número, sua porcentagem é de 13,22%. É um número significativo que merece a atenção por parte do Poder Público Municipal, que oferta a EJA FASE I, correspondente à 1ª – 4ª série, a EJA FASE II, visando assim a redução do analfabetismo.

10.1.2. Oferta

Em 2015 a EJA (Educação de Jovens e adultos) está sendo ofertada no Município em 08 estabelecimentos de ensino. A EJA FASE I, em nosso município é descentralizada, e funciona nas seguintes Escolas Municipais: Moacyr Castanho, Yukiti Matida, Maria de Lourdes Guedes Mendes, Lêda de Lima Canário, Diógenes E. P. de Vasconcelos, Zulmira de Albuquerque e Ouro Verde. A EJA FASE II e MÉDIO funciona no Colégio Nóbrega da Cunha.

Tabela 5.1.2.1 Oferta da EJA, 2015

Programas / Cursos	Local	Número de alunos atendidos	Turnos
EJA – FASE I	Escola M. Diógenes E. P. de Vasconcelos	10	N
	Escola M. Leda de Lima Canário	26	N
	Escola M. M ^a de Lourdes Guedes Mendes	15	N
	Escola M. Moacyr Castanho	10	N
	Escola M. Yukiti Matida	13	N
	Escola M. Zulmira de Albuquerque	16	N
	Ouro Verde	13	N
EJA – FASE II	Escola Estadual Nóbrega da Cunha	184	N
EJA – Ensino Médio	Escola Estadual Nóbrega da Cunha	213	N
Total		500	

Fonte: Coordenação da EJA Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Siglas: ERM – Escola Rural Municipal; EML – Escola Municipal; V – Vespertino; N – Noturno.

10.1.3. Matrículas

Tabela 5.1.2.2. Matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2011 – 2015

Programas / Cursos	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL		AL		AL		AL		AL	
EJA FASE I 1 ^a a 4 ^a Séries	N	149		100		96		89		93	
EJA FASE II 5 ^a a 8 ^a Séries	N	292		297		287		263		184	
EJA Ensino Médio	N	212		196		180		179		213	
Total Geral		653		593		563		531		490	

Fonte: Coordenação da EJA Secretaria de Educação

Siglas: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

(*) A partir de 2007 as matrículas na EJA de 5^a a 8^a séries e no Ensino Médio, foram feitas por disciplinas não por turmas.

O quadro de profissionais da EJA - FASE I é composto por professoras pertencentes ao quadro próprio do magistério municipal. Todas as profissionais, possuem formação em nível superior. Os professores da EJA – FASE II e médio foram capacitados para atuarem na EJA, possuindo pós-graduação (especialização na área em que atuam), além de participarem de cursos de capacitação oferecidos pela SEED.

As aulas da EJA fase I e II, funcionam em escolas e colégios, com exceção de 01 turma que funciona em um salão do bairro Ouro Verde. São locais com uma estrutura considerada boa e adequados às aulas destes educandos.

Em nosso município temos uma turma que funciona no período vespertino, com alunos com necessidades educacionais especiais, e a professora é profissionalmente capacitada para realizar trabalho.

O material utilizado nas aulas da EJA – FASE I é fornecido pela Secretaria Municipal de Educação e Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procópio, e foi elaborado pelo Governo do Paraná. O material didático da EJA – FASE II e Ensino Médio é elaborado pelos professores, a partir do PPP (Projeto Político Pedagógico).

Os alunos da EJA – FASE I, EJA – FASE II e de Ensino Médio, têm livre acesso à biblioteca escolar e transporte escolar. Os professores desenvolvem projetos de leitura para ampliar o conhecimento e incentivar o uso da biblioteca.

A merenda escolar dos alunos da EJA – FASE I, EJA – FASE II e de Ensino Médio, recebem o mesmo lanche do cardápio dos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Os alunos da EJA, num âmbito geral, participam muitas vezes de eventos culturais programados pelo Município, os professores divulgam, incentivam e preparam os mesmos para essa participação e integração com a comunidade.

Na Educação de Jovens e Adultos do Município de Bandeirantes, há vários alunos com necessidade educacionais especiais, inclusive, duas das nossas alunas da Rede Municipal, frequentam a Escola Especial (APAE), com deficiência mental leve. Os professores, na medida do possível, priorizam ações educacionais específicas e que oportunizam com amor e dedicação, o acesso, a permanência e êxito dos mesmos, no espaço escolar.

A coordenação da EJA – FASE I funciona nas dependências da Secretaria de Educação. Todo trabalho é orientado e direcionado pelo Núcleo Regional de Cornélio Procópio.

Quanto ao acompanhamento para verificar se os alunos egressos do Ensino Médio da EJA buscam o Ensino Superior, é feito apenas o aconselhamento e muito incentivo por parte dos professores e da escola como um todo.

Os alunos da EJA – fase I, não participam de nenhum Projeto de Informática, já os alunos de EJA – FASE II e de Ensino Médio, recebem aulas práticas nos laboratórios de Informática das respectivas escolas que estudam.

10.1.4. Considerações finais

O maior desafio à erradicação do analfabetismo não é apenas a oferta de vagas, mas a conscientização destas pessoas sobre a importância deste processo. Muitos fatores prejudicam o andamento da EJA no Município, tais como: mudança constante no quadro de professores; falta de material pedagógico; a distribuição irregular da carga horária das aulas, fazendo com que os alunos se desmotivem e abandonem as aulas.

Através do trabalho realizado com a Educação de Jovens e Adultos em nosso município, sentimos que esta modalidade de Ensino tem se desenvolvido, tanto em números como em qualidade.

Através de pesquisas realizadas, percebe-se que anteriormente não atribuíam a EJA o valor necessário. Hoje o município tem investido para a melhoria da qualidade deste Curso, valorizando o pedagógico e em casos dando até assistência médica, oferecendo exames de vista para os alunos mais carentes.

Quanto aos pontos negativos, destacaremos os mais visíveis, como: dificuldades e aceitação do professor no uso do material oferecido pela SEED, infantilização de conteúdos (textos de alfabetização utilizados para crianças), pouca participação nos projetos da Escola, necessidade da melhoria na infraestrutura física: construção de rampas e corrimão, colocação de pisos antiderrapante, carteiras com tamanhos apropriados, suporte com técnico de enfermagem para orientações relativas à saúde e com testes de glicemia e mensurador de pressão arterial e outras orientações que se fizerem necessárias.

Acreditamos que, todas as sugestões apresentadas irão tornar - se realidade somente através do envolvimento de todos que acreditam na EJA. Apresentamos as metas e estratégias para a EJA:

10.1.5. Metas e Estratégias

1º META

Elevar a escolaridade média da população a partir de 18 anos, de modo a alcançar no mínimo, dez anos de estudos no último ano de vigência deste PME, para negros, populações do campo, comunidade em geral e dos

25% mais pobres, e igualar a escolaridade média declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com vistas à redução da desigualdade social.

ESTRATÉGIAS:

8.1 Institucionalizar programas, em parcerias, que contemplem o desenvolvimento de tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado e a produção de livros e outros materiais didáticos adequados às características e realidade sociocultural dos segmentos populacionais considerados.

8.2 Ampliar a oferta do Ensino Fundamental e Médio em parceria com a rede estadual de ensino com qualificação social e profissional aos segmentos sociais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/ano, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Estimular a diversificação curricular, integrando a formação à preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, adequando à organização do tempo e do espaço pedagógico.

8.4 Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por meio de parcerias com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

8.5 Apoiar os Centros Familiares de Formação por alternância na oferta de cursos de Ensino Fundamental com qualificação social e profissional na perspectiva da agricultura familiar, agropecuária, meio ambiente e outras áreas de interesse dos segmentos populacionais considerados.

8.6 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e monitoramento de acesso à escola específica para os

segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência, estabelecendo em regime de colaboração a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.7 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

2º META

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 90% até 2025 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS

9.1 Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens, Adultos e Idosos como direito humano, a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria, inclusive àqueles que estão em situação de privação de liberdade e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

9.2 Instituir o Comitê Bandeirantense para redução do analfabetismo no município, implantando sistemática de acompanhamento e monitoramento da redução do analfabetismo.

9.3 Elaborar e executar um plano de ação integrado de alfabetização em parceria com entidades governamentais e não governamentais no município.

9.4 Organizar as turmas de alfabetização de jovens, adultos e idosos como etapa do primeiro segmento do Ensino Fundamental, com recursos oriundos do FUNDEB de modo a favorecer a continuidade da escolarização básica.

9.5 Criar condições para a implantação de turmas da EJA no diurno visando à inclusão e o atendimento das necessidades dos jovens, adultos e idosos.

9.6 Realizar diagnóstico, em parceria, dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, a fim de identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

9.7 Realizar chamada pública anualmente para Educação de Jovens, Adultos e Idosos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Indústria e Comércio do município e em parceria com organizações da sociedade civil.

9.8 Realizar a cada dois anos, anos pares, em regime de colaboração, avaliação com vistas ao levantamento dos indicadores de alfabetização da população de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade.

9.9 Executar através de parcerias federal, estadual e outras, atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

9.10 Implantar, em parcerias, programas vinculados a uma política de emprego para os egressos dos cursos de Educação de Jovens e Adultos.

9.11 Garantir o acesso e permanência a estudantes da EJA no Ensino Fundamental com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica.

9.12 Fomentar as tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas, que assegurem a alfabetização, a partir de realidades diferenciadas do ponto de vista linguístico que favoreçam a melhoria do fluxo escolar e as aprendizagens dos alunos, segundo as diversas abordagens metodológicas.

9.13 Instituir currículos adequados às especificidades dos educandos da EJA, incluindo temas que valorizem os ciclos/fases da vida e promover a inserção no mundo do trabalho e participação social.

9.14 Garantir o acesso aos exames de certificação de conclusão do Ensino Fundamental e Médio aos jovens, adultos e idosos.

9.15 Instituir um grupo de professores alfabetizadores de jovens, adultos e idosos nos sistemas de ensino, assegurando uma política municipal da alfabetização que contemple formação continuada de professores, condições e jornada de trabalho.

9.16 Garantir o acesso de jovens e adultos às Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs no ambiente escolar.

9.17 Desenvolver e garantir políticas para os educadores e educandos da modalidade EJA, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica que possibilite a construção de novas estratégias de ensino e uso das tecnologias da informação.

9.18 Fomentar a produção de material didático específico para a EJA, bem como, metodologias diferenciadas para o desenvolvimento dos alunos dessa modalidade.

3º META

Oferecer, no mínimo, 50% das matrículas de Educação de Jovens, Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à Educação Profissional.

ESTRATÉGIAS:

10.1 Expandir as matrículas na Educação de Jovens, Adultos garantindo a oferta pública de Ensino Fundamental e Médio integrado à formação profissional, em parcerias, de modo a articular a formação inicial e continuada

de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador assegurando condições de permanência e conclusão de estudos.

10.2 Realizar, anualmente, em regime de colaboração com o Núcleo Regional de Educação – NRE, a chamada pública da população de 15 a 24 anos que necessita iniciar ou concluir sua escolarização nas etapas de Ensino Fundamental e Médio.

10.3 Garantir o acesso e permanência a estudantes da EJA no Ensino Fundamental e Médio, em regime de colaboração, com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, com possibilidade de acesso à universidade pública e gratuita.

10.4 Dotar, as escolas que ofertam cursos de Educação de Jovens, Adultos integrados a educação profissional de infraestrutura, com acesso a rede mundial de computadores com banda larga de alta velocidade e equipamentos compatíveis com as especificidades dos cursos ofertados.

10.5 Promover a integração da EJA com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, entre outros na perspectiva da formação integral dos cidadãos.

10.6 Acompanhar e monitorar o acesso, a frequência e o aproveitamento dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda e de educação no Ensino Fundamental.

10.7 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, compatível com as necessidades produtivas e com os planos de desenvolvimento do Estado e do Município, observando as características do público da Educação de Jovens, Adultos, considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo.

10.8 Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens, Adultos, articulando a formação à preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequados às características desses alunos.

10.9 Produzir material didático, desenvolver currículos e metodologias específicas para a avaliação da aprendizagem, bem como garantir o acesso a equipamentos e laboratórios.

10.10 Fomentar a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens, Adultos e Idosos articulada à educação profissional.

10.11 Implementar formas de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada.

10.2. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

10.2.1. Diagnóstico

A Educação Profissional e Tecnológica - EPT, conforme definição da Lei nº 9394/96 consiste em uma modalidade específica de ensino que “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Tal definição deixa evidente sua importância para o contexto nacional, bem como sua independência em relação ao ensino regular.

De acordo com as diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, a EPT deve ser desenvolvida por meio de cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (cursos básicos), Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica em nível de graduação e pós-graduação.

Evidencia-se no acima exposto, que a EPT estende-se dos níveis mais elementares aos mais elevados de escolaridade, como os de aperfeiçoamento e atualização oferecidos a graduados e pós-graduados. Neste sentido a Educação Profissional contempla o pressuposto de que não deva ser uma situação estanque, mas um processo permanente que englobe cursos e programas que oportunizam o desenvolvimento contínuo e articulado de estudos na perspectiva de constante qualificação e aperfeiçoamento do trabalhador.

Perfil da empregabilidade no Município

Por meio de uma pesquisa realizada em 2014, com algumas pessoas da cidade, entre eles, alguns alunos do período matutino e do noturno do Ensino Médio, e com os seus respectivos pais, pode-se observar que existem muitas pessoas que não conseguem trabalho por falta de emprego no Município. No entanto, para alguns empregos disponíveis, não há mão-de-obra devidamente qualificada, pois muitas pessoas não procuram elevar o nível de formação e nem aprimorar os seus conhecimentos.

Formação e qualificação profissional

O Município vem empregando recursos do Índice de Gestão Descentralizada em vários projetos de geração de renda oferecidos aos beneficiários do Programa Bolsa Família e comunidade. São cursos e oficinas de trabalhos artesanais nas mais diversas áreas: pintura, bordado, e crochê. Estes cursos visam promover a melhoria de renda das famílias envolvidas. Os cursos de capacitação ajudam os beneficiários do Programa Bolsa Família a buscar novas formas de melhorar a renda mensal. Desde 2009, Bandeirantes também oferece aos beneficiários do Programa Bolsa Família, palestras sobre Saúde Familiar, Direitos da Mulher, Segurança Doméstica e Primeiros Socorros.

Periodicamente, a Secretaria Municipal de Educação e de Ação Social oferecem cursos semi-profissionalizantes em parceria com entidades governamentais e não governamentais tais como: informática, secretariado, telemarketing, vendas, atendimento ao cliente, bordado, derivados da soja,

panificação, doces e conservas, corte e costura, salgados, pintura em tela e tecido, entre outros.

No município, existe a parceria entre diversas instituições, como: Prefeitura, UENP, SINE, Sindicato Rural, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Associação dos Moradores do Conjunto Ouro Verde, Cooperativa Integrada de Bandeirantes, SESI, SESC, Sala do Empreendedor, a oferta de cursos, visando a qualificação profissional.

Informações sobre cursos

Em 2008, o município foi contemplado, junto ao Ministério das Comunicações, com a instalação e implantação de um Telecentro Comunitário. O Kit do Telecentro Comunitário é composto por equipamentos de informática e mobiliário, tendo como finalidade promover a inclusão digital para um número maior de pessoas, dando condições de acesso às tecnologias de informação e comunicação, permitindo de forma democrática que toda comunidade tenha acesso ao mundo informatizado.

Atualmente, são ofertados os seguintes cursos em nível técnico:

- Formação pela Escola:
- Programa Direto na Escola
- Programa do Livro Didático
- Programa do Transporte Escolar
- Programa da Alimentação Escolar
- Controle Social
- Competências Básicas
- Fundeb

Os Recursos tecnológicos utilizados para o desenvolvimento dos cursos, são os seguintes: Web aulas, plataforma dos cursos, vídeo conferência utilizando Datashow. Alguns cursos desenvolvidos nos últimos anos:

- Jardineiro – implementação e manutenção
- Oficina de Planejamento Estratégico de Mobilização - PEM I
- Programa APOENA - trabalhador em turismo rural - artesanato em palha de milho - bonecos (as)
- Artesanato de Tecidos - confecção básica de vestuário (corte e costura);
- Gestão de Pessoas - mulher atual;

- Produção Artesanal de Alimentos - conservas vegetais, compotas, frutos cristalizados e desidratados - básico em conservas
- Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motoniveladoras - patroleiro - motoniveladora avançado,
- Trabalhador na Ovinocultura - manejo de ovinos de corte

O Sindicato Rural de Bandeirantes/Santa Amélia, oferece os seguintes cursos aos seus associados:

- Trabalhador na Agricultura Orgânica
- Trabalhador na Floricultura
- Trabalhador na Forragicultura
- Trabalhador na Fruticultura Básica
- Trabalhador na Olericultura Básica
- Trabalhador no Cultivo de Fumo
- Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas
- Trabalhador no Cultivo de Plantas Industriais
- Trabalhador no Cultivo de Plantas Medicinais

Aquicultura

- Trabalhador na Piscicultura

Atividades de Apoio Agrossilvipastoril

- Condutores de Veículos - DETRAN
- Técnicas de Operação Fora-de-Estrada
- Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris
- Trabalhador na Agricultura de Precisão
- Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos
- Trabalhador na Operação de Guincho Hidráulico sobre Caminhão
- Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola)
- Trabalhador na Operação e na Manutenção de Carregadoras
- Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes
- Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motoniveladoras (patroleiro)
- Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra

- Trabalhador na Operação e na Manutenção de Ordenhadeira Mecânica
- Trabalhador na Operação e na Manutenção de Roçadeiras
- Trabalhador na Operação e na Manutenção de Tratores de Esteira
- Trabalhador na Segurança no Trabalho

Atividades relativas à prestação de serviços

- Armazenista
- Cerqueiro
- Eletricista
- Jardineiro
- Mecânico de Tratores e Máquinas Pesadas
- Soldador
- Trabalhador em Turismo Rural
- Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal

Pecuária

- Trabalhador na Apicultura
- Trabalhador na Avicultura de Corte
- Trabalhador na Bovinocultura de Corte
- Trabalhador na Bovinocultura de Leite
- Trabalhador na Caprinocultura
- Trabalhador na Doma Racional de Eqüídeos
- Trabalhador na Eqüideocultura
- Trabalhador na Meliponicultura
- Trabalhador na Ovinocultura
- Trabalhador na Suinocultura

Programas especiais (FPR)

- JAA - Jovem Agricultor Aprendiz
- Trabalhador na Fabricação de Álcool e Açúcar

Silvicultura

- Trabalhador em Florestamento (essências florestais nativas)
- Trabalhador em Reflorestamento (matas homogêneas)

Recursos Humanos

- Educação - Agrinho

10.2.2. Considerações finais

Para o ano de 2016, teremos a implantação do Brasil Profissionalizado, que é um programa de financiamento e assistência técnica que incentiva a expansão de matrículas no ensino médio integrado nas redes públicas estaduais.

Seu principal objetivo é prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos estados que possuam rede de ensino médio ou de educação profissional de nível médio e tenham assinado o Compromisso Todos pela Educação.

O projeto arquitetônico financiado pelo Brasil Alfabetizado tem 12 salas de aula, auditório, biblioteca, refeitório e área de vivência, quadra poliesportiva coberta, seis laboratórios básicos e dois grandes laboratórios para a preparação do jovem para o mercado de trabalho, de acordo com as especificidades regionais.

10.3. EDUCAÇÃO ESPECIAL

10.3.1. Diagnóstico

A Educação Especial é uma modalidade de ensino destinada a educandos portadores de necessidades educativas especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos.

No contexto das organizações não governamentais, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, nas áreas da escolarização, profissionalização e reabilitação da pessoa com deficiência.

No que se refere a Rede Pública Municipal, esta vem pautando o seu trabalho na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que vem sendo estabelecida na última década, com resultados significativos que demonstram a mudança de paradigma com

relação à concepção sobre as pessoas com deficiência, evidenciando a sua capacidade de aprendizagem acadêmica e o direito de conviver em espaços sociais comuns.

Nesse contexto, evidencia-se a importância da Educação Especial como modalidade que transversaliza os níveis, etapas e modalidades de ensino, oportunizando aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação acesso, permanência e aprendizagens significativas na escola, conforme descreve a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, a referida política define que:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008).

A educação dos estudantes público-alvo da Educação Especial constitui-se um processo amplo e contínuo que, sob os pilares dos princípios da inclusão proclamados mundialmente, orienta-se pelo compromisso de humanização das sociedades, valorização e respeito à diversidade e ao direito à cidadania com dignidade.

10.3.2. Atendimento da Educação Especial em instituição especializada

Em 20 de 1978, em uma reunião do Lions Clube de Bandeirantes Yara, por iniciativa do membro do referido clube de serviço Dr Raul Hidetoci Miyoshi,

surgiu a idéia de criar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bandeirantes. A idéia foi acatada por unanimidade pelos Leões e Domadoras.

No dia 26 de agosto do mesmo ano, no Anfiteatro da Faculdade de Luis Meneghel, realizou-se a primeira Assembléia Geral Ordinária para a aprovação do Estatuto, eleição da primeira diretoria e a posse dos eleitos. Como primeiro presidente da APAE foi eleito o Dr. Raul Hidetoci Miyoshi..

Em março de 1979, iniciaram – se oficialmente as atividades escolares da Escola Especial “Pequeno Príncipe”, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Lions Yara em prédio alugado à Rua Benjamim Caetano Zambon, nº 38, inicialmente com 14 alunos matriculados e distribuídos em quatro turmas de dois a cinco alunos. O quadro de funcionários somava oito pessoas entre diretora, secretária, assistente social, psicóloga, servente e professoras.

Durante 13 anos, a escola funcionou em instalação precária e com muita dificuldade financeira, fatores que serviram de fortalecimento, experiência e estímulo para todos os envolvidos, objetivando a construção de uma nova escola onde os alunos pudessem ter atendimento com maior qualidade e uma estrutura que viesse de encontro com a necessidade de cada um.

Em agosto de 1991, a APAE, em parceria com a Prefeitura Municipal de Bandeirantes e Lions Clube de Bandeirantes Yara entregaram à comunidade uma sede própria da Escola Especial “Pequeno Príncipe”, situada a Rua Antonio Álvares Torres, 50 Jardim Paraíso e atendendo também as cidades vizinhas de: Itambaracá e Santa Amélia.

Atualmente estão matriculados 157 alunos, onde recebem atendimentos na Área Pedagógica e nos setores de Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapias, Terapia Ocupacional e Assistência Social.

Contamos com as mães voluntárias no Clube de Mães, onde desenvolvem atividades artesanais, costura, bordados, tapeçaria, etc. Onde os trabalhos são comercializados revertendo em benefícios para os alunos.

Temos também uma estufa de plantas ornamentais, onde o instrutor realiza atividades com os alunos no cultivo das mesmas. Faz parte desse projeto um minhocário, onde a compostagem transformada em húmus é utilizada nas plantas.

Na Casa Lar, setor profissionalizante, sob a orientação da professora as alunas preparam tempero, doces caseiros de época, que são comercializados em feiras juntamente com as plantas da estufa e os trabalhos do Clube de Mães.

A credibilidade da entidade perante os vários segmentos da comunidade e esferas governamentais nos dá a certeza do cumprimento efetivo do trabalho.

A entidade, nos seus anos de funcionamento, tem demonstrado grande credibilidade, seriedade e transparência nos serviços prestados a toda comunidade, fatores que estimulam os vários segmentos e setores governamentais a continuarem colaborando e investindo para que a escola atinja suas metas.

Os recursos recebidos pela APAE são oriundos dos Governos Federal, Estadual e Municipal. As promoções feitas pela escola em parceria com o Lions, todo o lucro é revertido em materiais de consumo, materiais permanentes e uma parte para assistencialismo dos alunos como: remédio, documentos e consultas.

10.3.3. A APAE NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE têm como função a educação especializada e de qualidade, preconiza a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseia-se no pressuposto de realização e adaptações curriculares visando atender as necessidades particulares de aprendizagem, levando em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas também seus interesses e motivações.

A finalidade considerada dentro de um enfoque multidimensional aborda alguns aspectos que são compreendidos dentro dos objetivos gerais e específicos da escola, sendo a própria existência da deficiência, a intensidade da manifestação física, psicológica, emocional e das condições de saúde do aluno; a capacidade funcional da pessoa para a vida cotidiana na sociedade, na escola e no trabalho, tendo como contexto primordial facilitar-lhe a independência, a produtividade e a interdependência, além de sua “inclusão real” na comunidade.

Tal compreensão nos permite avaliar e definir a educação especial numa perspectiva ampla, historicamente diferenciada de todos os paradigmas até então exercitados como modelos formativos, técnicos e limitados de simples atendimentos.

Trata-se de princípios norteadores para se obter uma educação escolar em que suas especificidades, em todos os momentos, devem estar voltadas para a prática da cidadania, em uma instituição dinâmica, que valoriza e respeita a diversidade do aluno, através de currículos dentro das normas da Educação Nacional, mas com um contexto realista a fim de que o aluno como sujeito possa conhecer, aprender, reconhecer e produzir a sua própria cultura, mas, contudo, que preserve a postura institucional que é o ato educativo.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Especial Pequeno Príncipe, abrange de forma primordial, nortear todo o funcionamento geral da escola, a fim de favorecer o pronto ou o possível desenvolvimento geral dos alunos com necessidades especiais.

Tendo como características gerais: a missão, de promover, assessorar e prestar serviços adequados aos alunos e familiares; a filosofia de lutar pelos direitos e do atendimento de apoio educacional e familiar. Realizar diagnósticos a fim de conciliar Projeto Pedagógicos com a necessidade da escola e dos alunos, através dos objetivos gerais e específicos adequar os currículos voltados para uma evolução psico-social e educacional dos alunos para que assim possam exercer plenamente o seu papel de cidadão.

Tabela 7.1.2.1 Alunos atendidos na Instituição Especializada, por tipo de programas e turnos, 2015

Programas	Número de alunos por turnos			Total
	Matutino	Vespertino	Integral	
Educação Infantil (0 a 3 anos)	07	06	-	13
Educação Infantil (4 a 6 anos)	07	05	-	12
Ensino Fundamental	32	35	-	67
Educação Profissional	33	32	-	65
Total	79	78	-	157

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

Tabela 7.1.2.2. Alunos atendidos na Instituição Especializada, por tipo de programas e necessidades especiais, 2015

Necessidades especiais	Número de alunos		
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação Profissional I
Deficiência Mental	25	67	65
Deficiência Física	-	-	-
Deficiência Visual	-	-	-
Deficiência Auditiva	-	-	-
Deficiência Múltipla	07	14	14
Autismo	04	02	01
Psicose Infantil	-	-	-
Atraso no desenvolvimento	-	-	-
Deficiência mental associada a outra(s) deficiência(s)	-	-	-
Outras (Quais)	-	-	-
Totais	36	83	80

Fonte: Instituição de Ensino, 2015.

10.3.4. Infra-estrutura

A instituição escolar denominada Escola “Pequeno Príncipe” – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, dispõe de uma infra-estrutura interna consideravelmente satisfatória, pois possui um bom número de salas de aula, salas de atendimento especializado e terapêutico, banheiros e rampas adaptados à acessibilidade arquitetônica, refeitório, cozinha industrial, pátio, quadra esportiva (em aguardo a sua cobertura), piscina aquecida e coberta, casa lar, secretaria, sala dos professores, sala de direção, sala de coordenação, sala do clube de mães, almoxarifado, lavanderia, dispensa e estufa de plantas. Paulatinamente, conforme há a necessidade a instituição realiza adaptações, adequações, e ou reparos quanto ao seu espaço físico e mobiliário, a fim de ofertar da melhor maneira possível a prestação de um serviço competente e de qualidade a todos da comunidade.

A escola aspira por um espaço adequado para adquirir um acervo bibliográfico que venha de acordo com a necessidade de nossos alunos, bem como a ampliação de recursos para a área de informática.

A instituição também disponibiliza de veículos de transportes (automóvel Kombi, micro-ônibus e ônibus adaptado) estando no aguardo de um ônibus novo para o transporte diário dos alunos e demais situações inerentes à escola.

Tabela 7.1.2.4. Infra-estrutura da Instituição Especializada, 2015

Itens	Situação				
	O	B	R	P	I
30. Energia elétrica		X			
31. Água filtrada ou tratada		X			
32. Esgoto			X		
33. Sala de direção		X			
34. Sala de supervisão e/ou coordenação pedagógica		X			
35. Sala de orientação educacional		X			
36. Secretaria	X				
37. Sala de professores		X			
38. Sala de reuniões					
39. Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura					X
40. Sala de recursos didáticos			X		
41. Auditório					X
42. Sala de televisão, vídeo e/ou DVD					X
43. Almojarifado (material escolar)					X
44. Refeitório	X				
45. Depósito (material de limpeza)					
46. Depósito de botijão de gás	X				
47. Depósito de lixo		X			
48. Cozinha	X				
49. Despensa (alimentos)		X			
50. Instalações sanitárias – alunos		X			
51. Instalações sanitárias – administrativo		X			
52. Instalações sanitárias – funcionários		X			
53. Recreio coberto		X			
54. Campo esportivo					X
55. Quadra poliesportiva					X
56. Quadra de esportes coberta		X			
57. Piscina	X				
58. Espaço para oficinas (ex: marcenaria, pintura, etc.)					X
59. Laboratório de informática		X			
60. Laboratório de ciências					X
61. Acesso à internet para alunos		X			
62. Acesso à internet para professores e funcionários		X			
63. Mobiliário adequado à faixa etária		X			
64. Material pedagógico de apoio ao aluno		X			
65. Material pedagógico de apoio ao professor			X		
66. Adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)		X			

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária; I – Inexistente.

A presença de Recursos Tecnológicos é bem precária e necessita urgentemente de investimentos.

Tabela 7.1.2.5. Recursos técnicos, tecnológicos, físicos e materiais em uso no estabelecimento de ensino, 2015

Recursos	Situação				
	O	B	R	P	I
Material didático em braile ou ampliado					X
Bengala					X
Reglete					X
Sorobã					X
Punção					X
Máquinas Perkins					X
Computadores com sistema DOS-VOX					X
Lupas					X
Telelupas					X
Pistas Táteis					X
Softwares adaptados					X
Mobiliários anatômicos e adaptados		X			
Ambientes com acessibilidade		X			
Outros (quais?)					

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precário; I – Inexistente.

Quanto à Gestão, atualmente a mesma caracteriza-se como democrática, permitindo a gestora a participação ativa de todos, de modo ordeiro e organizado, respeitando os patamares hierárquicos pelo quais permeiam a organização do estabelecimento. A gestão compõe-se da direção, cuja qual conta também com sua equipe pedagógica (vice-direção e coordenação), as quais comandam democraticamente todo o acompanhamento pedagógico e burocrático da escola; no momento, a instituição foi contemplada com mais funcionários na equipe pedagógica, tornando-a mais equiparada em relação aos encargos existentes, a fim de atender melhor sua demanda.

Quanto ao pedagógico, o corpo docente consta de profissionais qualificados para esta prestação de serviço, havendo diferentes vínculos empregatícios (municipal, estadual e rede conveniada) e exercícios de 20 e 40 horas semanais (turno matutino e vespertino); sendo recentemente, a escola beneficiada com profissionais para o atendimento pedagógico, em nível estadual, a fim de viabilizar e prezar um ensino com mais qualidade; além

também, de profissionais para atender em outras funções, favorecendo um melhor andamento no ambiente escolar (todos em caráter estadual).

Agregado ao pedagógico, há também, o atendimento especializado dos setores terapêuticos (assistência social, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e hidroterapia), os quais tem ofertado a contento; sendo que, quando a escola aumenta sua demanda, a mesma tenta equivaler à sua oferta.

Tabela 7.1.2.7. Recursos humanos da Instituição Especializada, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)								Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	DOU	
Direção	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Supervisão	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Orientação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coordenação	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Docência (concurso)	-	-	-	-	-	18	-	-	18
Docência (contrato)	-	-	-	-	-	10	-	-	10
Secretário Escolar	-	-	-	-	01	-	-	-	01
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	01	-	-	-	01
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	01	-	-	-	01
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Merendeira	-	-	02	-	-	-	-	-	02
Auxiliar de Serviços Gerais	01	01	09	-	03	-	-	-	14
Servente	-	01	-	-	-	-	-	-	01
Zeladora	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guarda Noturno	-	01	-	-	-	-	-	-	01
Total	01	03	11	-	06	31	-	-	52

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado; DOU – Doutorado.

Os docentes e demais profissionais são todos habilitados. No momento, devido a nova organização da escola, a mesma encontra-se com o número de docentes e suporte pedagógico insuficientes.

Tabela 7.1.2.8. Atendimento de Técnicos, 2015

Tipos de Técnicos	Quantidade de profissionais
Psicóloga	01
Fonoaudiólogas	02
Fisioterapeutas	03
Terapeuta Ocupacional	01
Assistente Social	01

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

A instituição prima pela participação ativa e favorável da família em relação aos educandos (ao processo ensino-aprendizagem e ao desenvolvimento social, emocional e pessoal) e vice-versa.

A escola consta também com outras esferas da comunidade, elegendo-os como parceiros a fim de obter apoio e recursos para executar na prática o que pretende como missão; o atendimento pedagógico e terapêutico a todos que necessitam desta modalidade específica da rede de ensino.

De modo geral, a instituição propõe ainda, atividades extracurriculares como por exemplo: passeios culturais e recreativos a determinados lugares da cidade e região, visitas culturais, apresentações de danças e dramatização, participação em desfiles municipais e entretenimentos aos quais são convidados, tentando promover com compromisso e excelência aquilo ao que se pretende: acesso garantido ao ensino.

Transporte escolar

Tabela 7.1.3.0 Transporte oferecido aos alunos que freqüentam a Instituição Especializada, 2015

Tipo Transporte	Número de alunos transportados por dia
Ônibus adaptado	70
Van adaptada	05

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

O transporte dos alunos é feito por 01 ônibus novo, e 01 Van adaptada doados pelo Governo do Estado do Paraná.. Os alunos vindos da zona rural fazem uso do transporte da Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

10.3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escola Pequeno Príncipe não tem convênio firmado formalmente, porém a Administração Municipal cede sete professores, dois funcionários para serviços gerais e dois motoristas. Contribui em grande parte com a merenda escolar.

A instituição durante todo o tempo que presta serviços tem credibilidade à comunidade, o que facilita na aquisição de parcerias e ações voluntárias a fim de atingir os resultados a que se propõe.

Dentro desse propósito, a escola enfrenta problemas acarretados pela falta de docentes fixos, onde a rotatividade dificulta o bom andamento da escola, sendo que as licenças de todos os funcionários cedidos ficam inviáveis, pois não há profissionais para supri-las.

10.3.6. Atendimento no ensino regular

10.3.6.1. Diagnostico

Instituições de ensino que oferecem serviços especializados e de apoio

No município temos Instituições de Ensino Regular que oferecem serviços especializados e de apoio na Educação Especial.

Tabela 7.1.3.4. Atendimento da Educação Especial no ensino regular, 2015

Instituição de Ensino	Em números									
	Classe Especial DI		Sala de Recursos Multifuncional		Sala de Apoio		Sala de Recursos Multifuncional Séries Iniciais DV		Sala de Recursos Multifuncional Séries Iniciais DA	
	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Escola Mun. Lêda de Lima Canário	23	02	14	01	-	-	11	02	-	-
Escola Mun. Prefeito Moacyr Castanho	-	-	13	01	17	01	-	-	-	-
Colégio Mailon Medeiros	-	-	28	02	40	02	-	-	-	-
Colégio Nóbrega da Cunha	-	-	08	01	20	01	-	-	05	01
Escola Estadual Cecília Meireles	-	-	-	-	20	01	-	-	-	-
Colégio Estadual Huberto Teixeira	-	-	-	-	40	02	-	-	-	-
Colégio Estadual Juvenal Mesquita	-	-	-	-	40	02	-	-	-	-
Total	23	02	63	05	177	09	11	02	05	01

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

Siglas: AL – Alunos; TU – Turmas.

Matrículas

A tabela 8.10 mostra a evolução das matrículas dos alunos com necessidades especiais nas escolas da Rede Pública de Ensino.

Tabela 7.1.3.4. Evolução das matrículas dos alunos com necessidades especiais, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2011 – 2015

Etapas / Modalidades de ensino	Quantidade de alunos por ano				
	2011	2012	2013	2014	2015
Centro Municipal de Educação Infantil Berçário / Maternal /Jardim I /Jardim II e Jardim III	-	-	-	01	01
Jardim III	04	02	05	05	04
Ensino Fundamental (anos iniciais)	30	30	39	41	27
Ensino Fundamental (anos finais)	04	04	05	05	05
Ensino Médio		01	01	03	03
Ensino Superior	-	-	01	02	05
Educação de Jovens e Adultos	01	01	01	01	05
Total	39	38	52	58	50

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

A tabela mostra a evolução das matrículas dos alunos com necessidades especiais inclusos nas salas regulares da Rede Pública de Ensino.

Tabela 7.1.3.5. Matrículas dos alunos com necessidades especiais, inclusos nas salas regulares, por necessidades especiais, 2014

Necessidades Especiais	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	EJA
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	Anos iniciais	Anos finais	Regular	Profissionalizante		
Deficiência Intelectual	-	-	15	16	04	-	-	03
Deficiência Visual	-	02	08	03	-	-	02	01
Deficiência Auditiva	01	01		04	02	-	-	01
Deficiência Física	-	01	02	01	01	-	02	-
Deficiência Múltipla	-	01	01	01	-	-	-	-
TGD- Transtornos Globais do Desenvolvimento	-	-	01	01	01	-	-	-
Superdotação	-	-	-	-	-	-	-	-
TDHA- Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade	-	02	03	10	04	-	01	-
Paralisia cerebral	-	-	-	-	-	-	-	-
Esquizofrenia	-	-	02	-	-	-	-	-
Hidrocefalia	-	-	01	-	-	-	-	-
Síndrome de Down	-	-	01	-	-	-	-	-

Autista	-	01	01	-	-	-	-	-
Síndrome de Asperger	-	-	-	01	01	-	-	-
TCD- Transtorno de Desenvolvimento de Coordenação	-	-	-	-	01	-	-	-
Totais	01	08	35	37	14	-	05	05

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

Recursos humanos

A tabela 8.12 apresenta a formação dos professores que atuam nas classes regulares da rede municipal de ensino com alunos inclusos.

Tabela 7.1.3.7. Formação dos professores que atuam nas classes regulares da rede municipal de ensino com alunos inclusos, 2015

Formação	Número de professores
Magistério	02
Magistério + Adicionais	-
Pedagogia	05
Pedagogia + Adicionais	-
Normal Superior	-
Normal Superior + Adicionais	-
Ensino Superior – outro	-
Pós-graduação – especialização específica em Educação Especial	12
Pós-graduação – outra especialização	12
Pós-graduação – mestrado e/ou doutorado	-
Total	31

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

A tabela apresenta a formação dos professores que atuam nas classes regulares da Rede Estadual de ensino com alunos inclusos.

Tabela 7.1.3.8 Formação dos professores que atuam nas classes regulares da rede estadual de ensino com alunos inclusos, 2015

Formação	Número de professores
-----------------	------------------------------

Magistério	-
Magistério + Adicionais	-
Pedagogia	-
Pedagogia + Adicionais	-
Normal Superior	-
Normal Superior + Adicionais	-
Ensino Superior – outro	-
Pós-graduação – especialização específica em Educação Especial	06
Pós-graduação – outra especialização	28
Pós-graduação – mestrado e/ou doutorado	02
Total	36

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

A tabela apresenta a formação dos professores que atuam nas classes regulares da Rede Privada de ensino com alunos inclusos.

Tabela 7.1.3.9 Formação dos professores que atuam nas classes regulares da rede privada de ensino (particular) com alunos inclusos, 2015

Formação	Número de professores
Magistério	-
Magistério + Adicionais	-
Pedagogia	05
Pedagogia + Adicionais	-
Normal Superior	-
Normal Superior + Adicionais	-
Ensino Superior – outro	-
Pós-graduação – especialização específica em Educação Especial	01
Pós-graduação – outra especialização	19
Pós-graduação – mestrado e/ou doutorado	15
Total	40

Fonte: Instituição de ensino, 2015.

Gestão

A Educação Especial faz parte da Proposta Pedagógica Inclusiva da escola, sendo administrada através de uma gestão democrática de participação e colaboração.

Muitas conquistas aconteceram nos últimos anos, como:

- implantação de duas Classes Especiais – DI,
- duas Salas de Recursos Multifuncional Tipo I,
- uma Sala de Recurso Multifuncional Séries Iniciais DV

- uma Sala de Apoio;
- Redução do número de alunos por turma, onde estão incluídos os alunos com necessidades especiais significativas;
- Flexibilização e adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica;
- Computadores contendo o sistema de voz – DOSVOX – que proporcionou uma grande conquista e avanço para o cego, abrindo mais o leque de aprendizagem do aluno;
- Computadores com jogos e brincadeiras educativas, tendo como objetivo resgatar e facilitar o processo ensino-aprendizagem;
- Cadeiras e mesas para alunos cadeirantes (FNDE).

Atualmente o município conta com o atendimento da Equipe Multidisciplinar (Psicopedagoga e Psicóloga) do Centro Psicopedagógico, que atende a demanda de todas as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil, com orientações e procedimentos à família, atendimento terapêutico ao aluno e intervenções psicopedagógicas às escolas.

Ainda existe uma precariedade na acessibilidade das edificações, com eliminações de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos conforme normas técnicas vigentes.

O município deveria promover formação continuada aos professores da Rede Municipal, preparando-os melhor para receber alunos de inclusão, podendo assim contribuir efetivamente no auxílio e no processo de formação dos mesmos.

Existe a falta do profissional Fonoaudiólogo no Centro Psicopedagógico, para completar a Equipe Multidisciplinar.

Na Rede Estadual as conquistas até o momento, foi possibilitar a esses alunos o Atendimento Educacional Especializado em “Sala de Recursos Multifuncional Tipo I” e também, Salas de Apoio de Português e Matemática, para atender a demanda com as necessidades específicas, vale ressaltar que funciona somente em algumas escolas.

Na Rede Privada as conquistas e avanços são obtidas através do desenvolvimento do aluno com necessidades educativas especiais, de acordo

com seu crescimento, diante dos acompanhamentos, intervenções e procedimentos necessários, através do trabalho escola, família e profissionais especialistas.

Seria viável que toda Instituição Privada disponibilizasse de uma equipe de profissionais multidisciplinar (fonoaudióloga, psicopedagoga e psicóloga), onde os mesmos irão direcionar o trabalho do dia a dia dos professores, o tratamento ao aluno e orientações à família.

Uma das soluções necessárias é sempre estudo e formação dos professores sobre as diferentes situações de inclusões, consideramos que ainda falta formação aos professores de como receber e trabalhar com esses alunos, não buscando somente a socialização no ambiente escolar, mas também seu aprendizado e seus avanços cognitivos. Apresentamos as metas e estratégias para o município.

10.3.7. Metas e Estrangeiras

1º META

Garantir, para a população de 0 a 17 anos, o atendimento escolar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a atingir, em cinco anos, pelo menos a 50% da demanda e até o final da década a sua universalização nas escolas da rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado, públicos ou comunitários, confessionais ou filantrópicos sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público.

ESTRATÉGIAS

4.1 Garantir o cumprimento dos dispositivos legais constantes na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU 2006), ratificada no Brasil pelos Decretos 186/2008 e 6949/2009, na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC 2008) e nos marcos legais políticos e pedagógicos da educação inclusiva.

4.2 Desenvolver ações para garantir o processo de inclusão e do atendimento educacional especializado a fim de assegurar as condições de acesso,

participação e aprendizagem aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.3 Expandir a oferta da educação inclusiva para os alunos público alvo da educação especial de forma a garantir a sua universalização nas escolas da rede regular de ensino.

4.4 Definir, em regime de colaboração, políticas de expansão e melhoria da educação inclusiva aos alunos, público da Educação Especial.

4.5 Estabelecer parcerias com outras secretarias (saúde, esporte e lazer, assistência social, direitos humanos) para o desenvolvimento de políticas públicas aos jovens, adultos e idosos, público alvo da Educação Especial.

4.6 Fortalecer parceria com o Sistema S (SESI, SENAI, SESC) e instituições governamentais e não governamentais para garantir a oferta de qualificação profissional aos jovens, adultos e idosos, público alvo da Educação Especial, para sua posterior inclusão no mercado de trabalho.

4.7 Garantir o atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais de todo o município, onde houver demanda diagnosticada através de avaliação psicoeducacional.

4.8 Implantar uma sistemática de acompanhamento e monitoramento das salas de recursos multifuncional, no que diz respeito à segurança e manutenção dos equipamentos, a adequação do espaço físico, a utilização apropriada dos recursos e formação continuada de professores.

4.9 Institucionalizar o atendimento educacional especializado nos Projetos Político Pedagógicos das escolas da rede regular de ensino.

4.10 Assegurar o atendimento escolar dos alunos, público alvo da educação especial desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, em regime de colaboração, respeitando as suas necessidades e especificidades.

4.11 Garantir, em parceria com o Estado do Paraná, a oferta de cursos de formação continuada em Braille, Libras, Deficiência Intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, aos docentes.

4.12 Estabelecer padrões básicos de infraestrutura das escolas da rede regular de ensino para o recebimento dos alunos, público alvo da Educação Especial.

4.13 Adaptar os prédios escolares já existentes para atender as normas de acessibilidade, constantes nos dispositivos legais.

4.14 Efetivar parcerias com as organizações da sociedade civil e instituições de Ensino Superior, para o desenvolvimento de projetos que estimulem a criação e o uso de recursos de tecnologia assistiva.

4.15 Assegurar o transporte escolar acessível aos alunos com deficiência que tem o acesso e a frequência à escola impedidos por falta de transporte acessível.

4.16 Garantir a oferta de formação em serviço para os professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental que possuem alunos público alvo da Educação Especial nas salas de Ensino Regular.

4.17 Articular com as instituições de ensino superior, proposta de estudos e pesquisas em apoio ao atendimento suplementar dos alunos com altas habilidades ou superdotação.

4.18 Oficializar parcerias com instituições de Ensino Superior e Instituições voltadas para o desenvolvimento da pesquisa, das artes, dos esportes, dentre outros, para oportunizar a execução de projetos que atendam às necessidades educacionais específicas dos alunos com altas habilidades ou superdotação.

4.19 Criar as categorias profissionais de cuidador e de professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

4.20 Realizar concurso público para suprir as necessidades de profissionais especializados para atuarem, nas salas de recursos multifuncionais e nas escolas da rede regular de ensino quando necessário.

4.21 Elaborar uma proposta de reestruturação do atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais da rede regular de ensino.

4.22 Firmar parcerias com a SEED - PR e MEC, através de universidades e/ou instituições de ensino superior, para implantar e implementar o Curso de Letras/Libras e Pedagogia Bilíngue.

VI - MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

11.1. FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

11.1. Diagnóstico

11.2. Plano de Carreira

A concepção de valorização dos profissionais da educação, assumida no Plano Municipal de Educação de Bandeirantes, concretiza-se através da interrelação entre duas dimensões: uma objetiva, que diz respeito às condições funcionais inerentes à profissão, a saber, carreira, remuneração, condições de trabalho e formação e outra subjetiva que se refere ao reconhecimento social e dignidade profissional. Neste sentido, pensar a valorização dos profissionais da educação, demanda discussões e ações que articulem formação, remuneração, carreira e condições de trabalho.

Percebe-se, na sociedade atual, uma ênfase muito grande no valor da educação, porém, paradoxalmente, ao mesmo tempo, não existe a valorização do professor de maneira adequada, o que suscita questionamentos profundos sobre o papel do educador e os cuidados específicos com a sua formação.

A valorização dos profissionais da educação é condição fundamental para garantia do direito à educação e, conseqüentemente, ao acesso dos educandos à escola de qualidade social, sendo uma obrigação dos sistemas e base da construção da identidade profissional. Desta forma, constitui-se pauta imperativa para a União, estados, DF e municípios, no sentido de promover a elaboração de planos de carreira, valorizando, dentre outros aspectos, a formação continuada e a titulação dos profissionais da educação.

A formação dos docentes, na atualidade, foi revista e apresentou avanços, com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996, que vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: desde a educação infantil - com a incorporação das creches - às universidades, além das modalidades de ensino, incluindo a educação especial, de jovens e adultos, profissional,

indígena, do campo e ensino a distância; além dos recursos financeiros, formação e diretrizes para a carreira dos profissionais da área.

O artigo 61 da LDB propõe a necessidade de sólida formação básica do professor, fundamentada nos conhecimentos científicos e sociais; a presença do estágio supervisionado, propiciando a associação entre teorias e práticas (ação-reflexão-ação), a capacitação em serviço e o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. Este artigo define, ainda, que a formação do professor para a Educação Básica deverá realizar-se em nível superior e em cursos de licenciatura; a formação de docentes para o ensino superior far-se-á em cursos de pós-graduação.

Para tanto, é fundamental, como ponto de partida, que o professor construa sua própria identidade a partir da significação social da profissão; da revisão constante de seus significados; da revisão das tradições. Mas, também, da reafirmação de práticas consagradas culturalmente, que permanecem significativas e que compreendem saberes válidos às necessidades da realidade atual. Práticas construídas a partir do confronto entre as teorias e as práticas, das análises sistêmicas, das práticas à luz das teorias existentes e das construções de novas teorias.

Tais práticas são também construídas pelo significado que cada professor, enquanto sujeito e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano, a partir de seus valores, de seu modo de se situar no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida, do ser professor.

Assim sendo, a formação continuada do profissional da educação abrange oportunidades de aprendizagem diversas, sejam elas naturais e evolutivas, esporádicas, ou resultado de um planejamento com objetivos claros em termos de metas a serem alcançadas e fundamentadas numa concepção político-pedagógica ampla, que assegure a articulação teoria e prática, a pesquisa e a extensão.

É consensual a afirmativa de que no processo de formação do professor também se deve levar em conta a criação de sistemas de formação continuada e permanente, numa perspectiva alargada da aprendizagem profissional e de natureza holística e dinâmica.

Conseqüentemente, é importante o envolvimento das licenciaturas das Universidades e Faculdades, tanto na definição do currículo, contemplando as necessidades da região, como na participação dos seus docentes na formação continuada do professor da educação básica, estimulando as transformações pedagógicas nas escolas, visando à atualização da prática dos professores, como meio de atender às necessidades dos estudantes durante o processo educacional.

Além da formação inicial e continuada, é preciso que a política de valorização e formação do profissional da educação garanta o acesso a diversos meios e equipamentos que possibilitem a busca de informações, conteúdos e vivências para a ampliação do conhecimento pessoal (visitas, excursões, encontros, bibliotecas, computadores, internet).

Vale ressaltar que no planejamento das ações educacionais do Município, a questão da valorização dos profissionais da educação deve receber atenção especial, pois o fazer pedagógico é uma interação constante entre necessidades e possibilidades de as crianças construírem seus conhecimentos.

Essa política de valorização e formação dos profissionais da educação deverá abranger, além dos professores, todos os demais profissionais que atuam no processo educativo, pois a intervenção do professor e de outros funcionários são decisivas no fazer pedagógico cotidiano, ao organizarem a proposta pedagógica; ao questionarem; ao adequarem os interesses; ao lançarem desafios; ao proporem metodologias diferenciadas e inovadoras; ao respeitarem a diversidade. O profissional deve ser, acima de tudo, comprometido com o desenvolvimento da pessoa humana e, por isso, toda qualificação deverá ser oportunizada.

Salienta-se, por fim, que além das políticas e ações voltadas para a formação inicial e continuada, a valorização dos profissionais da educação demanda a efetivação de uma política mais ampla que envolva, tal como aponta (CONAE, 2014), a garantia pelos sistemas de ensino de mecanismos de democratização da gestão, avaliação, financiamento e as garantias de ingresso na carreira por concurso público, assim como a existência de planos de cargos e carreiras coerentes com as Diretrizes Nacionais de Carreira (CNE 2009).

A partir das considerações supracitadas, é imprescindível que o planejamento das ações educacionais intrínsecas ao Plano Municipal de Educação de Bandeirantes garantam as conquistas do plano de cargos, carreira, para todos os profissionais da rede pública municipal de educação; que o tempo remunerado para formação e planejamento das atividades, o tempo de serviço e a formação sejam reconhecidos e valorizados, que haja um número máximo de estudantes por turma, melhores condições de trabalho, mais e melhores recursos didáticos, o que significa qualidade do ensino e valorização dos profissionais.

A caracterização da situação existente é imprescindível para propor ações que favoreçam um melhor desempenho dos docentes e dos demais profissionais em educação, que atendam às questões de salário, carreira, qualificação, etc.

A valorização dos profissionais da educação de Bandeirantes se deu através do Projeto de Lei Complementar nº 67/2014 de 11 de junho de 2014, que instituiu o novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal. Nos termos das Leis Federais 9394, de 20 de dezembro de 1996; 11.494, de 20 de junho de 2007; 11.738, de 16 de julho de 2008 e da Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de maio de 2009.

A partir desta lei a carreira do magistério público municipal passou a ser integrada pelo cargo de provimento efetivo de professor abrangendo o Ensino Fundamental e a Educação Infantil e estruturada em quatro classes:

- I - Nível A – formação em nível médio, na modalidade normal;
- II - Nível B – formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;
- III - Nível C – formação em nível superior, em curso de licenciatura ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente, acompanhada da formação em nível de pós-graduação, Lato Sensu, na área da educação, com duração mínima de trezentas e sessenta horas;
- IV - Nível D – formação em nível superior, em curso de licenciatura ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo,

com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente, acompanhada da formação em nível de pós-graduação, *Stricto Sensu*, em cursos de mestrado ou doutorado na área de educação.

O ingresso na Carreira do Magistério Público Municipal acontece por meio de Concurso Público de provas e títulos, sendo exigida para atuação na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, a formação em nível superior, em curso de Licenciatura Plena, curso normal superior ou pedagogia com habilitação específica para a área de atuação, admitida como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal.

O profissional da educação, nomeado para o Cargo de provimento efetivo de professor, fica sujeito ao Estágio Probatório, com duração de três anos, onde os mesmos são submetidos, no decorrer deste período, a avaliações periódicas anuais, de acordo com regulamento próprio. Caso seja constatado, pelas avaliações, que o profissional não preenche os requisitos necessários para o desempenho de suas funções, é iniciado um processo administrativo pelas autoridades competentes, podendo ser o mesmo dispensado ou não de suas funções.

A remuneração do professor corresponde ao vencimento relativo à referência em que o mesmo se encontrar na Tabela Salarial vigente, acrescido das vantagens pecuniárias a que faz jus. Considera-se vencimento básico de carreira o fixado para a referência inicial, na classe de nível mínimo de habilitação.

As Classes constituem a linha de promoção da Carreira dos profissionais do magistério e são designadas pelos números de 1 (um) a 15 (quinze).

Os Níveis referentes à habilitação ou titulação dos profissionais do magistério são:

Tabela 8.1.2 Tabela salarial (jornada de 20 horas semanais) vigente em 2015

Modelo - 02

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO: PROFESSOR

JORNADA: 20 HORAS SEMANAIS

QUADRO PERMANENTE

NÍVEIS	CLASSES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	965,38	984,69	1.004,38	1.024,47	1.044,96	1.065,86	1.087,17	1.108,92	1.131,10	1.153,72	1.176,79	1.200,33	1.224,34	1.248,82	1.273,80
B	1.004,00	1.024,08	1.044,56	1.065,45	1.086,76	1.108,49	1.130,66	1.153,27	1.176,34	1.199,87	1.223,86	1.248,34	1.273,31	1.298,77	1.324,75
C	1.024,08	1.044,56	1.065,45	1.086,76	1.108,49	1.130,66	1.153,27	1.176,34	1.199,87	1.223,86	1.248,34	1.273,31	1.298,77	1.324,75	1.351,25
D	1.106,00	1.128,12	1.150,68	1.173,70	1.197,17	1.221,11	1.245,54	1.270,45	1.295,86	1.321,77	1.348,21	1.375,17	1.402,68	1.430,73	1.459,34

Tabela 8.1.3 Tabela salarial (jornada de 40 horas semanais) vigente em 2015

Modelo - 02

ANEXO VI

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (EM EXTINÇÃO)

JORNADA: 40 HORAS SEMANAIS

QUADRO SUPLEMENTAR

NÍVEIS	CLASSES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	1.930,76	1.969,38	2.008,76	2.048,94	2.089,92	2.131,72	2.174,35	2.217,84	2.262,19	2.307,44	2.353,59	2.400,66	2.448,67	2.497,64	2.547,60
B	2.007,99	2.048,15	2.089,11	2.130,90	2.173,51	2.216,98	2.261,32	2.306,55	2.352,68	2.399,73	2.447,73	2.496,68	2.546,62	2.597,55	2.649,50
C	2.048,15	2.089,11	2.130,90	2.173,51	2.216,98	2.261,32	2.306,55	2.352,68	2.399,73	2.447,73	2.496,68	2.546,62	2.597,55	2.649,50	2.702,49
D	2.212,00	2.256,24	2.301,37	2.347,39	2.394,34	2.442,23	2.491,07	2.540,90	2.591,71	2.643,55	2.696,42	2.750,35	2.805,35	2.861,46	2.918,69

A Progressão na Carreira é o mecanismo de progressão funcional do profissional do magistério e dar-se-á por meio de avanço vertical e horizontal.

O avanço vertical entende-se a passagem de um nível de habilitação ou titulação, através do critério exclusivo de formação do profissional do magistério. Ela é automática e vigorará no mês subsequente aquele em que o interessado apresentar documento comprobatório da nova habilitação ou titulação.

Do avanço horizontal entende-se a progressão de uma Classe para outra imediatamente superior, dentro do mesmo Nível, com percentual de dois por cento entre as Classes, para cada referência e no cumprimento do interstício de 24 meses, de efetivo exercício, mediante os critérios mínimos

devidamente pontuados como avaliação de desempenho, avaliação de conhecimentos e aferição de qualificação.

A jornada de trabalho do professor em função docente inclui uma parte de hora aula e uma parte de hora atividade, destinadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola, à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

Quanto ao turno suplementar, o professor em jornada de 20 horas e que não esteja em acúmulo de cargo, emprego ou função pública, pode ser convocado ou convidado para prestar serviço em regime suplementar, até o máximo de 20 horas semanais, para substituição temporária de professores em função docente, para cumprir hora atividade ou para qualquer outra eventualidade que venha ocorrer durante o ano letivo.

Após cada quinquênio de efetivo exercício, o professor pode, no interesse do ensino e sem prejuízo do mesmo, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, pelo prazo máximo de três meses, para participar de cursos de qualificação profissional, conforme regulamentação própria.

A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na carreira, é assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional. A Secretaria Municipal de Educação oferece um mínimo de 40 horas anuais de cursos, programas de aperfeiçoamento e capacitação para todos os profissionais do magistério público municipal. Os cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou atualização, são considerados títulos para efeito de concurso público ou promoção na carreira.

11.1.3. Profissionais da educação

Em 2015, o quadro de recursos humanos da rede municipal de ensino é formado por 268 cargos de professores, sendo 206 em sala de aula e 62 atuando em outras funções de suporte pedagógico na Secretaria Municipal de

Educação e nas Escolas Municipais (assessoria pedagógica, direção e equipe pedagógica).

Este número de professores em sala de aula ainda é insuficiente para promover um ensino de qualidade. Para minimizar esta falta de professores, alguns trabalham em regime de turno suplementar. Também são contratados estagiários, o que possibilita um atendimento mais eficaz.

Dentre os professores efetivos da rede municipal de ensino há uma projeção de 80 aposentadorias para os próximos dez anos.

A tabela 9.2 apresenta a distribuição dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, segundo o nível de formação.

Tabela 8.1.5 Recursos humanos da rede municipal de ensino, 2015.

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção					01	19		20
Coordenação Pedagógica						42		42
Docência (concurso)						206		206
Docência (contrato)						01		01
Secretário Escolar						08		08
Total								277

Fonte:

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 8.1.6. Formação dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, 2015

Número total de trabalhadores com:					Total Geral
Magistério	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
05	30	232	01	-	268

11.1.4. Formação continuada

Os cursos de capacitação ofertados para os professores estão sendo realizados nas datas previstas em Calendário Escolar, através da assessoria pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, visando atender a ansiedade destes profissionais no que tange ao ensino-aprendizagem, bem como, uma melhor na qualidade de vida para os educadores.

Muitos temas foram abordados para o enriquecimento profissional e intelectual de toda a rede municipal, como:

- Motivação;
- Ensinar e Aprender na Educação Infantil
- Oficina Interdisciplinar
- Contação de História
- O brincar, a escola e a aprendizagem
- Oficinas de Musicalização
- Oficinas de Matemática
- Ética entre profissionais
- A importância do PPP e Regimento Escolar
- Afetividade e estimulação
- Aproximação dos Pais com a Escola
- As Implicações da Fala em Sala de Aula
- Avaliação e o Planejamento Pedagógico no Contexto da Educação Inclusiva
- Psicomotricidade e fases do Desenvolvimento Infantil
- Oficinas de Projetos de Leitura
- Oficina de Teatro e Contação de História
- Curso de Base Psicolinguísticas para Alfabetização, Consciência Fonológica e Estilos de Aprendizagem
- Interpretação de texto
- Planejamento e Plano de Ação
- Estimulação Infantil Psicomotricidade
- O cuidar e o educar
- Práticas de ação docente
- Aprendizagem significativa
- O professor reflexivo
- Dinâmicas que ajudam ensinar
- Produção e Reestruturação de Texto
- A Importância da Produção de Texto
- Ética para professores
- Crise de autoridades para professores
- Políticas Públicas da Educação Básica
- Obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico
- Oficina – Arte como recurso para e

Também, foram ofertados os cursos de formação continuada:

- PACTO – Programa de Alfabetização na Idade Certa
- Proletramento

E a Secretaria Municipal de Educação em parceria com o SEBRAE, implantou em algumas escolas municipais o Programa “Pedagogia Empreendedora”, por meio da realização de Seminários e grupos de estudo com todos os professores municipais, estagiários. Em 2015, para dar continuidade ao Programa, estão previstas oficinas, num total de 40 horas e também um acompanhamento a ser realizado durante todo o ano letivo.

11.1.5. Considerações finais

Nessa perspectiva que a valorização dos profissionais da educação é concebida neste PME, articulando formação, remuneração, carreira e condições de trabalho, aspectos estes materializados nas metas e estratégias que ora se apresentam, tendo como base os princípios anteriormente ressaltados e as políticas educacionais em nível nacional e estadual, com destaques para a LDB, Lei nº 9394/96, as Diretrizes Nacionais de Carreira (CNE 2009), o Plano Nacional e o Sistema Nacional de Educação como política de Estado e o Plano Estadual de Educação.

Diante do exposto, apresentam-se, metas e estratégias voltadas para a valorização dos profissionais da educação, indicando as responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os diversos intervenientes da política educacional, tendo como base os princípios de garantia da participação popular, cooperação federativa e o regime de colaboração.

11.1.6. Metas e Estratégias

1º META

Garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação, política de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da Educação Básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS

15.1 Apoiar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura plena, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

15.2 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

15.3 Definir e implementar, em regime de colaboração, política de formação continuada dos profissionais da educação pautada pelos princípios e diretrizes estadual e nacional.

15.4 Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

15.5 Implantar salas de recursos multifuncionais e assegurar a formação inicial e continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo.

15.6 Instituir programa de acompanhamento do professor iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a efetivação do professor ao final do estágio probatório.

15.7 Prover e ampliar a oferta de concurso público e garantir a nomeação de profissionais da educação para atuarem em sala de aula, bibliotecas escolares,

secretarias e outros setores escolares, atendendo às determinações legais para provimento de cargos e carreiras.

15.8 Garantir tempo disponível para preparação das aulas, correção de atividades disponibilizando espaço físico apropriado com salas de estudo, recursos didáticos apropriados, biblioteca e acompanhamento profissional para apoio sistemático da prática educativa.

15.9 Contemplar e ampliar na infraestrutura existente das escolas espaços de convivência adequada para os trabalhadores da educação equipados com recursos tecnológicos e acesso à Internet.

15.10 Implementar políticas de valorização profissional específicas para os especialistas em educação contemplando a formação continuada e condições de trabalho.

15.11 Instituir, em regime de colaboração, forma de registro de projetos desenvolvidos nas escolas, para incentivo a quem desenvolveu os projetos, pesquisas, publicações no sentido de validar e valorizar as produções do profissional.

15.12 Apoiar o processo de expansão das universidades públicas em parcerias Estadual e Federal, para a formação dos profissionais de acordo com a necessidade.

2º META

Apoiar a formação, em nível de pós-graduação, de 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS

16.1 Estabelecer parcerias com Instituição de Ensino Superior - IES e processos de certificação das atividades formativas para os profissionais da Educação Básica e suas Modalidades.

16.2 Inserir no município, em regime de colaboração e cooperação, o Programa Estadual de Formação de Professores e demais profissionais da Educação Básica e suas modalidades, a oferta de cursos de pós-graduação - lato sensu e stricto sensu - vagas, acesso, condições de permanência nas IES públicas e aprendizagem.

16.3 Fomentar a utilização das obras didáticas, paradidáticas e de literatura do acervo Plano Nacional do Livro e Leitura existente na escola, de forma a favorecer a construção do conhecimento e valorização da cultura da investigação aos professores da rede pública de Educação Básica.

3º META

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar a 100%, a partir da vigência deste plano, ao maior salário vigente no país, dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

ESTRATÉGIAS

17.1 Manter atualizado o Plano de Cargos e Carreira do município, atendendo as exigências das leis federais e municipais.

17.2 Assegurar recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública municipal de ensino.

17.3 Garantir o cumprimento 33% da jornada de trabalho extraclasse para formação, estudos, planejamento, avaliações e outros, dos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino de Bandeirantes.

17.4 Instituir comissão municipal permanente para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, implantação e implementação dos respectivos planos de carreira.

4º META

Assegurar, no prazo de 2 anos, a atualização e implantação do plano de Carreira para os profissionais da Educação Básica pública do município e tomar como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS

18.1 Estruturar, os cargos dos profissionais da educação não docentes para que sejam de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

18.2 Implantar, na rede pública municipal de ensino o acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação, com destaque para os conteúdos a serem ensinados por cada professor e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.3 Prever, no Plano de Cargos e Carreira dos profissionais da educação do município, incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de especialização, mestrado e doutorado.

18.4 Realizar anualmente por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, o censo dos profissionais não docentes da educação municipal, a que se refere o inciso III do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

18.5 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

18.6 Instituir critérios técnicos e legais para a transferência ou permuta de professores observando a posição do professor remanejado ou transferido.

18.7 Garantir, em regime de colaboração com o governo estadual e o governo federal, aos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino, o

acesso gratuito aos instrumentos tecnológicos como notebooks, tabletes, data shows e outros equipamentos necessários aos professores em efetivo exercício.

18.8 Implantar e implementar uma política de recursos humanos para os profissionais da educação, objetivando adequar os processos de atualização dos profissionais ao desempenho das funções nos locais de trabalho.

12 - FINANCIAMENTO E GESTÃO

12.1. Diagnóstico

12.1.1. Marcos Legais e Histórico

Até a Constituição de 1967 e sua Emenda Constitucional de 1969, não havia dispositivo que obrigasse a União, os Estados ou os Municípios a aplicarem um percentual mínimo na manutenção e desenvolvimento do ensino. Somente com a Emenda Constitucional nº24, de 01/12/83, denominada de Emenda Calmon, ficaram instituídos os percentuais mínimos que cada ente federado deve aplicar na educação. A Emenda Constitucional nº24/83 deu nova redação ao art. 176, § 4º.

“Anualmente a União aplicará nunca menos de treze por cento e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita proveniente dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

A Constituição atual, de 05 de outubro de 1988, manteve esta exigência alterando, para a União, o percentual mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante dos impostos, compreendida e proveniente das transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Neste mesmo artigo, em seu inciso 5º, inclui o salário educação como mais uma fonte de recursos para o ensino fundamental, agora estendido para toda a educação básica. “O salário-educação, instituído em 1964, é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica”.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da Lei.

Desta forma, os Municípios ficaram obrigados a aplicar o percentual mínimo de 25% da receita dos impostos, de arrecadação direta ou transferidos pelo Estado e pela União, na manutenção e desenvolvimento do ensino (Ensino Fundamental e Educação Infantil), bem como o salário – educação recebido, que também poderá ser aplicado no Ensino Fundamental e Educação Infantil.

No entanto, não havia dispositivo legal infraconstitucional que orientasse a aplicação dos recursos, isto é o que constituía ou não despesa como manutenção e desenvolvimento do ensino.

Somente com o advento da Lei nº 9.394/96 (LDB) esta orientação ficou expressa, através dos seus artigos 70 e 71, onde o primeiro relaciona o que pode ser considerado como manutenção e desenvolvimento do ensino e o segundo o que não pode ser incluído como despesa de educação.

Art.70. *Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:*

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e de mais profissionais da educação;*
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;*
- III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;*
- IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;*
- V- realização de atividades – meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;*
- VI- concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;*
- VII- amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;*
- VIII - aquisição de material didático – escolar e manutenção de programas de transporte escolar.*

Art. 71 *Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:*

- I – pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de*

ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II – subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
III – formações de quadros especiais para a administração pública sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
IV – programas suplementares de alimentação, assistência médicoodontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
V - obras de infra – estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
VI – pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em setembro de 1996, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 14 que, além de outras alterações, deu nova redação ao art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinando que, nos dez primeiros anos da Emenda os Estados, Distrito Federal e os Municípios deveriam aplicar o mínimo de 60% dos 25% mínimos previstos no art.212 da CF/88, na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental, objetivando sua universalização.

Também por esta Emenda e neste artigo, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, com destinação específica para a manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental, constituído no âmbito de cada Estado, com distribuição de valores uniformes para todos os municípios do Estado do custo/aluno, complementando este valor nos municípios cuja receita dos impostos que compõem o Fundo não alcancem este valor mínimo.

O FUNDEF foi instituído pelo prazo de 10 anos encerrando – se automaticamente em dezembro de 2006, sendo substituído, a partir de 2007, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização do Magistério – FUNDEB, incluindo, neste caso, para os municípios, a manutenção da Educação Infantil e dos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental.

O FUNDEB, aprovado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, passou a vigorar a partir no ano de 2007 através da Medida Provisória nº 339/2006, convertida na Lei nº11.494, de 20 de junho de 2007, com implantação

gradativa da Educação Infantil e do Ensino Médio nos três primeiros anos, estando previsto seu término para 2020.

Seu funcionamento é idêntico ao do FUNDEF, apenas ampliando o repasse de recursos também para cada aluno matriculado na Educação Infantil do Município e no Ensino Médio do Estado. Os Municípios nos quais a “cesta de impostos” que compõem o FUNDEB não atingirem o custo/aluno fixado para o Estado do Paraná, receberão a complementação.

Além dos 25% da receita proveniente dos impostos, geralmente complementado pelo “retorno do FUNDEB” e o do salário-educação, o Município recebe outras transferências voluntárias através de programas suplementares para a garantia da educação, em, material ou em dinheiro, a saber:

a) **Programa Nacional do Livro Didático – PNLD** - onde é repassado gratuitamente para todos os alunos do Ensino Fundamental o livro didático indicado pelos professores da rede municipal;

b) **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, com distribuição de recursos por aluno matriculado no Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação Especial para compra de produtos para a merenda escolar;

c) **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE** - (Programa Mais Educação, Atleta na Escola, Acessibilidade) com distribuição de recursos por aluno matriculado em cada escola do Ensino Fundamental, cujos valores são depositados em contas da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF. Este recurso é encaminhado em duas etapas (2014);

d) **O Programa Atleta na Escola** - que tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos. O Governo Federal em parceria com os Estados, Distrito Federal, Municípios, Escolas públicas (privadas e federais), Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro e as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol, com o intuito de alcançar os objetivos expostos, apresentam o

Programa ATLETA NA ESCOLA 2014 que este ano irá agregar novas modalidades, abaixo apresentadas:

Olímpicas: Judô, Voleibol e Atletismo. Na modalidade Atletismo acrescentou-se o Arremesso de Peso; **Paraolímpicas:** Atletismo Bocha, Futebol de Cinco (deficiência visual), Futebol de Sete (paralisia cerebral), Goalball, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Tênis em Cadeira de Rodas e Voleibol Sentado.

O programa ATLETA NA ESCOLA tem duas grandes ações:

- 1) Jogos Escolares: competições compostas de várias etapas que proporcionam uma grande participação de atletas escolares;
- 2) Centro de Iniciação Esportiva: acolhimento dos talentos esportivos identificados nos Jogos Escolares.

A ação Jogos Escolares do programa ATLETA NA ESCOLA tem financiamento para as Etapas Escolar, Regional e Estadual. A intenção é apoiar o desenvolvimento prioritário das modalidades do programa e proporcionar um apoio inédito a realização da etapa Escolar e um apoio supletivo às competições escolares que já acontecem nos Estados e que são seletivas da Etapa Nacional (Jogos Escolares da Juventude e Paraolimpíadas Escolar).

e) **Programa Mais Educação** – O Programa Mais Educação instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº7.083, de 27 de janeiro de 2010, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular 1, na perspectiva da Educação Integral. Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de estudar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e o universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

As Escolas Municipais que ofertaram o programa Mais Educação em 2014, foram as seguintes:

01	Escola Municipal Diógenes Eisenhuth Pessoa de Vasconcelos
02	Escola Municipal Felipe de Almeida Campos
03	Escola Municipal Leda de Lima Canário
04	Escola Municipal Maria de Lourdes Guedes Mendes
05	Escola Municipal Maria Inês Speer Faria
06	Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho
07	Escola Municipal Santa Terezinha
08	Escola Rural Municipal Ricieri Ormeneze
09	Escola Municipal Yukiti Matida
10	Escola Rural Municipal Zulmira de Albuquerque

f) Programa Escola Acessível – O Programa Escola Acessível, visa promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

Ações

O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações:

- Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora;

- Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis;

g) Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, cujos recursos são repassados aos municípios em 10 parcelas mensais, para utilização em despesas com o transporte escolar de alunos que moram na zona rural e estudam na zona urbana;

h) Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE/Estadual, cujos recursos repassados aos municípios pelo Governo do Estado, para utilização em despesas com o transporte escolar de alunos da rede estadual de ensino que moram na zona rural e estudam na zona urbana;

i) O Programa Caminho da Escola foi criado com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O programa também visa à padronização dos veículos de transporte escolar, à redução dos preços dos veículos e ao aumento da transparência nessas aquisições. O governo federal, por meio do FNDE e em parceria com o Inmetro, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes, e adequado as condições de trafegabilidade das zonas rural e urbana brasileira.

O programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Existem três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; via convênio firmado com o FNDE; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

j) O Programa Federal – Proinfância foi instituído pela Resolução nº6, de 24 de abril de 2007, e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação. Seu principal objetivo é prestar assistência financeira ao Distrito Federal e os municípios visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil da rede pública. As unidades construídas no âmbito do Proinfância são dotadas de ambientes essenciais para a aprendizagem das crianças, como: salas de aula, sala de informática, bibliotecas, sanitários, fraldários, recreio coberto, entre outros ambientes, que permitem a realização de atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e de alimentação, além das administrativas e de serviço.

k) Brasil Carinhoso – apoio às creches – Voltado para a primeira infância, o Programa Brasil Carinhoso tem o seu desenvolvimento integrado em várias vertentes e uma delas é expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em creches públicas ou conveniadas. O apoio financeiro é devido aos municípios (e ao Distrito Federal) que informam no Censo Escolar do ano anterior a quantidade de matrículas de crianças de zero a 48 meses, membros de famílias beneficiárias do Bolsa Família em creches públicas ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público. O Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento, para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, garantir o acesso e a permanência da criança na Educação Infantil. O recurso transferido aos municípios e ao Distrito Federal é realizado em parcela única. O montante é calculado com base em 50% do valor anual mínimo por matrícula em creche pública ou conveniada, em período integral e parcial, definido para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB).

l) O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tem como objetivo prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da Educação Infantil (creches e pré – escolas), do

ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. São distribuídos às escolas por meio do PNBE; PNBE do professor; PNBE Periódicos e PNBE Temático acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor. Todas as escolas públicas cadastradas no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) são atendidas pelo programa sem necessidade de adesão. O PNBE é composto pelos seguintes gêneros literários: obras clássicas da literatura universal; poema; conto, crônica, novela, texto da tradição popular; romance; memória, diário, biografia, relatos de experiências; livros de imagens e histórias em quadrinhos. A distribuição dos acervos de literatura ocorre da seguinte forma: Nos anos pares são distribuídos livros para as escolas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Já nos anos ímpares a distribuição ocorre para as escolas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Além desses recursos de transferência direta, o Município pode receber outros recursos do fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, mediante aprovação em projetos específicos e solicitações através do PAR – Plano de Ações Articuladas. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) condicionou o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação à assinatura, pelos estados, Distrito Federal e municípios, do plano de metas Compromisso Todos pela Educação. Depois da adesão ao Compromisso, os entes federativos devem elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR). Todos os 5.563 municípios, os 26 estados e o Distrito Federal aderiram ao compromisso.

O PAR é o planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos – 2008 a 2011. O PAR é coordenado pela secretaria municipal/estadual de

educação, mas deve ser elaborado com a participação de gestores, de professores e da comunidade local.

Para ajudar os municípios e os estados na elaboração dos planos, o MEC oferece um roteiro de ações com pontuação de um a quatro, 13 tipos de tabelas com dados demográficos e do censo escolar de cada ente federativo e informações sobre como preencher os dados. Os itens pontuados pelo município/estado com os números um e dois. A maior parte dos municípios com PAR pronto tem interesse na construção de creches e na melhoria da infraestrutura das escolas urbanas e rurais, ações que dependem de assistência técnica, mas, principalmente, da transferência de recursos federais aos municípios.

Com o objetivo de implantar o PAR, o MEC tomou duas providências: fez parceria com 17 universidades públicas e com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ação Comunitária (CENPEC) para que essas intuições auxiliem as prefeituras nas tarefas de diagnóstico e elaboração dos planos; e contratou uma equipe de consultores, que foi aos municípios prioritários – aqueles com os mais baixos índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) – para dar assistência técnica local. Além disso, alguns estados assumiram o compromisso de ajudar seus municípios no diagnóstico e na elaboração dos planos.

A dinâmica do PAR tem três etapas: o diagnóstico da realidade da educação e a elaboração do plano são as primeiras etapas e estão na esfera do município/estado. A terceira etapa é a análise técnica, feita pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e pelo FNDE. Depois da análise técnica, o município assina um termo de cooperação com o MEC, do qual constam os programas aprovados e classificados segundo a prioridade municipal. O termo de cooperação detalha a participação do MEC – que pode ser com assistência técnica por um período ou pelos quatro anos do PAR e assistência financeira. No caso da transparência de recursos, o município precisa assinar um convênio, que é analisado para aprovação a cada ano.

O PAR é supervisionado pela SEB/MEC e pelo FNDE. A sociedade também pode fiscalizar a execução dos projetos e detectando alguma irregularidade, deve entrar em contato com o FNDE.

Para elaboração do Plano Municipal de Educação é preciso levantar a receita dos recursos vinculados à educação mais as do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, atual FNDEB e dimensionar seus recursos atuais e potenciais para educação. O quadro abaixo demonstra o volume de recursos aplicados na educação nos últimos anos em relação aos recursos vinculados, em atendimento ao disposto no art.212 da CF/88.

Tabela 9.1.1. Recursos públicos destinados à educação, 2013 – 2015

Títulos Orçamentários	2013	2014	2015 (Previsão)
Receitas correntes			
Impostos			
IPTU	R\$ 860.948,25	R\$ 1.034.472,91	R\$ 2.043.405,00
ISS	R\$ 2.618.179,23	R\$ 3.386.685,22	R\$ 1.933.050,00
ITB	R\$ 656.467,46	R\$ 761.358,03	R\$ 579.600,00
IRRF	R\$ 247.609,64	R\$ 481.505,74	R\$ 887.250,00
Outras receitas tributárias	R\$ 1.686.179,17	R\$ 2.069.277,44	R\$ 875.035,00
Receita Patrimonial	R\$ 247.609,64	R\$ 610.759,65	R\$ 870.174,17
Transferências Correntes			
FPM	R\$ 16.670.307,55	R\$ 19.474.785,31	R\$ 23.000.000,00
ICMS	R\$ 8.389.508,78	R\$ 9.245.756,65	R\$ 7.000.000,00
IPVA	R\$ 1.856.069,94	R\$ 2.093.895,76	R\$ 2.205.000,00
ITR	R\$ 297.480,57	R\$ 161.875,36	R\$ 115.500,00
LC 87/96	R\$ 78.757,82	R\$ 78.786,48	R\$ 174.300,00
LC 61/89	R\$ 136.417,39	R\$ 152.059,70	R\$ 162.750,00
Outras Transferências Correntes	R\$ 8.688.590,66	R\$ 5.808.444,91	R\$ 7.698.100,00
Totais			

Fonte: Setor Controle Interno – Prefeitura Municipal

Tabela 9.1.2. Receitas da educação, 2013 – 2015

Receitas	2013	2014	2015 (Previsão)
Impostos	R\$ 4.334.488,55	R\$ 5.664.021,90	R\$ 6.000.000,00
Transferência	R\$ 27.428.542,05	R\$ 31.207.159,28	R\$ 32.000.000,00
Total			

Fonte: Setor Controle Interno – Prefeitura Municipal

Tabela 9.1.3. Despesas da educação, 2013 – 2015

Despesas	2013	2014	2015 (Previsão)
Recursos Próprios	R\$ 12.319.462,85	R\$ 16.647.981,40	R\$ 18.000.000,00

Total			
--------------	--	--	--

Fonte: Setor Controle Interno – Prefeitura Municipal

Uma das fontes de recursos financeiros bastante significativa para o Município de Bandeirantes, foi o repasse do FUNDEB a partir do ano de 1998, em que grande parte do aporte de recursos se deu através da diferença entre o custo/aluno do Município, calculado pela receita proveniente da dedução de 15% das transferências constitucionais do fundo de Participação do Município (FGM), do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto de Produtos Industrializados para exportação (IPI-EX) e da Lei Complementar nº 86/96 (Lei Kandir) e o custo/aluno fixado para o Estado do Paraná.

Títulos Orçamentários	2013	2014	2015 (Previsão)
FUNDEB	R\$ 8.818.080,91	R\$10.138.105,44	R\$ 11.000.000,00

Fonte: Setor Controle Interno – Prefeitura Municipal

Além dos recursos do FUNDEB e demais impostos em atendimento ao art.212 da CF/88, o Município passou a receber, a partir do ano de 2004, a sua cota-parte relativa ao salário-educação, conforme valores demonstrados no quadro abaixo:

Títulos Orçamentários	2013	2014
Salário Educação	R\$ 791.736,99	R\$ 873.565,87

Fonte: Setor Controle Interno – Prefeitura Municipal

O Município de Bandeirantes recebe verbas provenientes de outros programas federais e estaduais de incentivo à educação, como pode-se observar nas tabelas a seguir:

Programas de incentivo a Educação	2013	2014
Brasil Carinhoso – apoio às creches	-	R\$ 218.614,70
PAC II - QUADRAS	-	R\$ 135.811,31
PAR – Plano de Ações Articuladas	R\$ 596.149,00	R\$ 83.097,00
MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 39.489,56	

Fonte: Site do FNDE

Programas Escola Acessível	2013	2014
Escola Municipal Leda de Lima Canário	R\$ 10.000,00	-
Colégio Estadual Cyríaco Russo	R\$ 12.500,00	-
Colégio Estadual Juvenal Mesquita	R\$ 10.000,00	-
Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros	R\$ 12.500,00	-
Colégio Estadual Nóbrega da Cunha	R\$ 12.500,00	-
Colégio Estadual do Campo Nossa Senhora da Candelária	R\$ 13.000,00	-

Fonte: Site do FNDE

Programas Dinheiro Direto na Escola – PDDE	2013	2014	2015
C.M.E.I. Dr. Bezerra de Menezes	R\$ 3.100,00	R\$ 2.630,00	R\$ 2.630,00
C.M.E.I. João do Carmo Santiago	R\$ 3.540,00	R\$ 1.730,00	R\$ 1.730,00
C.M.E.I. Paulo Meneghel	R\$ 3.120,00	R\$ 1.420,00	R\$ 1.420,00
C.M.E.I. Rotary	R\$ 2.200,00	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
C.M.E.I. Santa Rita de Cássia	R\$ 3.020,00	R\$ 1.360,00	R\$ 1.360,00
C.M.E.I. Tei Matida	R\$ 3.540,00	R\$ 1.720,00	R\$ 1.720,00
C.M.E.I. Yoricide Miyoshi	R\$ 3.480,00	R\$ 1.770,00	R\$ 1.770,00
Escola Municipal Diógenes Eisenhuth Pessoa de Vasconcelos	R\$ 5.900,00	R\$ 2.550,00	R\$ 2.550,00
Escola Municipal Felipe de Almeida Campos	R\$ 3.440,00	R\$ 1.720,00	R\$ 1.720,00
Escola Municipal Leda de Lima Canário	R\$ 9.200,00	R\$ 4.700,00	R\$ 4.700,00
Escola Municipal Maria de Lourdes Guedes Mendes	R\$ 5.460,00	R\$ 2.790,00	R\$ 2.790,00
Escola Municipal Maria Inês Speer Faria	R\$ 4.340,00	R\$ 2.150,00	R\$ 2.150,00
Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho	R\$ 5.600,00	R\$ 2.520,00	R\$ 2.520,00
Escola Rural Municipal Ricieri Ormeneze	R\$ 3.200,00	R\$ 1.740,00	R\$ 1.740,00
Escola Municipal Santa Terezinha	R\$ 12.200,00	R\$ 5.680,00	R\$ 5.680,00
Escola Rural Municipal São Domingos	R\$ 2.500,00	R\$ 1.360,00	R\$ 1.360,00
Escola Municipal Yukiti Matida	R\$ 5.260,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
Escola Rural Municipal Zulmira de Albuquerque	R\$ 4.980,00	R\$ 2.420,00	R\$ 2.420,00
Colégio Estadual do Bairro Bela Vista	R\$ 3.980,00	R\$ 2.330,00	R\$ 2.330,00
Colégio Estadual Cyríaco Russo	R\$ 16.620,00	R\$ 7.560,00	R\$ 7.560,00
Escola Estadual Cecília Meirelles	R\$ 6.180,00	R\$ 2.083,72	R\$ 2.083,72
Colégio Estadual Huberto Teixeira Ribeiro	R\$ 6.780,00	R\$ 3.320,00	R\$ 3.320,00
Colégio Estadual Juvenal Mesquita	R\$ 9.500,00	R\$ 4.320,00	R\$ 4.320,00
Escola Estadual do Campo Lourenço Ormeneze	R\$ 2.840,00	R\$ 1.430,00	R\$ 1.430,00
Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros	R\$ 16.800,00	R\$ 7.520,00	R\$ 7.520,00
Colégio Estadual Nóbrega da Cunha	R\$ 16.360,00	R\$ 8.010,00	R\$ 8.010,00
Colégio Estadual do Campo Nossa Senhora da Candelária	R\$ 3.960,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00
Escola Especial Pequeno Príncipe (APAE)	R\$ 10.240,00	R\$	R\$

Fonte: Site do FNDE

Programas Mais Cultura	2013	2014
Escola Municipal Diógenes Eisenhuth Pessoa de Vasconcelos	--	R\$ 10.000,00
Escola Municipal Leda de Lima Canário	--	R\$ 10.000,00
Escola Municipal Maria de Lourdes Guedes Mendes	--	R\$ 10.000,00
Escola Municipal Maria Inês Speer Faria	--	R\$ 10.000,00
Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho	--	R\$ 10.000,00
Escola Municipal Yukiti Matida	--	R\$ 10.000,00

Fonte: Site do FNDE

Programas Mais Educação	2013	2014
Escola Municipal Diógenes Eisenhuth Pessoa de Vasconcelos	R\$ 21.197,95	R\$ 21.800,00
Escola Municipal Felipe de Almeida Campos	R\$ 27.840,00	R\$ 17.250,00
Escola Municipal Leda de Lima Canário	R\$ 20.171,70	R\$ 27.250,00
Escola Municipal Maria de Lourdes Guedes Mendes	R\$ 25.055,89	R\$ 34.900,00
Escola Municipal Maria Inês Speer Faria	R\$ 24.547,80	R\$ 19.500,00
Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho	R\$ 22.466,81	R\$ 27.100,00
Escola Rural Municipal Ricieri Ormeneze	R\$ 23.560,00	R\$ 17.300,00
Escola Municipal Santa Terezinha	R\$ 30.428,32	R\$ 25.750,00
Escola Municipal Yukiti Matida	R\$ 22.131,12	R\$ 21.300,00
Escola Rural Municipal Zulmira de Albuquerque	R\$ 19.607,61	R\$ 20.500,00
Colégio Estadual do Bairro Bela Vista		R\$ 15.700,00
Escola Estadual Cecília Meirelles		R\$ 23.600,00
Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros	R\$ 6.482,31	R\$ 22.014,27

Fonte: Site do FNDE

O percentual determinado pela Lei Orçamentária Municipal para a Educação é de 25%. E é utilizado com despesas correntes menos alimentação, vencimentos e obrigações.

Os recursos do FUNDEB para pagamento da folha da Educação Básica da rede municipal são suficientes, chegando a um percentual de 66% no 4º bimestre.

Os recursos para pagamento dos proventos dos profissionais da educação aposentados (INSS, Fundo Próprio, Revisão de proventos, etc.) são de Regime Geral.

TRANSPORTE ESCOLAR.

O Programa do Transporte Escolar (Federal e Estadual) destina recursos para a manutenção dos veículos que transportam os alunos da Educação Básica, complementado com recursos próprios do Município. A frota do transporte escolar do Município é composta por dezoito ônibus, uma Kombi. Em média, são transportados diariamente mais de 1000 alunos, totalizando mais de 4.273 quilômetros no ano.

Tabela 9.1.4.1 Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2013 – 2014

Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	Outros	Total
2013	408	677	-	1.085
2014	352	741	-	1.093

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2008.

Tabela 9.1.4.2. Alunos transportados ao ano, segundo o trajeto, 2013 – 2014

Ano	Número total de alunos	Percentuais		
		Urbano *	Rural e Urbano***	Rural **
2013	1.085	305	-	780
2014	1.093	318	-	775

*Alunos que utilizam o transporte escolar somente na zona urbana.

** Alunos que utilizam o transporte escolar somente na zona rural.

*** Alunos que utilizam o transporte escolar na zona rural e urbana.

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 9.1.4.3. Frota própria de veículos para o transporte escolar, 2013 – 2014

Ano	Ônibus	Van (20 lugares)	Van (9 lugares)	Kombi	Outros	Total da Frota
2013	18			01		19
2014	19			01		20

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 9.1.4.4. Frota locada de veículos para o transporte escolar, 2013 – 2014

Ano	Ônibus	Van (20 lugares)	Van (9 lugares)	Kombi	Outros	Total da Frota
2013				19		19
2014				22		22

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 9.1.4.5. Quilometragem percorrida, por tipo de transporte, 2013 – 2014

Ano	Ônibus	Van (20 lugares)	Van (9 lugares)	Kombi	Outros	Total Quilometragem
2013	969	-	-	3.492		4.461
2014	1.423	-	-	2.850		4.273

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 9.1.4.6. Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2014

Ano	Próprios	Estaduais	Quota Salário Educação Federal	FUNDEB	Outros	Total
2013	2.356.797,63	190.377,07	86.993,60	-		2.634.168,30
2014	1.313.839,96	191.065,35	73.725,74	-		1.578.631,05

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 9.1.4.7. Valores da composição dos custos anuais com transporte escolar, 2013 – 2014

Ano	Combustível	Locação	Servidores	Manutenção	Passes	Seguro IPVA	Total
2013	230.676,24	777.676,14		979,40			1.009.331,78
2014	315.162,25	760.272,65		14249,71			1.089.684,61

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

O transporte escolar é utilizado pelos alunos moradores da zona rural e localidades distantes.

Alguns dos ônibus utilizados para o transporte escolar possuem adaptação para os alunos com necessidades educativas especiais.

A seguir, apresentam-se as metas e estratégias relativas ao financiamento da educação no âmbito do Plano Municipal de Educação de Bandeirantes.

12.1.2. Considerações Finais

Ao tratar de financiamento da educação, é preciso reconhecê-la como um valor em si, requisito para o exercício pleno da cidadania e para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida da população.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança determinaram expressamente que a educação seja direito de todos e dever do Estado e da família (art.205 da CF), devendo ser assegurada com “absoluta prioridade” à criança e ao adolescente (art.227 da CF) pela família, pelo Estado e pela sociedade. Embora a educação tenha outras dimensões relevantes, inclusive a economia, o fundamento da obrigação do poder público de financiá-la é o fato de constituir um direito.

As diretrizes básicas para o financiamento da educação consistem, em primeiro lugar, na vinculação constitucional de recursos à manutenção e desenvolvimento de ensino. Somente a garantia de recursos e seu fluxo regular permitem o planejamento educacional.

Outra diretriz é a gestão de recursos da educação por meio de fundos de natureza contábil e conta específica. Com o FUNDEF, posteriormente transformado em FUNDEB, inaugurou-se importante diretriz de financiamento: a alocação de recursos seguro segundo as necessidades e compromissos de cada sistema expressos pelo número de matrículas. A LDB preceitua que aos municípios cabe exercer a função redistributiva com relação as suas escolas. O desafio é obter a adequação da aprendizagem a um padrão mínimo de qualidade (art. 211 inciso 1º da CF, art. 60 inciso 4º ADCT), definido em termos precisos na LDB (art. 4º IX) como a variedade e quantidade mínima por aluno de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Os sistemas de ensino ou redes municipais de educação devem ajustar suas contribuições financeiras ao padrão desejado, contando sempre com a colaboração da União e do Estado e o fortalecimento de sua função supletiva, através do aumento de recursos destinados à complementação do FUNDEB.

A educação deve ser considerada prioridade, estratégias para um projeto de desenvolvimento que favoreça a superação das desigualdades na distribuição de renda e a erradicação da pobreza. As políticas que associam a renda mínima e a educação adotada no Município, por iniciativa própria ou com apoio da União, procuram a eficiência e a melhoria da qualidade do ensino, reduzindo a repetência, a evasão e envolvendo mais a família com a educação de seus filhos, ingredientes indispensáveis para o sucesso escolar.

O aprimoramento contínuo do regime de colaboração é diretriz que não pode faltar para o financiamento na educação, pois ainda que consolidada as redes de acordo com a vontade política e capacidade de financiamento de cada ente, algumas ações devem envolver Estados e Municípios, como é o caso do transporte escolar. Mesmo na Hipótese de competência bem definida, como a Educação Infantil, que é de responsabilidade do município, não pode ser negligenciada a função supletiva do Estado (art. 30 VI-CF) e da União (art. 30 VI-CF e art. 211 inciso 1º da CF).

Quanto à distribuição e gestão dos recursos financeiros, constitui – se diretriz da maior importância, a transparência. Assim sendo, devem ser fortalecidas as instâncias de controle interno e externo, órgãos de gestão nos sistemas de ensino como os conselhos de educação e os órgãos de controle social, como os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

Finalmente no exercício de sua autonomia, a rede municipal de ensino deverá trabalhar com gestão democrática mediante a atuação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares, das Associações de Pais, Mestres e Funcionários e escolha da direção escolar que associem a garantia da competência ao compromisso com a proposta pedagógica.

12.1.3. Metas e Estratégia

1º META

Assegurar, no prazo de 2 anos, condições, para a efetivação da gestão democrática da educação, por meio da participação direta da comunidade escolar na eleição de gestores, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho previsto no Plano de Carreira e avaliação escrita individual, no âmbito das escolas públicas bandeirantenses.

ESTRATÉGIAS

19.1 Criar a comissão municipal, formada por técnicos da SME, representantes do Conselho Municipal de Educação e do Sindicato para elaborar o decreto municipal que regulamentará os critérios técnicos, como a prova escrita referente as leis educacionais, apresentação de um projeto de intervenção pedagógica e eleição, nesta sequência, para a definição da profissionalização dos gestores escolares.

19.2 Estabelecer cooperação técnica com o Estado, definida por instrumentos legais, como convênios que explicitem claramente os objetivos comuns no atendimento da escolarização básica, na sua universalização, na qualidade do ensino e na gestão democrática.

19.3 Estabelecer regras para o regime de colaboração para tratar da Gestão da Educação Pública, orientado pelos princípios de democratização e cooperação,

de modo a assegurar a participação dos diferentes segmentos das instituições educacionais no desenvolvimento de suas políticas, observando-se os seguintes critérios: tratamento diferenciado para população predominantemente rural; programa de transporte escolar com critérios comuns, aplicando as normas de segurança; cooperação entre Estado e Município definida por instrumentos legais, como convênios que explicitem claramente os objetivos comuns no atendimento da escolarização básica, na sua universalização, na qualidade do ensino e na gestão democrática.

19.4 Criar a casa dos conselhos de educação ou similar com representantes dos conselhos das escolas públicas e de conselhos de outras políticas públicas relacionadas com a educação para a socialização de informações e a descentralização das tomadas de decisão a respeito da Educação Básica, contribuindo assim, para o fortalecimento do controle social.

19.5 Garantir representação paritária (movimentos sociais e governo) nas discussões decisórias de políticas públicas educacionais do município, reconhecendo a pluralidade de saberes de modo a refletir a diversidade dos agentes e sujeitos políticos do campo educacional.

19.6 Criar e/ou consolidar fóruns consultivos e deliberativos para o fortalecimento do conselho municipal de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEB e da Alimentação Escolar, com representação dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

19.7 Ampliar o fortalecimento dos órgãos democráticos das escolas: conselhos escolares, grêmios estudantis ou outra forma de organização dos estudantes, conselhos municipais de educação, criando estruturas para o funcionamento, bem como, o incentivo à formação de lideranças, por meio de cursos e outras modalidades culturais, em parceria com universidades, Programa de Formação pela Escola ou centros de estudos e de formação política e do Programa Nacional de Educação Fiscal.

19.8 Criar uma rede de comunicação contínua entre unidades escolares, unidades administrativas centrais e descentralizadas e os conselhos educacionais, buscando a articulação e racionalização dos trabalhos de cada setor e efetivando a cooperação entre as esferas públicas.

19.9 Criar as condições efetivas de participação da comunidade escolar e local na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, estabelecendo cronograma e materiais destinados a essas atividades que envolvem a Secretaria Municipal de Educação e as escolas.

19.10 Instituir a eleição direta para o cargo de gestor das escolas públicas da rede municipal promovendo as condições para a efetiva participação das comunidades escolares, tendo em vista, o cronograma e o regulamento da Secretaria.

19.11 Garantir formação continuada sobre as dimensões financeira, pedagógica, fiscal e contábil, institucional e administrativa para professores, gestores, supervisores escolares e demais profissionais da escola, a fim de garantir a efetivação da gestão democrática na rede municipal.

19.12 Promover a gestão democrática no sistema de ensino por meio de mecanismos que garantam a participação dos profissionais da educação, familiares, estudantes e comunidade local no diagnóstico da escola, projeto político pedagógico, plano de aplicação, prestação de contas e acompanhamento dos financiamentos e programas destinados às escolas.

19.13 Regularizar a organização e o funcionamento das escolas da Educação Básica inclusive as escolas do campo, considerando suas especificidades.

19.14 Garantir o funcionamento do mecanismo de gestão democrática nas escolas de educação básica.

19.15 Fortalecer a gestão escolar com aporte técnico e formativo nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, para que possa gerir, a partir de planejamento estratégico, recursos financeiros da escola, garantindo a participação da comunidade escolar na definição das ações do plano de aplicação dos recursos e no controle social, visando o efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

19.16 Fortalecer a gestão democrática nas escolas públicas que atendem jovens e adultos, a partir da realização de assembleias escolares e a produção de documentos normativos para as atividades escolares, bem como, criando as condições para participação em conselhos escolares ou similares.

2º META

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto – PIB do país no 5º ano de vigência desta Lei e no mínimo o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS

20.1 Incrementar anualmente o equivalente a 0,5 % do PIB no orçamento da educação até o último ano da vigência do plano.

20.2 Definir o custo aluno-qualidade da Educação Básica do município à luz da ampliação do investimento público em educação.

20.3 Assegurar a aplicação de processos administrativos mais rigorosos aos gestores públicos que não investirem corretamente os recursos da educação, não prestar conta para os devidos órgãos fiscalizadores ou não tornar pública e transparente as receitas e despesas dos recursos da educação.

20.4 Implementar política de financiamento, em regime de colaboração com a União e Estado, para ações de solução de problemas do transporte escolar, enfrentados na zona urbana e rural, em relação ao gerenciamento e pagamento de despesas.

20.5 Aplicar os recursos financeiros permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação, observando-se as políticas de colaboração entre o estado e o município, em especial as decorrentes do FUNDEB (art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e do artigo 75 § 1º da LDB (Lei nº 9.394, de 1996), que trata da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, para atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

20.6 Estabelecer parceria com o governo estadual e federal a fim de garantir a oferta de cursos de graduação e pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado aos profissionais da educação, em parceria com as IES públicas.

13 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BANDEIRANTES

O Plano Municipal de Educação, mantendo o princípio da participação democrática, é um documento que prevê a definição de metas e estratégias educacionais de Bandeirantes para a década - 2015 a 2024. O seu planejamento, organização e realização de ações integradas, entre os órgãos governamentais e da sociedade civil, tem como foco a qualidade da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e das modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial no município.

Ressalta-se que, após sua aprovação, o PME responderá às expectativas e especificidades da educação para atender à comunidade Bandeirantense nos próximos dez anos, de forma articulada com o PEE e o PNE, e em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394/96, bem como com a Lei Orgânica do Município de Bandeirantes. Nesse contexto, faz-se necessário prever o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação que possibilitem ao sistema municipal de educação, composto pela SEMED, pelo FME e CME, o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no período de vigência deste plano.

À Secretaria Municipal de Educação, órgão responsável pela gestão da política pública de educação, compete cumprir, monitorar e avaliar o cumprimento das metas e estratégias do PME, assim como garantir o suporte técnico e administrativo para as ações do Fórum Municipal de Educação, fortalecendo o regime de colaboração.

Ao Conselho Municipal de Educação de Bandeirantes cabe, enquanto órgão normativo do sistema, acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação.

Ao Fórum cabe acompanhar e avaliar a implementação do PME, bem como acompanhar, junto à Câmara dos Vereadores, a tramitação de projetos referentes à política municipal de educação, em especial a do Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação, definido no artigo 214 da CF, com alterações da Emenda 59/2009 da Constituição Federal.

A partir da aprovação do presente PME, serão realizadas, periodicamente, ações estratégicas de acompanhamento e avaliação, tais como: seminários, encontros de educadores municipais, audiências públicas e conferências municipais, sob a coordenação do Fórum Municipal de Educação, divulgando as deliberações.

Para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e a avaliação do PME, serão realizadas, de dois em dois anos, encontros com o objetivo de promover balanços dos resultados alcançados, garantindo o princípio da participação e o exercício da democracia.

Extraordinariamente, a primeira revisão do PME deverá ser realizada um ano após a aprovação do Plano Nacional de Educação, tendo em vista a sua melhor atualização e articulação com este.

14- BIBLIOGRAFIA

- **Constituição Federal** de 1988.
- **Lei nº 11.525/07 – ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- **Lei nº 8.069**, de 13 de junho de 1990 – ECA
- **Lei Municipal nº 2.763** de 02 de setembro de 2008 – Conselho Municipal de Educação de Bandeirantes

- **Lei nº 9.394/96**, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

- **Lei nº 1.0172/01**, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação.

- **Lei nº 11.494/07**, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

- **Plano Diretor do Município.**

- **Lei Orgânica do Município de Bandeirantes.**

SITES CONSULTADOS

- www.ampr.org.br
- www.datasus.gov.br
- www.federativo.bndes.gov.br
- www.ibge.gov.br
- www.inep.gov.br
- www.maplink.uol.com.br
- www.mte.gov.br
- www.muninet.com.br
- www.paranaalfabetizado.pr.gov.br
- www.seed.pr.gov.br
- www.sefa.pr.gov.br